

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIRO MILITAR

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS  
BOMBEIRO MILITAR**

São Luís  
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIRO MILITAR

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS  
BOMBEIRO MILITAR**

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO**

Portaria n° 01/2020

*Dr. Mauro Sérgio Silva Pinto (Presidente)*

*Dra Fernando Lima De Oliveira*

*Dr. Fernanda silva bandão*

*Me. Iedo Alves De Sousa*

*Dr. Ricardo Yvan de la Cruz Cueva*

*Me. Gustavo Luís de Moura Chagas*

*Dr Vera Lúcia Bezerra Santos*

*Dr. Iran de Jesus Rodrigues Passos*

*Me. Júlio Cesar Pinheiro Maciel*

*Dr. Gutemberg Pacheco Lopes Junior*

*Gerson Celso Amorim Carvalho      ten. coronel*

*José Cláudio Bezerra      ten. coronel*

*Marco Aurelio de Jesus Pio      ten. coronel*

*Jhéssyka Yasminni Lôbo Ferreira Fernandes Felício Capitã*

*Gilzimary De Jesus Sobrinho Privado capitã.*

São Luís  
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIRO MILITAR

**GESTÃO DA UEMA**

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa  
**REITOR DA UNIVERSIDADE**

Prof. Dr. Walter Canales Sant'ana  
**VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE**

Profa. Dra. Fabíola de Jesus Soares Santana  
**PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Antonio Roberto Coelho Serra  
**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Profa. Dra. Rita Maria de Seabra Nogueira  
**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda  
**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS**

Prof. Dr. José Rômulo Travassos da Silva  
**PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS**

Profa. Dra. Fabíola de Oliveira Aguiar  
**PRÓ-REITORA DE INFRAESTRUTURA**

Profa. Dra. Maria de Fátima Serra Rios  
**COORDENADORA TÉCNICO-PEDAGÓGICA DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Fernando Lima de Oliveira  
**DIRETOR DO CENTRO**

Prof. Dr. Mauro Sérgio Silva Pinto  
**DIRETOR DO CURSO**

São Luís  
2022

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
1.1	Missão do CFO/BM	14
2	CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	15
2.1	Histórico e contextualização da UEMA	15
2.2	Políticas Institucionais	17
2.2.1	Ensino	17
2.2.2	Pesquisa	18
2.2.3	Extensão	19
2.2.4	Apoio ao corpo discente	19
2.2.4.1	Apoio à saúde e bem estar	20
<b>1.1</b>	<b>Avaliação Institucional</b>	26
1.1.1	Externa	26
3	HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	30
4	DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	32
4.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	32
4.1.1	As Políticas de ensino no curso	32
4.1.2	As políticas de Pesquisa no Curso	32
4.1.3	Políticas de extensão no curso	33
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DISCENTE	34
4.3	APOIO DISCENTE E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	38
4.4	OBJETIVOS DO CURSO	39
4.4.1	Objetivo geral	39
4.4.2	Objetivos Específicos	39
4.5	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	39
4.5.1	Saberes	39
4.5.2	Saber-Fazer	40
4.5.3	Saber ser	41
4.6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	42
4.7	REGIME ESCOLAR	42
4.8	CONTEÚDOS CURRICULARES	44
4.9	MATRIZ CURRICULAR	46

4.9.1	Estrutura curricular do Curso de Formação Bombeiro Militar	51
<b>4.9.1.1</b>	<b>Carga Horária</b>	57
<b>4.9.1.2</b>	<b>Estrutura Curricular do Núcleo Livre</b>	60
4.9.2	Ementários e Referências das Disciplinas do Curso	61
4.9.3	Estágio Curricular Supervisionado	131
4.9.4	Atividades Complementares – AC	133
4.9.5	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	137
4.9.6	Particularidades do CFO – BM	138
4.10	<b>METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DO CURSO</b>	142
4.10.1	Organização Didático-pedagógica	142
4.10.2	Metodologia de ensino	142
4.11	<b>AVALIAÇÃO</b>	143
4.11.1	Avaliação do ensino-aprendizagem	143
4.11.1.1	Avaliação e Acompanhamento Docente	144
4.11.2	Particularidades do CFO – BM	145
5	<b>DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL</b>	146
5.1	<b>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE</b>	146
5.2	<b>GESTÃO DO CURSO</b>	147
5.3	<b>COLEGIADO DE CURSO</b>	148
5.4	<b>CORPO DOCENTE</b>	148
6	<b>DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA</b>	155
6.1	<b>Infraestrutura Física Existente Para Desenvolvimento Das Atividades Pedagógicas</b>	155
6.1.1	Laboratório do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar	157
6.1.2	Infraestrutura do Curso na Academia	158
6.2	<b>ACERVO BIBLIOGRÁFICO</b>	159
6.2.1	Biblioteca Setorial	159
7	<b>REFERÊNCIAS</b>	164
8	<b>ANEXO A – PLANTAS DO PRÉDIO QUE ABRIGA O CURSO DO CFO – BM</b>	168
9	<b>ANEXO B – RELAÇÃO DE NOVOS LIVROS</b>	169



## **IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

**DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Formação de Oficiais Bombeiro Militar CFO – BM

**TIPO DE CURSO:** Graduação

**TITULAÇÃO CONFERIDA:** Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho

**MODALIDADE DO CURSO:** Presencial

### **AMPARO LEGAL DO CURSO:**

#### *Âmbito Federal*

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.
- Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal (...).
- Lei Nº 9.795 de 28 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

- Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Parecer CNE/CES nº8 de 31 de janeiro de 2017. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior, 2010.
- Resolução nº 1 - CONAES, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.
- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução nº 2 - CNE/CP, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

#### ***Âmbito Estadual***

- Decreto Estadual nº 15.581, de 30 de maio de 1997. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.
- Resolução nº 109 - CEE/MA, de 17 de maio de 2018. Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências.

#### ***Âmbito Institucional***

- Resolução nº 886/2014 - CONSUN/UEMA, de 11 de dezembro de 2014. Cria o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão.

- Resolução nº 891 – CONSUN/UEMA, de 31 de março de 2015. Aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências.
- Resolução nº 1233 - CEPE-UEMA, de 6 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a regulamentação de hora-aula e dos horários nos cursos de graduação presenciais da Universidade Estadual do Maranhão.
- Resolução nº 1477 - CEPE/UEMA, de 06 de outubro de 2021. Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão.
- Resolução nº 1023 – CONSUN/UEMA, de 21 de março de 2019. Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão.
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

#### ***Amparo Legal do Funcionamento do Curso***

- Resolução nº 739/2006 – CEPE/UEMA Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho, do CCT/UEMA.
- Resolução nº 688 – CONSUN/UEMA, de 29 de maio de 2008. Autoriza o funcionamento do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar, Graduação em Segurança Pública e do Trabalho – Bacharelado.
- Resolução nº 208/2009 – CEE/MA de 29 de outubro de 2009. Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho, do CCT/UEMA.
- Resolução nº 1113 – CEPE/UEMA, de 01 de outubro de 2014. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho, do CCT/UEMA.
- Resolução nº 11 – CEE/MA, de 04 de fevereiro de 2016. Renova o Reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar – Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho do CCT/UEMA.
- Resolução CNE/CES nº 02 de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Relação de projetos PIBIC .....	33
Quadro 2– Relação de projetos PIBEX .....	34
Quadro 3 – Caracterização do corpo discente.....	37
Quadro 4 – Quadro de vagas e ingressantes .....	37
Quadro 5 - Regime escolar .....	42
Quadro 6 - Demonstrativo de conversão de carga horária em horas aula .....	43
Quadro 7- Quadro demonstrativo de comprovação de execução dos conteúdos curriculares.....	46
Quadro 8 - Matriz curricular do CFO-BM .....	47
Quadro 9 – Estrutura do Curso de Formação Bombeiro Militar.....	52
Quadro 10- Componentes curriculares por Núcleo - Específico.....	58
Quadro 11 - Componentes curriculares por Núcleo - Comum .....	59
Quadro 12 - Relação de disciplinas comuns a outros cursos.....	60
Quadro 13 - Componentes curriculares por Núcleo - Livre .....	60
Quadro 14– Descrição das atividades complementares reconhecidas pelo CFO – BM .....	134
Quadro 15– Componentes do Núcleo Docente Estruturante .....	147
Quadro 16 – Servidores do Centro de Ciências Tecnológicas.....	147
Quadro 17 – Membros do Colegiado de Curso.....	148
Quadro 18 - Corpo docente do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar ...	150
Quadro 19 – Infraestrutura do Curso.....	155
Quadro 20 – Outros espaços disponíveis ao curso .....	156
Quadro 21 – Relação de equipamentos do laboratório.....	157
Quadro 22– Infraestrutura da Academia .....	158

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Serviços ofertados pela DAP .....	20
Figura 2 – Serviços ofertados pela DSSM.....	21
Figura 3 – Serviços ofertados pelo NEL.....	22
Figura 4 - Ilustração de uma das aulas de Anatomia Humana.....	35
Figura 5 - Ilustração das aulas práticas da disciplina Eletricidade Aplicada .....	36
Figura 6 - Gráfico ilustrativo da concorrência do curso ao longo dos anos.....	38
Figura 7 - Ilustração de uma das aulas práticas no laboratório de morfologia da UFMA .....	50
Figura 8 – Ilustração das aulas práticas da disciplina Eletricidade Aplicada.....	51
Figura 9 – Organograma da estrutura curricular do curso do CFO – BM .....	140
Figura 10 – Ilustração da relação entre os núcleos e as atividades complementares .....	141
Figura 11 – Ilustração de uma planilha exemplo para o controle de assiduidades de professores do CFO – BM.....	149
Figura 12– Ilustração de fotos da realização da semana pedagógica.....	150
Figura 13 – Ilustração da torre de salvamento em altura.....	162



## 1 APRESENTAÇÃO

A dinâmica organizacional social exige das forças auxiliares estatais serviços mais eficientes, precisos e eficazes no que dizem respeito à segurança pública, a qual ganha a cada tempo um conceito mais holístico que não se restringe apenas a questões de violência, mas também ao bem-estar social com relação às necessidades de prevenção e de gerenciamento de catástrofes em ambientes diversos do contexto social. No Brasil e especificamente no Maranhão, esta busca se materializa, com medidas que vêm sendo implantadas nos setores da Administração Pública, dentre eles o Corpo de Bombeiro que, diante dos desafios das atribuições constitucionais, volta seu foco a este contexto para a capacitação de sua corporação e aprimoramento de medidas de prevenção e atendimento ao cidadão, sobretudo o cidadão maranhense.

Nesta conjuntura, a atualização deste Projeto Pedagógico que se reflete da consciência dos atributos e da convicção de que o Corpo de Bombeiro Militar e a Universidade Estadual do Maranhão, através desta parceria de cooperação técnico-científica, e que como instituições públicas, devem buscar meios alternativos para dar respostas e atendimento adequados à sociedade, criando condições objetivas de atualização e capacitação constante dos seus quadros, é que este projeto pedagógico propõe meios técnicos e administrativos para melhorar o funcionamento do Curso de Formação de Oficiais – Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho do Bombeiro Militar do Estado do Maranhão nos aspectos relacionados ao desempenho docente, discente e da gestão acadêmica, dando ênfase às funções de planejamento, organização, direção, execução, controle e avaliação dos resultados institucionais.

Neste sentido, o encaminhamento geral deste projeto pedagógico, ora descrito, acha-se delineado com a necessidade de atualização com possibilidades de expansão do estudo, ensino e aprendizagem no âmbito da instituição, considerando que a educação enquanto processo de desenvolvimento produz e identifica a evolução e progresso do conhecimento humano estabelecendo a distinção entre as civilizações, pois a educação é o universo do ser humano.

Dentro desta visão, o Projeto Pedagógico é caracterizado como um plano global, sendo a sistematização não definitiva do processo de planejamento participativo que se



aperfeiçoa e se objetiva na caminhada que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento face à internacionalidade e a leitura da realidade. É, pois, um instrumento teórico-metodológico para a operacionalização do Bacharelado e análise das atividades pedagógicas.

Pode-se ainda mencionar também que este Projeto Pedagógico contempla o desenvolvimento da dimensão humanística na formação do profissional bombeiro militar, pois avança na perspectiva de não conceber mais o ser humano somente como mão de obra, recurso humano ou capital humano, mas sim como um agente capaz de responder analiticamente em situação em que o cidadão médio comum não o faria. Existe um consenso entre os estudiosos que o ser humano é o sujeito primeiro do fenômeno organizacional e por isso o diferencial de qualidade na comparação do desempenho interinstitucional. Tratando-se da dimensão científico-tecnológica se vislumbra a necessidade de sua utilização em benefício da qualidade de vida da sociedade. É imperativo reconhecer o valor da articulação da evolução humana (ação natural) e o correspondente progresso humano (ação científico-tecnológica) enquanto conceitos que se complementam e, por isso, não devem ser preteridos ou discriminados e sim potencializados na sua devida extensão de forma a atender as necessidades humanas.

Ou seja, o projeto procura descrever um modelo de perfil desejado para a formação do oficial bombeiro militar definido os princípios pedagógicos e as dimensões do conhecimento que servirão de pressuposto teórico para a formatação curricular, bem como as disciplinas que o compõe, as temáticas centrais que perpassam os conteúdos a serem trabalhados e outros pontos a serem considerados: concepção de homem e de mundo, sociedade, cidadão, profissional, conhecimento e a relação teoria e prática.

Além disto, o Projeto Pedagógico, além de ser uma necessidade de responder a uma solicitação formal, é a reflexão e a contínua expressão de ideias sobre a educação superior e sobre a função social do profissional bombeiro militar. Pensar o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar (CFO – BM) é pensar a construção de sua identidade que implica numa análise coletiva tanto de sua história (a que lhe deu as características que apresenta no momento), quanto das direções intencionais



que serão assumidas em função das concepções tomadas como base para o Projeto Pedagógico.

Acredita-se que para implantação, concretização e operacionalização do projeto pedagógico proposto, torna-se necessário o “comprometimento de todos envolvidos no processo educacional, indistintamente, gestores, docentes, discentes e apoio administrativo” na certeza que em médio prazo possa-se constatar por meio de indicadores educacionais a melhoria da qualidade do Curso de Formação de Oficiais - Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho do Estado do Maranhão oferecido pelo Centro de Ciências Tecnológicas da Universidade Estadual do Maranhão.

### **1.1 MISSÃO DO CFO/BM**

A metodologia de ensino do Curso de Formação de Oficiais BM (CFO – BM) está baseada na busca pelo aperfeiçoamento contínuo da preparação de um profissional capaz de responder a situações de extremo estresses e/ou críticas de forma racional, consistente e eficaz, procurando defender e ajudar o cidadão comum no sentido de minimizar e/ou evitar consequências danosas. Sob o ponto de vista do gerenciamento de crises e risco, que o profissional possa liderar e gerenciar situações para a mitigação e ou prevenção de implicações graves de interesse social ou mesmo para sua prevenção.



## 2 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### 2.1 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA UEMA

A UEMA teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão (Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias).

A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA por meio da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987.

Considerando o disposto em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual nº 15.581, desde maio de 1997, os objetivos da UEMA permeiam: o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

Em 2020, a UEMA, instituição de ensino superior estruturada na modalidade multicampi, autarquia especial, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, gozando de autonomia didático-científico, administrativo e de gestão financeira e patrimonial, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, do art. 272 da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 2º da Lei Estadual nº 5.921, de 15 de março de 1994, que dispõe sobre o Ensino Superior Estadual, teve sua estrutura administrativa modificada nos termos da Lei Estadual nº 11.372, de 10 de dezembro de 2020.

Sua estrutura multicampi possibilitou que pudesse se fazer presente nas cinco mesorregiões do Estado pelos seus *campi* e polos, entretanto com a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, por meio da Lei nº 10.525 de 3 de novembro de 2016, foram desmembrados da UEMA os Centros de Estudos Superiores de Açailândia e Imperatriz.

A atuação da UEMA abrange:

- ✓ Cursos presenciais e a distância de graduação bacharelado, tecnologia e licenciatura;



- ✓ Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensinar);
- ✓ Programa de Formação Profissional e Tecnológico – Profitec;
- ✓ Pós-Graduação *Stricto Sensu* (presencial) e *Lato Sensu* (presencial e a distância).

Atualmente, a UEMA, com sede administrativa no *campus* Paulo VI, em São Luís, encontra-se em 60 municípios maranhenses com ensino presencial e a distância. Está organizada em 20 *campi*, sendo um na capital e 19<sup>1</sup> no interior do Estado, nas cidades: Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, São Bento, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca.

Com educação a distância, a UEMA tem atuação em 42 municípios, sendo 21 Polos UAB fora dos seus *campi*. E no Programa Ensinar, a UEMA atua em 28 Polos, sendo 19 municípios fora de seus *campi*.

A missão de uma instituição detalha a sua razão de ser. A missão apresentada neste documento destaca o direcionamento da Universidade para a atuação no âmbito da sociedade e no desenvolvimento do Maranhão, e se fundamenta nos pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, como meios para a produção e difusão do conhecimento. Sob esses fundamentos, eis o que as escutas realizadas permitiram entender como sendo a vocação da UEMA: “Produzir e difundir conhecimento, orientado para cidadania e formação profissional, comprometido com o desenvolvimento sustentável” (PDI 2021-2025).

A visão institucional é responsável por nortear a Universidade, expressando as convicções que direcionam sua trajetória. Para a concepção de uma Visão da UEMA, buscou-se compreender os propósitos e a essência motivadora das suas ações e do seu cotidiano na tentativa de promover o desenvolvimento do Maranhão. Desse processo, surgiu a convicção de tornar-se referência na produção de conhecimentos, tecnologia e

---

<sup>1</sup> O campus Paulo VI conta com os centros: o CCA, na área das Ciências Agrárias; o CCT, nas áreas de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; o CCSA, nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas; e o CECEN, na área de Educação e Ciências Exatas e Naturais.



inovação, de forma conectada com o contexto no qual a UEMA está, física ou virtualmente, inserida.

## 2.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Será estimulada a inclusão e a valorização das dimensões ética e humanística na formação do estudante, desenvolvendo atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade. Tal formação também será assegurada por meio do vínculo institucional, das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa. Serão estimulados também no currículo, os princípios de flexibilidade e integração estudo/trabalho.

### 2.2.1 Ensino

No âmbito da Universidade, existem políticas implementadas pela Pró-Reitoria de Graduação - PROG, tais como:

- O **Programa Reforço e Oportunidade de Aprender**. O PROAprender foi criado pela Resolução nº 990/2017 – CONSUN/UEMA com o objetivo de implementar ações pedagógicas para elevar o rendimento e desempenho acadêmico dos estudantes; aprimorar e desenvolver habilidades e competências dos estudantes relacionadas ao processo de aprendizagem de conteúdos básicos referentes aos diversos componentes curriculares dos cursos de graduação da UEMA; diminuir a evasão e a permanência de estudantes com índice elevado de reprovação.

- A **Monitoria** - De acordo com o art. 73 do Regimento dos Cursos de Graduação, aprovado pela Resolução 1.477/2021-CEPE/UEMA, a “monitoria tem como objetivo incentivar o estudante para a carreira docente da Educação Superior, devendo, para tanto, planejar, com o professor orientador, as atividades teórico-práticas, características dessa ação didático- pedagógica.” O processo seletivo ocorre semestralmente, mediante edital da PROG, em período fixado no Calendário Acadêmico.

- O **Programa Graduação 4.0** - A UEMA, face as transformações por que passa a sociedade, percebendo os movimentos do mundo do conhecimento e das TDIC, ao abrir as portas do ensino superior para múltiplas pessoas e segmentos, expressa a importância



de assegurar a formação docente permanente, especialmente para aqueles que não tiveram formação didática na graduação ou em uma pós-graduação, tendo em vista o empoderamento nas suas áreas. Assim, se insere o Programa Graduação 4.0, um programa de inovação didático-tecnológica da UEMA que visa a atualização docente, com ênfase na articulação de metodologias ativas, práticas didático-pedagógicas inovadoras, além da utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), integradas no processo de ensino e aprendizagem na graduação.

### 2.2.2 Pesquisa

Nas políticas institucionais, para a consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica, desde 2016, há o Programa de Bolsa Produtividade, com as categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisador Júnior. A finalidade do Programa é a valorização dos professores pesquisadores que tenham destaque em produção científica e formação de recursos humanos em pós-graduação *stricto sensu*.

Há também uma ação que estimula a produção acadêmico-científica dos professores por meio de uma bolsa Incentivo à Publicação Científica Qualificada, paga por publicação de artigos acadêmicos com Qualis A1 a B3 na área de formação/atuação do pesquisador; inclusão do pagamento de Bolsas por livro ou capítulo de livro publicado; inclusão do pagamento de apoio à tradução de artigos científicos, para publicação em língua estrangeira.

É incentivada a participação de pesquisadores e alunos da Universidade em redes de pesquisa nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio e fortalecendo os grupos de pesquisa existentes, além de estimular a criação de novos grupos, garantindo as condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Além disso, existe também o incentivo à participação dos estudantes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, por meio da concessão de bolsas, oriundas de recursos próprios/Bolsa UEMA, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão - FAPEMA e do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq a estudantes de graduação, regularmente matriculados entre o segundo e o penúltimo período, mediante indicação do(a) professor(a) coordenador(a) do projeto.



Para socialização dos projetos é realizado anualmente o Seminário de Iniciação Científica – SEMIC, promovido pela Coordenadoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa - PPG, no qual são apresentados os resultados obtidos na realização de projetos de pesquisa, que envolvem corpo docente, discente e a comunidade, sendo obrigatória a participação de todos. Nessa oportunidade, são premiados os melhores projetos de pesquisa desenvolvidos no período de vigência da bolsa, que são de 12 meses.

### **2.2.3 Extensão**

Destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão – PROEXAE. O PIBEX tem como objetivo conceder bolsas de extensão a alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UEMA, contribuindo para a sua formação acadêmico-profissional, num processo de interação entre a Universidade e a sociedade em que está inserido, por meio do desenvolvimento de projetos de extensão. As atividades de extensão são desenvolvidas nas comunidades locais, com ações voltadas para as escolas públicas e logradouros públicos, coordenadas por professores vinculados aos Cursos.

A bolsa é concedida ao estudante da UEMA entre o segundo e o penúltimo período, mediante indicação do(a) professor(a) coordenador(a) do projeto.

Para socialização dos projetos é realizado anualmente a Jornada de Extensão Universitária, promovida pela PROEXAE, na qual são apresentados os resultados obtidos na realização de projetos de extensão que envolvem corpo docente, discente e comunidade, sendo obrigatória a participação de todos. No evento é concedida uma premiação aos melhores projetos desenvolvidos no período, que são de 12 meses.

### **2.2.4 Apoio ao corpo discente**

A Universidade é um espaço de desenvolvimento humano e de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a comunidade acadêmica em suas diversas dimensões. O bem-estar e a inclusão social são pilares de sua filosofia, possibilitando que sua comunidade acadêmica usufrua do direito à educação e de saúde física, emocional e mental.

#### 2.2.4.1 Apoio à saúde e bem estar

A UEMA, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP, dispõe da seguinte estrutura administrativa para ofertar o apoio à comunidade acadêmica:

##### a) **Divisão de Apoio Psicossocial - DAP**

A Divisão de Apoio Psicossocial – DAP é uma unidade que tem o compromisso de contribuir para aumento da qualidade da estrutura de assistência aos alunos, professores e professoras e demais funcionários.

A DAP/PROGEP oferece o Serviço de orientação Psicológica e Psicopedagógica - SOPP. O SOPP visa aumentar a saúde emocional/mental da comunidade acadêmica da Universidade.

Figura 1 – Serviços ofertados pela DAP

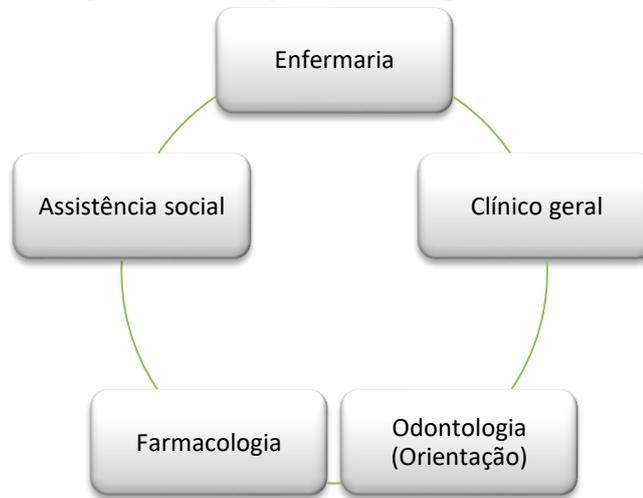


Fonte: DAP, 2022

##### b) **Divisão de Serviço Social e Médico - DSSM**

A Divisão de Serviço Social e Médico - DSSM é uma unidade de saúde que atende a comunidade acadêmica (alunos, professores, técnico-administrativos, prestadores de serviço e comunidade) em regime de pronto atendimento, sem internação. Ilustrado na Figura 2.

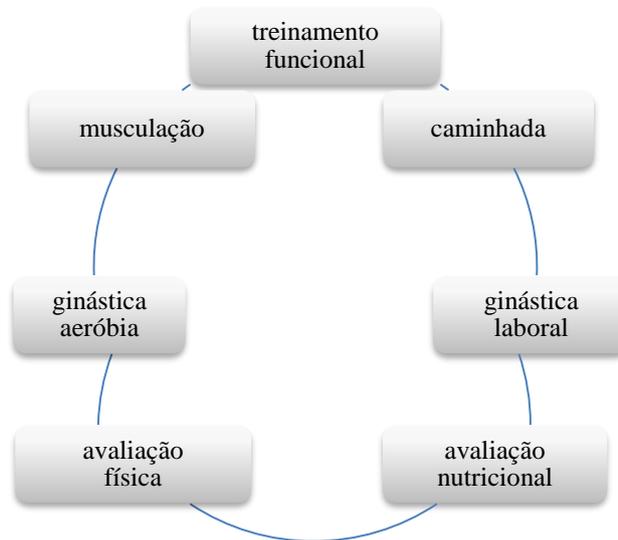
Figura 2 – Serviços ofertados pela DSSM



Fonte: DSSM, 2022

No Campus Paulo VI, a UEMA conta com o Núcleo de Esporte e Lazer – NEL, ligado ao Departamento de Artes e Educação Física – DAEF/CECEN, do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais. O NEL é uma unidade que tem por missão contribuir para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida da comunidade acadêmica. Nesse Núcleo, a UEMA oferece o Programa Supervisionado de Atividade Física que abrange: avaliação física, avaliação nutricional, musculação, ginástica aeróbia, treinamento funcional, caminhada e ginástica laboral. Essas atividades têm por finalidade combater o sedentarismo e favorecer um estilo de vida saudável de alunos, professores, funcionários e comunidade em geral.

Figura 3 – Serviços ofertados pelo NEL



Fonte: NEL, 2022

#### 1.2.4.2 Programas de auxílio

Outras políticas institucionais de apoio discente quanto à permanência implementadas foram: a criação do Programa Bolsa de Trabalho (Resolução nº 179/2015 – CAD/UEMA); a instituição do Programa Auxílio Alimentação, com incentivo pecuniário mensal de caráter provisório em *campi* em que não existem restaurantes universitários (Resolução nº 228/2017 – CAD/UEMA); o Programa Auxílio Moradia, viabilizando a permanência dos estudantes na universidade cujas famílias residam em outro país, estado ou município diferente dos *campi* de vínculo (Resolução nº 230/2017 – CAD/UEMA); o Programa Auxílio Creche, que disponibiliza ajuda financeira aos estudantes (Resolução nº 229/20157 - CAD/UEMA); criação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional para estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação (PROMAD).

#### 1.2.4.3 Educação inclusiva

As políticas de Educação Inclusiva, estão aquelas relacionadas aos alunos com necessidades especiais (tais como visuais, auditivas e de locomoção), assim como aquelas condizentes com a política de inclusão social, cultural e econômica, com vistas à inserção



de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requerendo sistemas educacionais planejados e organizados, que deem conta da diversidade de alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades.

A UEMA acredita que as políticas de educação inclusiva proporcionam um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade e participação total das pessoas com deficiências no processo de aprendizagem. O compromisso da UEMA com essas questões está explicitado no Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais. Desde o momento em que foi aprovada a Resolução nº 231/00 – CONSUN/UEMA, de 29 de fevereiro de 2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial, a inclusão tem sido uma das premissas do desenvolvimento desta instituição. Dentre outras ações afirmativas, a Resolução assegura condições de atendimento diferenciado nos *campi* da Instituição para estudantes com necessidades especiais.

No intuito de se alinhar ao disposto em Decretos-Leis, Leis e às resoluções do Conselho Nacional de Educação, tais como o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que orienta a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e para fortalecer o compromisso institucional com a garantia de acessibilidade, foi instituído pela Resolução nº 886/2014, de 11 de dezembro de 2014, o Núcleo de Acessibilidade da UEMA - NAU, vinculado à Reitoria.

O NAU faz o acompanhamento educacional dos estudantes com deficiência (física, visual e auditiva), transtornos de desenvolvimento, altas habilidades, distúrbio de aprendizagem ou em transtornos de saúde mediante a remoção de barreiras físicas/arquitetônicas, comunicacionais e pedológicas.

Tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com necessidades educacionais especiais no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. Operacionaliza suas ações baseadas em diretrizes para uma política inclusiva, a qual representa importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas com necessidades educacionais especiais.



O objetivo do NAU é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão social e acadêmica nesta Universidade.

Mas vai além da indicação de necessidades imediatas para o acesso. Trabalha no diagnóstico de demandas e elabora projetos, visando a ampliação desse acesso. Busca, também, fomentar a formação de egressos capazes de atender às demandas dos portadores de necessidades especiais e levar inclusão para além dos portões da universidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece a obrigatoriedade do Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, em curso de Licenciatura, e é plenamente cumprido pela UEMA. A disciplina é optativa nos cursos de bacharelado. Para ampliar o alcance e potencializar a inclusão, além de capacitar e disponibilizar professores para o ensino da disciplina, o NAU oferece, regularmente, o curso de Língua Brasileira de Sinais a toda comunidade acadêmica e ao público em geral.

Para estudantes com deficiência visual, a UEMA pode proporcionar, caso seja solicitada ao NAU, sala de apoio contendo: a) sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a microcomputador ou máquina de datilografia Braille; b) gravador e fotocopiadora que amplie textos; c) aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; d) software de ampliação de tela; e) equipamento para ampliação de textos para atendimento ao estudante com baixa visão; f) lupas, régua de leitura; g) Scanner acoplado a microcomputador; e, aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para estudantes com deficiência auditiva, a UEMA pode proporcionar, caso seja solicitado ao NAU: a) intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, completando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do(a) discente; b) flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; e, aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente à matéria do curso em que o(a) estudante estiver matriculado(a).



Para estudantes com deficiência física, a UEMA pode proporcionar: a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do(a) estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo; b) reserva de vagas em estacionamento nas proximidades das unidades de serviços; c) rampas com corrimãos facilitando a circulação de cadeira de rodas; d) portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e) barras de apoio nas paredes dos banheiros; e, lavabos, bebedouros;

Para estudantes com TEA (autismo infantil, autismo atípico, síndrome de Rett, síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtorno geral do desenvolvimento não especificado): a) acompanhamento de monitores(as), atendimento psicomotor, atendimento fonoaudiológico e outros.

Para estudantes com transtorno específico de aprendizagem: a) acompanhamento com equipe multidisciplinar do NAU (psicopedagogos(as), pedagogos(as), fonoaudióloga)

Para corpo docente e pessoal técnico-administrativo, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de: a) informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado de estudantes com deficiência; b) cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

Para comunidade em geral, a oferta de: a) campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças; b) parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiências sociais como direitos humanos universais; c) integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para discentes com deficiência.

Buscando contribuir para a efetivação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014), oferece o curso de Transtorno de Espectro Autista – TEA.



Oferece, ainda, os cursos de Sistema Braille, Dificuldades de Aprendizagem, Intervenção Fonoaudiológica nas Alterações da Fala e Linguagem, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, Práticas Pedagógicas Inclusivas, Ecoterapia, Audiodescrição, Educação Inclusiva na Educação Infantil, dentre outros.

## **1.1 Avaliação Institucional**

Em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a UEMA realiza avaliações institucionais por meio de Comissão Própria de Avaliação – CPA e da Divisão de Avaliação e Acompanhamento do Ensino – DAAE. Essas avaliações abrangem o corpo discente, docente e técnicos-administrativos, com o intuito de melhorar a qualidade da educação superior que a UEMA oferece.

Segundo informações da CPA, a comissão coordena e conduz processos de auto-avaliação e intermedia processos de avaliação externa relacionados à Universidade diante de avaliadores do INEP/MEC ou CEE/MA.

Já a DAAE, por meio de seus relatórios, expõe que são aplicados questionários voltados para o corpo discente e docente em relação ao curso e às disciplinas, e aos egressos em relação ao curso, desempenho, aspectos profissionais e condições oferecidas pela universidade.

### **1.1.1 Externa**

No que diz respeito à avaliação externa, os Cursos de Graduação da UEMA passam por dois tipos de avaliações:

- a) Avaliação para reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento dos cursos pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA);
- b) Avaliação de verificação de desempenho dos alunos ingressantes e egressos da UEMA pelo SINAES.

A avaliação pelo CEE/MA é norteada pela Resolução nº 109/2018 – CEE/MA, que estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências. Tal resolução especifica meios e mecanismos que os



cursos deverão seguir para que seja efetivado seu reconhecimento ou sua renovação de reconhecimento.

O SINAES, por sua vez, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, avalia os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. O SINAES avalia todos os aspectos do ensino, da pesquisa e da extensão, obtendo assim, informações que servirão de orientação para as IES. Desse modo, o SINAES traz uma série de instrumentos capazes de produzir dados e referenciais para a eficácia na análise ou avaliação de curso e da instituição. Dentre os mecanismos capazes de avaliar o ensino, destaca-se o Enade, que se caracteriza por ser um componente curricular obrigatório nos cursos de graduação (Lei 10.861/2004).

### 1.3.2 Interna

A UEMA conta com o compromisso da Administração Superior (Reitoria, Pró-Reitorias, Centros de Estudos, Direção de Cursos, Chefias de Departamentos) em adotar a avaliação como fator imprescindível para decisão em seu planejamento estratégico. Os diversos *campi*/centros que compõem a estrutura da UEMA devem assentar as suas atividades baseadas nas informações levantadas por meio da autoavaliação. Além disso, tem sido crescente o interesse da Comunidade acadêmica necessário ao alcance do sucesso a arregimentação de todos os atores para a responsabilidade e comprometimento com a efetividade e o prosseguimento do processo avaliativo.

O caráter formativo da autoavaliação deve possibilitar o aperfeiçoamento tanto pessoal dos membros da comunidade acadêmica quanto institucional, pelo fato de fazer com que todos os envolvidos se coloquem em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

O processo de autoavaliação desencadeado pela UEMA se constitui em uma experiência de aprendizagem para toda a comunidade acadêmica. No percurso da realização desse processo exige-se o estabelecimento de condições, algumas relacionadas abaixo, consideradas prerrogativas: Comissão Própria de Avaliação - CPA e Avaliação dos



Cursos de Graduação -Avalgrad. Conta com as avaliações externas imprescindíveis à qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como as avaliações dos cursos pelo CEE/MA e o SINAES.

A CPA, com autonomia e condições para planejar, coordenar e executar as atividades, mantendo o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade, assessorando os segmentos quanto à divulgação, análise e discussão dos resultados e quanto à tomada de decisões sobre as providências saneadoras.

A autoavaliação da UEMA constitui-se em uma experiência social significativa, orientada para a formação de valores e potencialização do desenvolvimento humano e institucional, pautada nos seguintes princípios:

- a) Ética: a autoavaliação bem como todas as suas ações decorrentes deverá se pautar no respeito aos direitos humanos, na transparência dos atos e na lisura das informações, buscando permanentemente soluções para os problemas evidenciados. Portanto, deve fazer parte do cotidiano de todo processo avaliativo, construindo sua materialidade histórica e cultural, numa realidade concreta, pela intervenção de sujeitos sociais preocupados em defender um projeto de sociedade permeado por valores democráticos e de justiça social;
- b) Flexibilidade: a autoavaliação deve ser aberta, de fácil compreensão dos seus procedimentos e resultados, além do respeito às características próprias de cada segmento. Fica assegurada no processo avaliativo a observância aos ajustes sempre que necessários às peculiaridades regionais e adaptabilidade ao processo de avaliação institucional. Assim, a autoavaliação propiciará oportunidades para aprender, criar, recriar, descobrir e articular conhecimentos, ou seja, criar perspectivas para educar e adaptar-se a uma realidade plural, contraditória e em constante processo de mutação;
- c) Participação: o processo de autoavaliação deverá contar com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as suas etapas, abalizada no respeito aos sujeitos, considerando suas vivências e o seu papel no contexto da instituição. Constitui-se em um exercício democrático, com abertura de espaços para o diálogo com os diferentes interlocutores, assegurando a sua inserção desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos seus resultados;
- d) Excelência: o compromisso da UEMA com a qualidade das suas ações, processos e produtos, se estende, também à autoavaliação e aos seus resultados. Partindo da compreensão da avaliação como um processo sistêmico, a autoavaliação tem o propósito de entender o contexto institucional como um todo, buscando investigar a realidade concreta nos seus aspectos internos e externos, mediante coleta e interpretação de comportamentos sociais, garantindo que os seus resultados venham contribuir para a eficiência e eficácia dos serviços disponibilizados à comunidade;



e) Inovação: a autoavaliação deverá incentivar formas de enfrentamento de problemas que resultem em soluções criativas compatíveis com a realidade da instituição. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) estão sendo gradativamente integradas às práticas didático-pedagógicas da UEMA, buscando a promoção de um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e à implementação de novas ideias. Dessa forma, metodologias interativas devem ser estimuladas e difundidas no seio da autoavaliação para provocar a quebra de estilos ortodoxos ou de acomodação;

f) Impessoalidade: a autoavaliação não deverá tomar como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber/fazer da UEMA.

Para contemplar a participação efetiva de todos os *campi*/centros, o processo de autoavaliação será realizado pelas Comissões Setoriais de Avaliação dos *campi*/centros. As comissões Setoriais de Avaliação dos Centros têm a atribuição de desenvolver o processo avaliativo junto aos *campi*/centros, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade, respeitadas as orientações da CPA/UEMA.

As Comissões Setoriais de Avaliação dos *campi*/centros funcionarão como prolongamento da CPA/UEMA e devem criar estratégias adequadas à realidade local, no sentido de possibilitar a participação dos gestores, servidores docentes, servidores técnico-administrativos e de representantes da sociedade em todas as etapas da avaliação.

A Avaliação dos Cursos de Graduação é também contemplada pela AvalGrad, conforme a Resolução nº 1477/2021-CEPE/UEMA, Seção II, Da Autoavaliação dos Cursos de Graduação, artigos 176 e 177, e envolve gestores, corpo docente, técnico-administrativos e discente.

Art. 176 A autoavaliação dos cursos de graduação é coordenada e supervisionada pela Prog, por meio da Divisão de Acompanhamento e Avaliação do Ensino (DAAE), vinculada à CTP, conforme Regimento das Pró-Reitorias.

§ 1º A autoavaliação dos cursos de graduação, no âmbito da Prog, será realizada por meio da Avaliação dos Cursos de Graduação (Avalgrad), semestralmente.

§ 2º A análise dos resultados da Avalgrad e as proposições de melhoria dos indicadores de qualidade de cada curso devem ser realizadas pelos seus NDE, Colegiado de Curso, e homologadas pelo Conselho de Centro.

§ 3º A análise dos resultados da Avalgrad e as proposições de melhoria dos indicadores de qualidade do curso são condições indispensáveis para a validação do PPC, pela CTP/PROG, quando do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.



§ 4º As Atas do Colegiado do Curso e Conselho de Centro, referidas no § 2º deste artigo deverão ser encaminhadas à CTP/PROG, e anexadas ao PPC, quando do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.

Art. 177 A autoavaliação dos cursos se faz com base no PPI, PDI e nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, considerando o perfil estabelecido pela Uema para o profissional cidadão a ser formado por todos os cursos, bem como nos princípios e concepções estabelecidos neste Regimento.

A proposta para a reformulação do Projeto de autoavaliação/2021-2025 da UEMA apresenta caminhos para a continuidade das ações avaliativas institucionais, pretendendo expandi-las e consolidá-las em observância às diretrizes emanadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e pelo CEE/MA, respeitada as peculiaridades institucionais e ao mesmo tempo se constitui numa experiência formativa.

### **3 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO**

O Curso de Graduação de Formação de Oficiais Bombeiros Militar (CFO -BM), fruto do convênio UEMA/CBMMA, destina-se à formação em Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho e garante a ascensão funcional desde a declaração de Aspirante a Oficial Bombeiro Militar até alcançar o posto de Capitão. Durante a realização do curso, o discente recebe a graduação de CADETE, na condição de praça especial do CBMMA.

O Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar (CFO – BM) aprovado pela Resolução nº 739/2006 – CEPE/UEMA leva em conta a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, as diretrizes da Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia do Maranhão – SECT e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UEMA e Conselho Universitário/CONSUN/UEMA, que criou o curso pela Resolução nº 612/2006. O Curso foi reconhecido através da Resolução nº 208/2009-CEE de 29 de outubro de 2009 do Conselho Estadual de Educação. Além disto, por ser também um curso de natureza militar, o CFO – BM também leva em consideração o Regimento Interno da Academia de Bombeiros Militar “Josué Montello”, intitulado:

O Curso de Formação de Oficiais - Bacharelado em Segurança Pública, após 14 anos de funcionamento já formou mais de 250 oficiais bombeiros militares sendo que os



egressos estão distribuídos em 24 batalhões ao longo de todo o Estado do Maranhão. Além do Comando Geral, Defesa Civil e a ABJM.

Atualmente, o corpo discente atual do curso é composto por 92 Cadetes BM, sendo distribuídos em 3 turmas: 31 do CFO - III, 29 do CFO - II e 32 do CFO – I. Os cadetes do CFO III concluem o curso no final do 1º Semestre de cada ano e posteriormente, no mês de outubro, realizam a Outorga de Grau como requisito para receberem o grau em Bacharéis. Após a finalização do curso, os cadetes são declarados Aspirantes pelo Corpo de Bombeiro do Estado do Maranhão, a quem pertence de direito esta atribuição. O Corpo de Bombeiro Militar do Maranhão tem sede em seu Comando-Geral que está situado à Avenida dos Portugueses s/n – Bacanga.

A última avaliação externa do CFO – BM deu-se em 2014, oportunidade em que o Conselho Estadual de Educação emitiu o Parecer nº 12/2016 autorizando o funcionamento do curso com média final igual a 4,6.



## **4 DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**

Existem diversas políticas estimuladas pela instituição nas principais áreas de atuação desta universidade: ensino, pesquisa e extensão.

#### **4.1.1 As Políticas de ensino no curso**

Na parte de ensino, o foco está concentrado no discente, aqui chamado de Cadete, de forma participativa, de modo a proporcionar a aquisição de um perfil específico e estabelecido em cada disciplina ofertada, e o desenvolvimento de suas capacidades críticas e criativas, além de conscientizá-lo das responsabilidades sociais, políticas e éticas.

O presente PPC prevê a Interdisciplinaridade do processo de formação de pessoas, cidadãos e profissionais exigindo a globalidade do currículo e das ações dos responsáveis pela sua efetivação didático-pedagógica, política, ética, e transcendental nos diferentes componentes curriculares e situações que o integram, na forma de conhecimentos, habilidades, competências, atitudes e valores dela decorrentes.

É política de ensino orientadora do curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar propiciar ao Cadete uma formação global que lhe permita construir competências, habilidades e atitudes de forma crítica e criativa, estimulando-o a resolver problemas, estudar casos, intervir em realidades, prever crises, fazer previsões sempre de forma ágil, versátil e ética, buscando seu auto aprimoramento e auto realização como pessoa e como cidadão, qualificando-o profissionalmente, tornando-o ciente de suas responsabilidades, usando para isso os recursos do conhecimento em seus vários níveis e modalidades, além das vivências e intervenções em realidades do seu cotidiano próximo ou remoto.

#### **4.1.2 As políticas de Pesquisa no Curso**

Durante o curso, em articulação com as atividades de ensino, deverão ser estimuladas atividades de pesquisa, por meio da iniciação científica. A direção de curso, sempre apresenta, na tentativa de estimular os discentes e docentes a participarem de projetos de pesquisa. No Quadro 1 existem alguns exemplos de projetos de pesquisa fruto de tais iniciativas que basicamente consistem em conscientizar os alunos e o comando do CBMMA sobre a importância da pesquisa para a corporação.



Quadro 1– Relação de projetos PIBIC

<b>ORD</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>COORDENADOR</b>	<b>NÚMERO DE BOLSAS</b>	<b>VIGÊNCIA</b>
1	DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA BASEADO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA AUXILIAR A PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS URBANOS EM TERRENOS BALDIOS	MAURO SÉRGIO SILVA PINTO	02	2019/2020
2	LEVIATÃ ADORMECIDO “: SOB A ÓTICA DA CULTURA POLICIAL, POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA, O OLHAR DOS BOMBEIROS MILITARES SOBRE AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTADAS NO MARANHÃO	VERA LÚCIA BEZERRA SANTOS	02	2019/2020
3	MULHERES NAS POLÍCIAS ESTADUAIS DO MARANHÃO: INSERÇÃO E RECONHECIMENTO PROFISSIONAL DAS MULHERES POLICIAIS	VERA LÚCIA BEZERRA SANTOS	02	2021/2022

Fonte: (BM, 2021)

#### **4.1.3 Políticas de extensão no curso**

Quanto às atividades de extensão desenvolvidas nas comunidades locais, com ações voltadas para as escolas públicas, logradouros públicos, coordenadas por professores vinculados ao Curso, além dos projetos abaixo elaborados pelo CFO-BM no

Quadro 2, há também uma forte contribuição em um projeto de destaque: o Criança Engenharia. Trata-se de uma amostra das atividades fins de cada curso apresentadas a crianças durante um dia inteiro. Nesta oportunidade o CFO – BM, destaca-se com diversas atrações e demonstrações para a comunidade.

Quadro 2– Relação de projetos PIBEX



<b>ORD.</b>	<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	<b>COORDENADOR</b>	<b>Nº DE BOL-SISTA</b>	<b>FO-MENTO</b>	<b>VIGÊN-CIA</b>
1	Desenvolvimento de uma ferramenta computacional para a realização do cálculo do coeficiente classificatório para a Academia do Corpo de Bombeiros Militar	MAURO SÉRGIO SILVA PINTO	01	-	2018/2019
2	Bombeiro Mirim	LAURINALVA NIVEA FERREIRA DE MELO SILVA	01	-	2017/2021

Fonte: (BM, 2021)

#### **4.2 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DISCENTE**

Os discentes do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar são denominados como cadetes e estudam integralmente de forma que pelas manhãs são ensinados sobre os conhecimentos do profissional bombeiro militar nas dependências da Academia de Bombeiros Militar Josué Montello (ABMJM), incluindo as aulas práticas, e pela tarde são ensinados sobre os conteúdos de disciplinas nas dependências da UEMA.

O Quadro 3 descreve mais informações sobre os números e demanda do curso. No Quadro 4, há mais informações sobre o quadro de vagas e dos ingressantes.

É válido ressaltar as modificações para atualização e melhoria da organização da estrutura curricular. Nesta versão, verificou-se que algumas disciplinas eram ministradas sem o seu devido requisito ministrados em períodos anteriores a ela, então o NDE decidiu mudar o período de algumas disciplinas, antecipando ou postergando disciplinas ao longo do período. Além disso, inclui-se o pré-requisito de algumas disciplinas como forma de garantir que o ensino seja ministrado de forma construtiva. Hoje, tem-se uma matriz curricular mais enxuta e mais organizada didaticamente.

Um dos exemplos desta evolução é a disciplina Anatomia Humana era ministrada por uma bióloga, há cerca de 2 anos, ela foi substituída por um profissional da área da saúde. Além disso, hoje estas aulas acontecem com o uso cadáveres no Laboratório de Anatomia da UFMA, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 - Ilustração de uma das aulas de Anatomia Humana



Fonte: (Militar, 2021)

A mesma experiência da disciplina anterior, foi estendida para a disciplina Eletricidade Aplicada, que antes limitava-se apenas a conceitos teóricos, mas atualmente inseriu-se na disciplina a demonstração prática de alguns conceitos teóricos, inclusive o treinamento de salvamento de pessoas na rede elétrica, ministrados através de parcerias entre a maior empresa de manutenção de redes elétricas de São Luís e o CFO – BM/UEMA, como se pode verificar na Figura 5.

Figura 5 - Ilustração das aulas práticas da disciplina Eletricidade Aplicada



Fonte: (Militar, 2021)

Além disso, há outras interações proveitosas entre diversas disciplinas no curso que serão formalizadas por este PPC através de interdisciplinaridades.

Apesar de o curso não possuir uma Diretriz Curricular Nacional (DCN) específica, há a preocupação de se preencher os requisitos das DCN's mais próximas da essência do curso (como as DCN's dos cursos militares). Desta forma, inclui-se a disciplina Qualidade de Vida Militar que hoje figura como uma disciplina obrigatória para os cursos voltados à segurança pública.



Quadro 3 – Caracterização do corpo discente

<b>CORPO DISCENTE</b>			
<b>CURSO: Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho (CFO-BM)</b>			
<b>ANO</b>	<b>OFERTA DE VAGAS</b>	<b>DEMANDA DE INSCRITOS</b>	<b>PROCESSO SELETIVO</b>
2021	30	2.976	UEMA PAES/2021
2022	30	2.335	UEMA PAES/2022

Fonte: (Graduação, 2022)

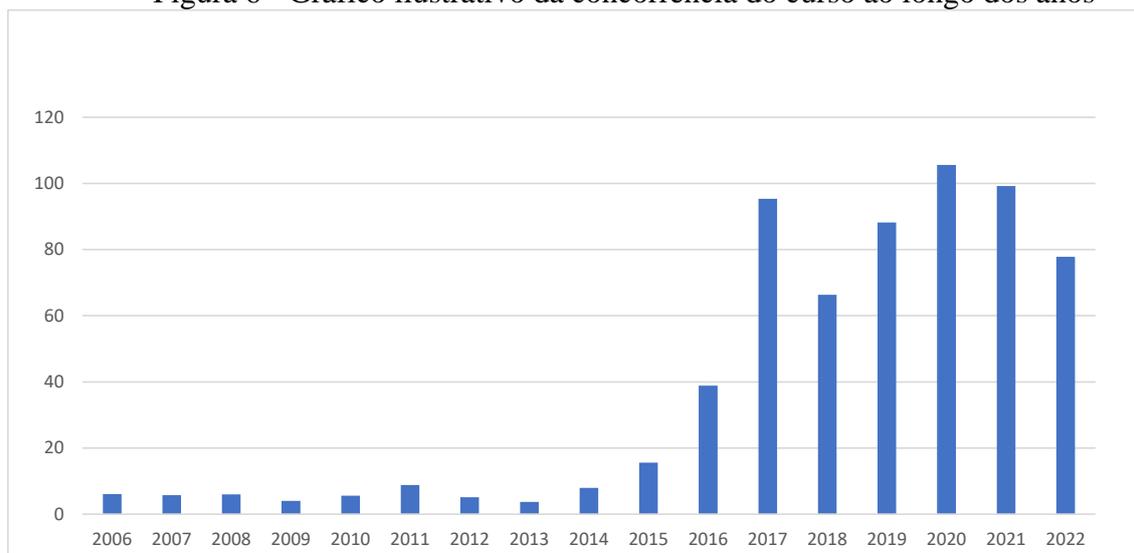
Quadro 4 – Quadro de vagas e ingressantes

<b>ANO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>INGRESSO</b>	<b>Nº DE TURMAS</b>	<b>Nº DE APROVADOS NO CURSO POR ANO</b>	<b>Nº DE REPROVADOS NO CURSO POR ANO</b>	<b>EVASÃO</b>	<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>Nº DE CONCLUINTES</b>
2021	30	31	1	30	0	0	0	32 ALUNOS CURSANDO
2022	30	30	1	30	0	0	0	30 ALUNOS CURSANDO

Fonte: (Uema, 2022)

O curso vem apresentando demanda crescente e sustentada ao longo dos anos. Isto pode ser comprovado por meio do gráfico da Figura 6 que mostra a concorrência do curso até o ano de 2022. Na Figura 6, pode-se verificar o forte e exponencial crescimento da demanda do curso que atualmente figura entre os 5 mais concorridos cursos da UEMA.

Figura 6 - Gráfico ilustrativo da concorrência do curso ao longo dos anos



Fonte: (BM, 2022)

Apesar de a demanda pelo curso ser alta e sustentada como ilustrado na Figura 6, o número de vagas de ingressantes não é determinada pela direção do CFO – BM e nem tão pouco pela direção da ABMJM. Este quantitativo é determinado pelo Comando Geral do CBMMA em conjunto com a secretaria de segurança pública do estado do maranhão, por meio de um estudo que leva em consideração a necessidade por oficiais da corporação e a dispobibilidade financeira.

#### **4.3 APOIO DISCENTE E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Além dos serviços e programas de apoio ao discente, já mencionados nas secções anteriores, há um serviço de acompanhamento do próprio corpo de Bombeiros, ministrador e operacionalizado pela ABMJM para auxílio dos cadetes.



## **4.4 OBJETIVOS DO CURSO**

### **4.4.1 Objetivo geral**

Proporcionar ao educando, a partir da aquisição e socialização de conteúdos as condições necessárias para o desenvolvimento e o aprimoramento de suas capacidades intelectuais e físicas, preparando-o e qualificando-o para o exercício profissional bombeiro militar e para o livre exercício da cidadania.

### **4.4.2 Objetivos Específicos**

- ✓ Permitir ao aluno o desenvolvimento de atitudes e a incorporação de valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegure a formação de cidadão, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades;
- ✓ Proporcionar liberdade de aprendizagem, ensino, pesquisa e divulgação da cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- ✓ Conceder ao aluno uma visão crítica dos fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais, científicos e tecnológicos;
- ✓ Favorecer a absorção de conteúdos fundamentais ao prosseguimento dos conteúdos acadêmicos;
- ✓ Buscar o aprimoramento do aluno, incluindo formação ética e desenvolvimento de autonomia intelectual e crítica, associando a teoria e a prática, promovendo uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos.

## **4.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

### **4.5.1 Saberes**

- ✓ Legislação e Regulamentos organizacionais;
- ✓ Direitos Humanos;
- ✓ Noções de química do fogo;
- ✓ Noções de hidráulica;



- ✓ Noções de construção civil-estrutura, compartimentação e acessibilidade de edifícios e de outras estruturas;
- ✓ Noções do uso de eletricidade como fonte de energia;
- ✓ Aprofundado conhecimento de proteção de segurança individual;
- ✓ Conhecimento sobre educação física e desporto;
- ✓ Conhecimento de veículos e equipamento de combate a sinistros e de salvamento;
- ✓ Sistemas de comunicação;
- ✓ Aprofundados de tipologia e utilização de agentes extintores;
- ✓ Aprofundados de processos de desencarceramento de pessoas e animais;
- ✓ Conhecimentos de Atendimento Pré-hospitalar – APH;
- ✓ Noção de sistemas e equipamentos de prevenção e de segurança;
- ✓ Conhecimento sobre desimpedimento de vias;
- ✓ Conhecimento sobre materiais perigosos e seus efeitos;
- ✓ Conhecimento básico de guardas de honra e desfile.
- ✓ Conhecimento sobre ações de prevenção e mitigação de riscos a pessoas e ao patrimônio;
- ✓ Noções básicas sobre o comportamento psicológico humano.

#### **4.5.2 Saber-Fazer**

- ✓ Aplicar as legislações e regulamentos no âmbito do corpo de bombeiros;
- ✓ Identificar tipos, características e utilizações dos diferentes equipamentos de proteção individual;
- ✓ Utilizar as técnicas de operação do sistema de comunicação;
- ✓ Manusear e identificar tipos de equipamentos pertinentes e aplicar técnicas de extinção e combate a incêndios diversos e salvamento;



- ✓ Utilizar as técnicas de ventilação tática;
- ✓ Identificar tipos, características e utilização dos diferentes agentes extintores;
- ✓ Identificar características e funcionamentos de redes de água;
- ✓ Utilizar técnicas de desencarceramento de pessoas e animais;
- ✓ Aplicar técnicas de primeiros-socorros;
- ✓ Utilizar técnicas de inspeção de sistemas e equipamentos de prevenção e segurança;
- ✓ Utilizar processos de desimpedimento de vias;
- ✓ Utilizar técnicas de intervenção em acidentes com materiais perigosos;
- ✓ Aplicar as regras relativas à integração em formaturas e guardas de honra;
- ✓ Utilizar técnicas de simulação de acidentes em ações de prevenção;
- ✓ Utilizar métodos de evacuação de pessoas, aplicando-os a situações diversas.

#### **4.5.3 Saber ser**

- ✓ Interagir com os outros no trabalho em equipe (ordem unida e dos trâmites de rotina);
- ✓ Adotar comportamento de estabilidade emocional e de resistência ao stress;
- ✓ Adotar comportamentos assertivos com vista ao cumprimento de normas de segurança;
- ✓ Adaptar-se a diferentes contextos de atuação;
- ✓ Decidir sobre as soluções adequadas em situações de emergência;
- ✓ Respeitar e conhecer os direitos Humanos.



#### **4.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

O Corpo de Bombeiro Militar do Maranhão é membro do Sistema de Segurança Nacional, desta forma, é salutar integrá-lo às ações formativas a serem empreendidas por todos os órgãos policiais para o fortalecimento e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

Tomando por base as atribuições constitucionais do Art. 144 da Constituição Federal, inerente aos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, bem como, as atribuições do Art. 116 da Constituição do Estado do Maranhão, o perfil desejado para o profissional bombeiro militar, com base nas dimensões do conhecimento aqui propostas: saber, saber fazer e querer fazer, é o de cidadão ético, com a visão de responsabilidade social, criativo e que tenha senso crítico a partir de uma sólida formação teórica e prática.

Além disso, o Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar forma bacharéis que também são Aspirantes capazes de responder de forma racional, sólida e assertiva a situações de extremo estresse. Formular modelos com o objetivo de gerenciar gabinetes e ambientes de crises e catástrofes. Está ilustrado no Quadro 5 o regime disciplinar detalhado.

#### **4.7 REGIME ESCOLAR**

O curso está pedagogicamente dividido em oito períodos, de forma que o turno matutino funciona na ABMJM e o turno vespertino funciona na UEMA, funcionando, portanto, em regime integral. Apesar de os turnos terem dividido os papéis de cada instituição, não há impedimento de, por motivos de logística, uma aula com professores da UEMA ser ministrada nos períodos da manhã e vice-versa. No Quadro 5 há o detalhamento do regime escolar.

Quadro 5 - Regime escolar

Prazo para Integralização Curricular	Mínimo	Máximo
	3,5 anos 7 Semestres	6 anos 12 Semestres
Regime do curso	Semestral	
Dias anuais úteis	200	
Dias úteis semanais	6 (segunda a sábado)	



Semanas semestrais	18	
Matrículas semestrais / ano	02	
Semanas de provas semestrais	02	
Horário de Funcionamento*	Das 13:30 às 19:00	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Monografia	
Total de créditos do Currículo do Curso	270	
Créditos de Aulas teóricas	231	
Créditos de Aulas práticas	39	
Hora-aula (min)	50 minutos	
Carga horária do currículo do Curso	4.680 Horas	
Hora-aula do currículo do Curso	60 minutos	
<b>DADOS DE CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Núcleo Comum – Art. 39 Res. n. 1477/2021-CEPE/UEMA	1.260 horas	27%
Núcleo Específico – Art. 40 Res. n. 1477/2021-CEPE/UEMA	3.255 horas	70%
Sub Total – Art. 41 Res. n. 1477/2021-CEPE/UEMA	4.515 horas	97%
Núcleo Livre – Art. 42 Res. n. 1477/2021-CEPE/UEMA	120 horas	3%
AC – Art. 55 Res. n. 1477/2021-CEPE/UEMA	45 horas	1%
Estágio – Art. 61 Res. n. 1477/2021-CEPE/UEMA	90 horas	2%

Fonte: (CFOB, 2022)

No Quadro 6, há um detalhamento que demonstra a conversão da carga horária que integraliza o curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar. A carga horária do Curso será distribuída da seguinte forma: a hora-aula corresponde a 50 min, ou seja, a somatória das **4.680** horas-aulas descritas abaixo representa na conversão **5.616 horas**.

Quadro 6 - Demonstrativo de conversão de carga horária em horas aula

CATEGORIA	A	B	C	D	E	F	G	H
	Carga horária por disciplina em horas	Carga horária por disciplina em minutos	Quantitativo de horas/aula por disciplina	Quantitativo de horários por disciplina, por semana	Quantitativo de minutos de aula por disciplina, por semana	Quantitativo de disciplinas no curso	Carga horária total	Horas aula total
Convenção	(h)	(min)	(h/a)	horários/s	(min/a/s)	(dc)	(h)	(h/a)
Base de cálculo	PPC	$B = A \times 60 \text{ min}$	$C = B : 50 \text{ min}$	$D = C : 18 \text{ sem}$	$E = D \times 50 \text{ min}$	PPC	$G = A \times F$	$H = C \times F$
TCC	0	0	0	0	0	1	0	0
Disciplinas e Estágios	60	3600	72	4	200	67	4020	4824
	90	5400	108	6	300	4	360	432
	120	7200	144	8	400	1	120	144
AC	45	2700	54	3	150	1	45	54
Estágio Supervisionado	135	8100	162	9	450	1	135	162
<b>TOTAL</b>						<b>75</b>	<b>4.680</b>	<b>5.616</b>

Fonte: RESOLUÇÃO N. 1233/2016 -CEPE/UEMA - Hora/aula = 50 min



#### 4.8 CONTEÚDOS CURRICULARES

É importante salientar que não há disponível uma matriz curricular nacional para o curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar, apesar disso, adotou-se uma estrutura curricular composta de uma base comum a todos os cursos de formação, e de uma parte diversificada, visando atender a especificidade de cada curso, bem como, as peculiaridades regionais, outras medidas devem ser implantadas, tais como:

- a. Planejamento Institucional como contexto para a proposta curricular: o momento atual tem exigido das instituições um repensar, à elaboração de planos a partir da identificação de sua missão institucional, onde possam ser identificadas ameaças e oportunidades, configurando cenários e estabelecidos procedimentos para que a mudança alcance as metas traçadas. O planejamento institucional contribuirá positivamente para contextualização das demandas a serem traduzidas na proposta curricular;
- b. Proposta institucional proativa: é fundamental que se determinem avaliações periódicas da proposta curricular, visando uma atualização que possa abranger as demandas institucionais e sociais existentes. Corrigir rumos, acertando o passo em busca de um trabalho de qualidade;
- c. Programa de Educação Continuada: necessidade de as organizações manterem pessoas competentes e atualizadas em seus quadros, principalmente na posição de direção, nos postos que exigem conhecimentos técnicos e nas áreas que demandam contatos e relações com outras organizações e múltiplas pessoas.
- d. Para que o profissional possa cumprir o papel dele esperado e se mantenha eficiente e eficaz em suas atividades, precisam estar atualizados e continuamente “recapitados” em concepções e estratégias afetas à missão e aos objetivos da instituição;
- e. Estrutura de Ensino: a proposta curricular apresentada impulsiona um repensar da estrutura de ensino existente nas academias, numa perspectiva de uma pedagogia crítico-social dos conteúdos, a difusão dos conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e,



portanto, indissociáveis das realidades sociais, significativos, com ênfase as capacidades atitudinais, mediante atividades coletivas e técnicas de ensino que dinamizem o ato de aprender e permitam tomar decisões e resolver problemas;

- f. Processo de Seleção: uma atenção deve ser dada ao processo de seleção, no que se refere à identificação do perfil uma vez que, no aspecto pessoal, o candidato à esta categoria profissional precisa possuir qualidades intelectuais, morais, psicológicas e físicas adequadas e mais especificamente; habilidades, valores e atitudes pessoais, bem-estar físico e emocional, disposição para o aprendizado contínuo;
- g. Criação de Centros de Excelências em Instrução Segmentada: visando maximizar o uso da capacidade instalada e dos recursos alocados para as academias é sugerido à transformação de alguns centros de ensino policial em centros de Excelência de Conhecimento sobre áreas específicas do saber.

Através de parcerias, os Centros de Excelência deverão promover trocas de ideias a nível regional e nacional e atender as necessidades de formação dos Profissionais da Área de Segurança Pública, justificando a concentração de investimentos em um segmento especializado.

No Maranhão, tem-se um potencial: a Academia Integrada de Segurança Pública (AISP), mantendo a participação pedagógica da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, e de outras congêneres, através de Convênios de Cooperação Técnica, celebrado para a realização de curso de Formação de Oficiais Militares e de Pós-Graduação dos demais servidores do Sistema de Segurança, além de civis interessados. Outras iniciativas devem ser tomadas, principalmente no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, que para o desempenho de suas atividades funcionais requer uma diversidade de faculdades do conhecimento passado pelas áreas tecnológicas, humanas, médica e outras modalidades do conhecimento.

Neste contexto, reitera-se aqui que considerando as características de organicidade, continuidade e integração, inerentes ao processo de planejamento, bem como o espírito de flexibilidade, cada disciplina foi construída no intuito de permitir uma



apropriação elementar ou mais complexa, correspondendo assim, ao grau de formação a ser alcançado no curso oferecido, conforme ilustrado no Quadro 7.

Quadro 7- Quadro demonstrativo de comprovação de execução dos conteúdos curriculares

<b>Eixo DCN</b>	<b>Conteúdos DCN</b>	<b>Conjunto de disciplinas do Curso que trabalham os conteúdos DCN</b>
O Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar é relativamente novo e possui poucos exemplares no Brasil, em função disso não há especificamente Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o CFO – BM, em vez disso, há um misto onde se observou as DCN's que mais se aproximam do objeto fim do curso: o de formação de Oficiais Bacharéis em Segurança Pública e do Trabalho.	Eixo humanista	QUALIDADE DE VIDA DIREITOS HUMANOS ÉTICA E CIDADANIA DIREITO AMBIENTAL PSICOLOGIA GESTÃO DE PESSOAS GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA
	Eixo tecnológico em gestão	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL INTELIGÊNCIA E CONTRA INTELIGÊNCIA CRIMINALÍSTICA APLICADA ESTATÍSTICA INFORMÁTICA APLICADA A PROJETOS

Fonte: (Militar, 2021)

#### **4.9 MATRIZ CURRICULAR**

As Matrizes Pedagógicas ora apresentadas visam possibilitar uma orientação que servirá de referencial para que os docentes envolvidos no processo de ensino possam prever condições para uma aprendizagem significativa, mediante o uso de metodologias e



técnicas relacionadas com a abordagem da disciplina privilegiando o desenvolvimento das capacidades cognitivas frente ao objeto do estudo.

Considerando as características de organicidade, continuidade, inerentes ao processo de planejamento, bem como flexibilidade, cada disciplina será construída na tentativa de permitir uma apropriação elementar ou mais complexa, correspondendo assim, ao grau de formação a ser utilizada nos cursos oferecidos.

Caberá aos centros de ensino avaliarem e promoverem as atualizações necessárias garantindo uma correção entre componente curricular, tópicos de estudo a serem abordados, metodologia adequada para as atividades de ensino-aprendizagem, técnicas e instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos das disciplinas que compõem a base comum e as suas reais necessidades.

Tais parâmetros pedagógicos para a formação, especializada e aperfeiçoamento na área de segurança do cidadão no âmbito do CBM-MA devem levar em consideração as competências do Bombeiro Militar, bem como, dos professores e instrutores, em suas três dimensões pedagógicas: saber, saber fazer, e saber ser, de maneira a não privilegiar o acesso ao conhecimento em detrimento de outras formas de aprendizagem. Importa conceber a educação como um todo, para não cairmos na reprodução do que aqui tentamos combater – as pedagogias liberais, especificamente o tecnicismo.

Por outro lado, segundo as bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão, um currículo não é apenas um rol de matérias, mas a síntese do esforço da correlação das exigências do domínio dos conhecimentos e as necessidades demandadas socialmente.

O Quadro 8 ilustra a Matriz curricular do curso CFO – BM, apresentando a carga horaria, o tipo de disciplina: se é EaD ou não e a quantidade de aulas-horas aplicadas no Sistema acadêmico da UEMA, conforme Calendário Acadêmico.

Quadro 8 - Matriz curricular do CFO-BM

ORDEM	DISCIPLINA	CH	EAD	HORAS/AULA
1	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	60		72
2	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	60		72
3	SOCIOLOGIA	60		72



4	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60		72
5	QUÍMICA APLICADA	60		72
6	ANATOMIA E FISIONOMIA HUMANA	60		72
7	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	60		72
8	ECONOMIA	60		72
9	DIREITO CONSTITUCIONAL	60		72
10	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60		72
11	CIÊNCIAS POLÍTICAS	60		72
12	PSICOLOGIA	60		72
13	GESTÃO DE PESSOAS	60		72
14	FÍSICA GERAL	60		72
15	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL	60		72
16	TERMODINÂMICA APLICADA	60		72
17	DIREITO PENAL COMUM E MILITAR	60		72
18	GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA	60		72
19	DESENHO TÉCNICO	60		72
20	ESTATÍSTICA	60		72
21	ELETRICIDADE APLICADA	60		72
22	CÁLCULO VETORIAL	60		72
23	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	60		72
24	ÉTICA E CIDADANIA	60		72
25	DIREITO AMBIENTAL	60		72
26	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	60		72
27	MECÂNICA DOS FLUÍDOS APLICADA	60		72
28	PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	60		72
29	DIREITO ADMINISTRATIVO	60		72
30	MECÂNICA TÉCNICA	60		72
31	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	60		72
32	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	90		108
33	OPTATIVA 1	60		72
34	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	60		72
35	PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	60		72
36	INTRODUÇÃO AO TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	60		72
37	ORDEM UNIDA BÁSICA	60		72
38	TECNOLOGIA E MANEABILIDADE DE INCÊNDIO	60		72
39	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	90		108
40	ARMAMENTO E TIRO	60		72
41	HISTÓRIA DA CORPORÇÃO	60		72
42	DIREITOS HUMANOS	60		72
43	CORRESPONDÊNCIA MILITAR	60		72



44	SALVAMENTO TERRESTRE	90		108
45	TELECOMUNICAÇÃO MILITAR	60		72
46	REGIME JURÍDICO DOS MILITARES DO CBMMA	60		72
47	DEFESA PESSOAL	60		72
48	SALVAMENTO AQUÁTICO	90		108
49	ETIQUETA SOCIAL	60		72
50	COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL	60		72
51	INTRODUÇÃO À ESTRA. E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO	60		72
52	ORDEM UNIDA DE COMANDO	60		72
53	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR INTERMEDIÁRIO	60		72
54	ESTRATÉGIA E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO	60		72
55	SALVAMENTO EM ALTURA	90		108
56	PRODUTOS PERIGOSOS	60		72
57	PERÍCIAS DE INCÊNDIO E EXPLOSÕES	60		72
58	CHEFIA E LIDERANÇA	60		72
59	SEGURANÇA FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES	60		72
60	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR AVANÇADO	60		72
61	NOÇÕES BÁSICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	60		72
62	SOBREVIÊNCIA, BUSCA E RESGATE EM REGIÕES INÓSPITAS	120		144
63	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR APLICADO	60		72
64	COMANDO EM OPERAÇÕES BOMBEIROS MILITAR	60		72
65	ADMINISTRAÇÃO BOMBEIRO MILITAR	60		72
66	GESTÃO DE PROJETOS ADMINISTRATIVOS	60		72
67	OPTATIVA 2	60		72
68	INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA	60		72
69	ANÁLISE DE PROJETOS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	60		72
70	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO	60		72
71	SALVAMENTO VEICULAR	60		72
72	INTRODUÇÃO AO REGIME JURIDICO MILITAR DO CBMMA	60		72
73	REGIME DISCIPLINAR MILITAR	60		72
74	ATIVIDADES COMPLEMENTARES – AC	45		54
<b>TOTAL</b>		<b>4635</b>		<b>5562</b>
75	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	0		0

Fonte: (Militar, 2021)

É válido ressaltar as modificações para atualização e melhoria da organização da estrutura curricular. Nesta versão, verificou-se que algumas disciplinas eram ministradas sem o seu devido requisito ministrados em períodos anteriores a ela, então o NDE decidiu mudar o período de algumas disciplinas, seja antecipando ou postergando disciplinas ao longo do período. Hoje, tem-se uma matriz curricular mais enxuta e cronologicamente organizada didaticamente e exemplo de muitas parcerias, como a ilustrada na Figura 7, parceria UEMA/UFMA.

Figura 7 - Ilustração de uma das aulas práticas no laboratório de morfologia da UFMA



Fonte: (Militar, 2021)

A mesma experiência da disciplina anterior, foi estendida para a disciplina Eletricidade Aplicada, que antes limitava-se a apenas conceitos teóricos, mas atualmente inseriu-se na disciplina a demonstração prática de alguns conceitos teóricos, inclusive o treinamento de salvamento de pessoas na rede elétrica, ministrados através de parcerias entre a maior empresa de manutenção de redes de São Luís e o CFO – BM/UEMA, como se pode verificar na Figura 8.

Figura 8 – Ilustração das aulas práticas da disciplina Eletricidade Aplicada



Fonte: (Militar, 2021)

Além disso, há outras interações proveitosas entre diversas disciplinas no curso que serão formalizadas por este PPC através de interdisciplinaridades.

Apesar de o curso não possuir uma Diretriz Curricular Nacional (DCN) específica, há a preocupação de se preencher os requisitos das DCN's mais próximas da essência do curso (como as DCN's dos cursos militares). Desta forma, incluiu-se a disciplina Qualidade de Vida Militar que hoje figura como uma disciplina obrigatória para os cursos voltados à segurança pública.

#### 4.9.1 Estrutura curricular do Curso de Formação Bombeiro Militar

O Curso de Formação Bombeiro Militar deve integrar uma componente teórica e uma componente prática a desenvolver em contexto de formação e em contexto real de trabalho.

Visando garantir a unidade de ação dos profissionais da área de segurança do cidadão, diminuir as discrepâncias existentes e promover a homogeneidade do processo de formação no CFO/BM. A estrutura curricular ora apresentada é composto de:

**Núcleo Comum.** Constituído de disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, inerentes ao perfil desejado do profissional bombeiro militar da área de segurança do cidadão.



**Núcleo Específico.** Este núcleo tem como objetivo reunir disciplinas que atendam às características específicas do curso de formação de Oficial Bombeiro Militar corresponde às disciplinas **fundamentais, técnico-militares e profissionais.**

**Núcleo Livre** que compõem as disciplinas optativas que servem basicamente para aprimorar a formação do egresso. Para melhor compreensão a Figura 10 ilustra a organização da divisão do núcleo comum e núcleo específico.

Além da apresentação em forma de tabelas, este PPC traz na Figura 9 mesma Estrutura Curricular apresentada em forma de organograma para melhorar o entendimento e a percepção de todas as disciplinas do curso. Neste organograma, percebe-se mais facilmente a organização cronológica das disciplinas, além disso, é mais fácil verificar os pré-requisitos de cada uma das disciplinas.

Quadro 9 – Estrutura do Curso de Formação Bombeiro Militar

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIRO MILITAR							
Vigência a partir de: 2022.2							
Ord.	1º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total	Pré-requisito
				Teóricos	Práticos		
1	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	NC	60	4	0	4	-
2	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	NC	60	4	0	4	-
3	METODOLOGIA CIENTÍFICA	NC	60	4	0	4	-
4	ANATOMIA E FISIONOMIA HUMANA	NC	60	4	0	4	-
5	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	NC	60	4	0	4	-
6	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL	NC	60	4	0	4	-
7	INTRODUÇÃO AO TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	NE	60	2	1	3	-
8	ORDEM UNIDA BÁSICA	NE	60	4	0	4	-
9	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	NE	90	2	2	4	-



10	ARMAMENTO E TIRO	NE	60	2	1	3	-
11	INTRODUÇÃO AO REGIME JURIDICO MILITAR DO CBMMA	NE	60	4	0	4	-
<b>SUBTOTAL</b>			<b>690</b>	<b>38</b>	<b>4</b>	<b>42</b>	<b>-</b>
Ord.	2º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total	Pré-requisito
				Teóricos	Práticos		
1	DIREITO CONSTITUCIONAL	NC	60	4	0	4	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO
2	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	NC	60	4	0	4	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL
3	PSICOLOGIA	NC	60	4	0	4	-
4	GESTÃO DE PESSOAS	NC	60	4	0	4	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO
5	CÁLCULO VETORIAL	NC	60	4	0	4	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL
6	TECNOLOGIA E MANEABILIDADE DE INCÊNDIO	NE	60	2	1	3	-
7	HISTÓRIA DA CORPORAÇÃO	NE	60	4	0	4	-
8	SALVAMENTO AQUÁTICO	NE	90	2	2	4	INTRODUÇÃO AO TFM, ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
9	ETIQUETA SOCIAL	NE	60	2	1	3	-
10	REGIME DISCIPLINAR MILITAR	NE	60	4	0	4	INTRODUÇÃO AO REGIME JURIDICO MILITAR DO CBMMA, INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO
<b>SUBTOTAL</b>			<b>630</b>	<b>34</b>	<b>4</b>	<b>38</b>	<b>-</b>
Ord.	3º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total	Pré-requisito
				Teóricos	Práticos		
1	QUÍMICA APLICADA	NE	60	2	1	3	-
2	ECONOMIA	NC	60	4	0	4	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL
3	FÍSICA GERAL	NC	60	4	0	4	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS CÁLCULO VETORIAL



4	DESENHO TÉCNICO	NC	60	4	0	4	-
5	DIREITO ADMINISTRATIVO	NC	60	4	0	4	DIREITO CONSTITUCIONAL
6	MECÂNICA TÉCNICA	NC	60	4	0	4	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL
7	SALVAMENTO TERRESTRE	NE	90	2	2	4	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
8	TELECOMUNICAÇÃO MILITAR	NE	60	2	1	3	-
9	DEFESA PESSOAL	NE	60	2	1	3	SALVAMENTO AQUÁTICO
10	INTRODUÇÃO À ESTRA. E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO	NE	60	2	1	3	TECNOLOGIA E MANEABILIDADE DE INCÊNDIO
11	ORDEM UNIDA DE COMANDO	NE	60	2	1	3	ORDEM UNIDA BÁSICA
<b>SUBTOTAL</b>			<b>690</b>	<b>32</b>	<b>7</b>	<b>39</b>	-
Ord.	4º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total	Pré-requisito
				Teóricos	Práticos		
1	TERMODIÂMICA APLICADA	NE	60	4	0	4	FÍSICA GERAL
2	ESTATÍSTICA	NC	60	4	0	4	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL
3	DIREITO AMBIENTAL	NC	60	4	0	4	DIREITO ADMINISTRATIVO
4	MECÂNICA DOS FLUÍDOS APLICADA	NE	60	4	0	4	MECÂNICA TÉCNICA
5	DIREITOS HUMANOS	NE	60	4	0	4	DIREITO CONSTITUCIONAL
6	CORRESPONDÊNCIA MILITAR	NE	60	2	1	3	-
7	REGIME JURÍDICO DOS MILITARES DO CBMMA	NE	60	4	0	4	REGIME DISCIPLINAR MILITAR
8	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR INTERMEDIÁRIO	NE	60	0	2	2	DEFESA PESSOAL
9	PRODUTOS PERIGOSOS	NE	60	2	1	3	-
<b>SUBTOTAL</b>			<b>540</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	-



Ord.	5º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total	Pré-requisito
				Teóricos	Práticos		
1	SOCIOLOGIA	NC	60	4	0	4	-
2	DIREITO PENAL COMUM E MILITAR	NE	60	4	0	4	DIREITO AMBIENTAL
3	GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA	NE	60	4	0	4	ESTATÍSTICA, ECONOMIA
4	ELETRICIDADE APLICADA	NE	60	2	1	3	TERMODINÂMICA APLICADA
5	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	NE	60	4	0	4	MECÂNICA DOS FLUIDOS APLICADA
6	COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL	NE	60	2	1	3	TECNOLOGIA E MANEABILIDADE DE INCÊNDIO
7	ESTRATÉGIA E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO	NE	60	2	1	3	INTRODUÇÃO À ESTR. E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO
8	SALVAMENTO EM ALTURA	NE	90	2	2	4	SALVAMENTO TERRESTRE
9	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR AVANÇADO	NE	60	2	1	3	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR INTERMEDIÁRIO
10	INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA	NE	60	2	1	3	-
<b>SUBTOTAL</b>			<b>630</b>	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>35</b>	-
Ord.	6º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total	Pré-requisito
				Teóricos	Práticos		
1	CIÊNCIAS POLÍTICAS	NE	60	4	0	4	SOCIOLOGIA
2	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	NE	60	4	0	4	-
3	ÉTICA E CIDADANIA	NC	60	4	0	4	-
4	PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	NE	60	4	0	4	DIREITO PENAL COMUM E MILITAR
5	PERÍCIAS DE INCÊNDIO E EXPLOSÕES	NE	60	2	1	3	ESTRATÉGIA E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO
6	CHEFIA E LIDERANÇA	NE	60	2	1	3	-



7	SEGURANÇA FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES	NE	60	2	1	3	-
8	SOBREVIVÊNCIA, BUSCA E RESGATE EM REGIÕES INÓSPITAS	NE	120	2	3	5	COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL
9	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR APLICADO	NE	60	2	1	3	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR AVANÇADO
10	SALVAMENTO VEICULAR	NE	60	2	1	3	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
<b>SUBTOTAL</b>			<b>660</b>	<b>28</b>	<b>8</b>	<b>36</b>	<b>-</b>
Ord.	7º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total	Pré-requisito
				Teóricos	Práticos		
1	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	NC	60	4	0	4	-
2	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	NE	135	0	3	3	-
3	OPTATIVA 1	NL	60	4	0	4	-
4	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA	NE	60	4	0	4	-
5	NOÇÕES BÁSICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	NE	60	2	1	3	-
6	COMANDO EM OPERAÇÕES BOMBEIROS MILITAR	NE	60	2	1	3	CHEFIA E LIDERANÇA
7	OPTATIVA 2	NL	60	4	0	4	-
8	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO	NE	60	2	1	3	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
<b>SUBTOTAL</b>			<b>555</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>28</b>	<b>-</b>
Ord.	8º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total	Pré-requisito
				Teóricos	Práticos		
1	PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	NE	60	4	0	4	-
2	ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	NE	45	3	0	3	-
3	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	NE	0	0	0	0	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA



4	ADMINISTRAÇÃO BOMBEIRO MILITAR	NE	60	2	1	3	-
5	GESTÃO DE PROJETOS ADMINISTRATIVOS	NE	60	2	1	3	-
6	ANÁLISE DE PROJETOS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	NE	60	4	0	4	SEGURANÇA FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES
SUBTOTAL			285	15	2	17	-
CARGA HORÁRIA TOTAL			4.680	225	41	266	-

Fonte: (Militar, 2021)

#### 4.9.1.1 Carga Horária

O CFO – BM possui estrutura curricular gradual, sequencial e integrada voltada à completa formação dos oficiais, os currículos e conteúdos programáticos propostos são avaliados pela Diretoria de Ensino da Corporação e do Núcleo Docente Estruturante do Curso. A estrutura curricular do curso também cumpre o que prevê a Resolução CNE/CES nº 02 de 18 de junho de 2007, bem como o Parecer CNE/CSA nº 8/2007 que apresentam as orientações para os Cursos de Bacharelado na modalidade presencial. Além disso, incluiu-se a disciplina Qualidade de Vida na Segurança Pública atendendo ao Art. 42 da Lei Nº 13.675 de 11 de junho de 2018.

O ementário do Curso junto com as referências encontra-se disposto no item 4.9.2. A carga horária possui 1.260 horas para as disciplinas do núcleo comum e 3.300 horas para as disciplinas do núcleo específico. No objetivo de flexibilizar o curso e permitir ao aluno escolher disciplinas de seu interesse e que enriqueçam o seu conhecimento, o atual currículo pedagógico contempla o oferecimento de 10 (dez) disciplinas optativas. Dentre as disciplinas optativas o aluno deverá cursar obrigatoriamente, 2 (duas) disciplinas no sétimo período do Núcleo Livre, com total de 120 horas. Ainda será oferecida, conforme a Portaria nº40 do MEC (**DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**) a disciplina optativa de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com carga horária de 60 horas. Neste caso, totalizam-se 10 (dez) disciplinas optativas no novo currículo. O Estágio Supervisionado continua sendo realizado no último semestre com carga horária de 135 horas. A somatória total carga horária do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar são **4.680 horas** a serem integralizadas em 08 (oito) semestre letivos.



Quadro 10- Componentes curriculares por Núcleo - Específico

<b>NÚCLEO ESPECÍFICO</b>					
<b>ORD.</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH</b>	<b>Créditos</b>		
			<b>teórico</b>	<b>prático</b>	<b>TOTAL</b>
1	INTRODUÇÃO AO TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	60	2	1	3
2	ORDEM UNIDA BÁSICA	60	4	0	4
3	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	90	2	2	4
4	ARMAMENTO E TIRO	60	2	1	3
5	INTRODUÇÃO AO REGIME JURIDICO MILITAR DO CBMMA	60	4	0	4
6	TECNOLOGIA E MANEABILIDADE DE INCÊNDIO	60	2	1	3
7	HISTÓRIA DA CORPORACÃO	60	4	0	4
8	SALVAMENTO AQUÁTICO	90	2	2	4
9	ETIQUETA SOCIAL	60	2	1	3
10	REGIME DISCIPLINAR MILITAR	60	4	0	4
11	QUÍMICA APLICADA	60	2	1	3
12	SALVAMENTO TERRESTRE	90	2	2	4
13	TELECOMUNICAÇÃO MILITAR	60	2	1	3
14	DEFESA PESSOAL	60	2	1	3
15	INTRODUÇÃO À ESTR. E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO	60	2	1	3
16	ORDEM UNIDA DE COMANDO	60	2	1	3
17	TERMODIÂMICA APLICADA	60	4	0	4
18	MECÂNICA DOS FLUÍDOS APLICADA	60	4	0	4
19	DIREITOS HUMANOS	60	4	0	4
20	CORRESPONDÊNCIA MILITAR	60	2	1	3
21	REGIME JURÍDICO DOS MILITARES DO CBMMA	60	4	0	4
22	TREINAMENTO FISICO MILITAR INTERMEDIÁRIO	60	0	2	2
23	PRODUTOS PERIGOSOS	60	2	1	3
24	DIREITO PENAL COMUM E MILITAR	60	4	0	4
25	GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGISTICA	60	4	0	4
26	ELETRICIDADE APLICADA	60	2	1	3
27	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	60	4	0	4
28	COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL	60	2	1	3
29	ESTRATÉGIA E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO	60	2	1	3
30	SALVAMENTO EM ALTURA	90	2	2	4
31	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR AVANÇADO	60	2	1	3
32	INTELIGÊNCIA E CONTRA INTELIGÊNCIA	60	2	1	3
33	CIÊNCIAS POLÍTICAS	60	4	0	4



34	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	60	4	0	4
35	PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	60	4	0	4
36	PERÍCIAS DE INCÊNDIO E EXPLOSÕES	60	2	1	3
37	CHEFIA E LIDERANÇA	60	2	1	3
38	SEGURANÇA FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES	60	2	1	3
39	SOBREVIÊNCIA, BUSCA E RESGATE EM REGIÕES INÓSPITAS	120	2	3	5
40	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR APLICADO	60	2	1	3
41	SALVAMENTO VEICULAR	60	2	1	3
42	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	135	0	3	3
43	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA	60	4	0	4
44	NOÇÕES BÁSICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	60	2	1	3
45	COMANDO EM OPERAÇÕES BOMBEIROS MILITAR	60	2	1	3
46	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO	60	2	1	3
47	PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	60	4	0	4
48	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45	3	0	3
49	TCC	0		0	0
50	ADMINISTRAÇÃO BOMBEIRO MILITAR	60	2	1	3
51	GESTÃO DE PROJETOS ADMINISTRATIVOS	60	2	1	3
52	ANÁLISE DE PROJETOS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	60	4	0	4
<b>TOTAL</b>		<b>3300</b>	<b>51</b>	<b>42</b>	<b>175</b>

Fonte: (Militar, 2021)

Quadro 11 - Componentes curriculares por Núcleo - Comum

NÚCLEO ESPECÍFICO					
ORD.	DISCIPLINA	CH	Créditos		
			teórico	prático	TOTAL
1	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	60	4	0	4
2	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	60	4	0	4
3	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4	0	4
4	ANATOMIA E FISIONOMIA HUMANA	60	4	0	4
5	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	60	4	0	4
6	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL	60	4	0	4
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	60	4	0	4
8	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	0	4
9	PSICOLOGIA	60	4	0	4
10	GESTÃO DE PESSOAS	60	4	0	4
11	CÁLCULO VETORIAL	60	4	0	4
12	ECONOMIA	60	4	0	4
13	FÍSICA GERAL	60	4	0	4



14	DESENHO TÉCNICO	60	4	0	4
15	DIREITO ADMINISTRATIVO	60	4	0	4
16	MECÂNICA TÉCNICA	60	4	0	4
17	ESTATÍSTICA	60	4	0	4
18	DIREITO AMBIENTAL	60	4	0	4
19	SOCIOLOGIA	60	4	0	4
20	ÉTICA E CIDADANIA	60	4	0	4
21	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	60	4	0	4
<b>TOTAL</b>		<b>1.260</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>84</b>

Fonte: (Militar, 2021)

Quadro 12 - Relação de disciplinas comuns a outros cursos.

Ord.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teórico	Prático	
01	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	60	04	-	04
02	SOCIOLOGIA	60	04	-	04
03	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	04	-	04
04	ECONOMIA	60	04	-	04
05	DIREITO CONSTITUCIONAL	60	04	-	04
06	CIÊNCIAS POLÍTICAS	60	04	-	04
07	DIREITO ADMINISTRATIVO	60	04	-	04
08	PSICOLOGIA	60	04	-	04
09	ESTATÍSTICA	60	04	-	04
10	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	60	04	-	04
11	ÉTICA E CIDADANIA	60	04	-	04
<b>Total</b>		<b>660</b>	<b>44</b>		<b>44</b>

Fonte: (Militar, 2021)

#### 4.9.1.2 Estrutura Curricular do Núcleo Livre

Quadro 13 - Componentes curriculares por Núcleo - Livre

NÚCLEO LIVRE					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	04	00	04
2	Língua Inglesa Instrumental	60	04	00	04



3	Metodologia do Ensino	60	04	00	04
4	Direito Civil	60	04	00	04
5	Informática Aplicada a Projetos	60	02	01	03
6	Meteorologia	60	04	00	04
7	Processo Administrativo	60	02	01	03
8	Criminalista Aplicada	60	02	01	03
9	Qualidade de Vida	60	04	00	04
10	Tópicos Emergentes em...	60	00	00	00
<b>TOTAL EXIGIDO:</b>		<b>120 h</b>			

Fonte: (Militar, 2021)

#### 4.9.2 Ementários e Referências das Disciplinas do Curso

Abaixo seguem as ementas atualizadas e contextualizadas com a realidade do cadete. As referências são divididas em duas partes: básicas e complementares, cinco referências básicas e três referências complementares.

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	CH. 60
EMENTA: Administração como uma ciência social, a partir de suas Bases Históricas. A Revolução Industrial e seus principais fatos. As contribuições das Teorias da Administração e as suas principais abordagens. As Funções da Administração. As principais Funções das Empresas. Abordar os Novos Modelos de Gestão no contexto moderno.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS: GREEN, Mark C. Princípios de marketing global. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2008; BERNARDES, Cyro. Teoria geral da administração: gerenciando organizações. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006; MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005; CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna. 7. ed. Rio de Janeiro: Campos, Elsevier, 2004; RIBEIRO, Antônio de Lima. Teorias da Administração. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: ROBBINS, Stephen Paul. Administração: mudanças e perspectivas. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006; TURBAN, Efraim; VOLONINO, Linda. Tecnologia da informação para gestão: em busca do melhor desempenho estatístico e operacional. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013;	



REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da informação aplicada a sistema de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

1º PERÍODO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

CH. 60

EMENTA:

Noções Introdutórias. Ramos do Direito. Normas Derrogáveis e Inderrogáveis. Direito Objetivo. Direito Subjetivo I: Pessoas Jurídicas e Objeto do Direito. Direito Subjetivo II : Noções Especiais de Direito Público.

NADER, Paulo. **Introdução Ao Estudo do Direito**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. 2 ed . São Paulo: Atlas, 1980

**Bibliografia Complementar**

SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra: Os limites morais do mercado**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho**. 2ª ed., 3.reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

FULLER, Lon L. **O caso de exploradores de cavernas**. Tradução de Ari Marcelo Solon. 2ª ed. São Paulo: Edpro, 2017.

1º PERÍODO

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA

CH: 60

EMENTA

A problemática do conhecimento e a construção científica. Pluralidade do método científico. A pesquisa científica.



#### REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2000.
- BURGE, Mario. Ciência e desenvolvimento. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CERVO, L. e BERVIAN P. A. Metodologia científica. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 2000.
- DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 2001.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 2001.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- LAKATOS, E. M e MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.
- RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo, Atlas: 2000.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa. São Paulo: Cortez, 1999.

#### 1º PERÍODO

DISCIPLINA: CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL UNIVARIÁVEL

CH: 60

#### EMENTA

Funções Reais de uma Variável Real. Limite de uma Função real de uma Variável Real. Continuidade de uma Função Real. Derivada de uma Função de uma Variável Real. Regra da Cadeia. Aplicações das Derivadas. Polinômio de Taylor com resto infinitesimal. Integral. Aplicações da Integral.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- HOFFMANN, Laurence D.; BIASI, Ronaldo Sérgio. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011;
- GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC , 2008. v.1;
- BOULOS, Paulo. Introdução ao cálculo: cálculo diferencial.1 ed. São Paulo: Edgard Blucher , 2008. v. 1;
- FLEMMING, Diva Marília.; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração.6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007;
- AVILA, Geraldo. Introdução ao cálculo.1 ed. Rio de Janeiro: LTC , 2008;

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- DE MAIO, Waldemar (coord.) Geometrias: geometria diferencial. Rio de Janeiro: LTC,



2007.

1º PERÍODO

DISCIPLINA: ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA

CH: 60

EMENTA

Introdução ao estudo da anatomia humana. Posição anatômica, planos e eixos do corpo humano, princípios de construção. Nomenclatura anatômica. Conceitos fundamentais de anatomia e fisiologia humana. Estudos Macroscópicos, Descritivos, Anatômicos e Fisiológicos dos Sistemas: Esquelético, Muscular, Sistema nervoso central, periférico e autônomo, Cardiovascular, Respiratório, Digestório, Urinário, Genital Masculino e Feminino, Endócrino, Tegumentar. Interrelação anatomia/fisiologia e emergências médicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DÂNGELO, JG; FATTINI, CA. Anatomia humana: sistêmica e segmentar. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.

NETTER, FH. Atlas de anatomia humana. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul (Armed), 2011.

MOORE, KL.; DALLEY, AF. Anatomia orientada para clínica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana. 22ªed., Rio de Janeiro, Guanabara- Koogan, 2006, Volumes 1 e 2.

TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. Princípios de Anatomia e Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GUYTON, Arthur C. Fisiologia Humana. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008;

KAPIT, W.; ELSON, L.M. Anatomia um livro para colorir. São Paulo: Roca, 2004.

KAPIT, W.; MACEY, R. I.; MEISAMI, E. Fisiologia um livro para colorir. São Paulo: Roca, 2004.

1º PERÍODO

DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

CH. 60

EMENTA:

LINGUAGEM. LEITURA. TEXTO. TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS. PRODUÇÃO DE TEXTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS.



### Bibliografia Básica

DIONÍSIO, Ângela Paiva *et al.* (Org.) **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2011.

KLEIMAN, Ângela. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luis Carlos. **A coerência textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2007

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2013.

—. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

### Bibliografia Complementar

LYONS, John. **Língua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

MARCUSCHI, Luiz Anto. **Análise da conversação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 199

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

### 1º PERÍODO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO TREINAMENTO FÍSICO MILITAR

CH. 60

#### EMENTA

Avaliação física geral do militar; História da Educação Física; Noções de treinamento físico militar; Sistemas Energéticos; Princípios Científicos do Treinamento; Noções básicas sobre aquecimento; Condicionamento físico geral; Resistência e força; Qualidades físicas e frequência cardíaca; Atletismo e Natação.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

APMMG. Treinamento Físico Militar (Lutas).

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. C 20-20: Manual de Treinamento Físico Militar do

CBMDF MP-6, Manual de Ataque e Defesa. 1987.

CBMDF. Portaria n. 11, de 04 de mai. 2007. Dispõe sobre as Diretrizes para o Exército Brasileiro.

Treinamento Físico Militar e sua Avaliação. Boletim Geral n.º 085/2007, CBMDF, Brasília, DF, 07 mai. 2007.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



ACSM. Manual para teste de esforço e prescrição de exercício. 4 ed. Rio de Janeiro: Re-vinter, 1996.

AIRES, M. M. Fisiologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BARBANTI, V. Dicionário de educação física e esporte. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

1º PERÍODO

DISCIPLINA: ORDEM UNIDA BÁSICA

CH. 60

EMENTA

Introdução a Ordem Unida Básica. Comandos e meios de comandos. Instrução Individual sem arma a pé firme e em movimento. Instrução com Armas. Teto de Aço. Teto de Honra.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

EB70-MC-10.308- Manual de Campanha- Ordem Unida, 4ª Edição, 2019, Autor: Ministério do Exército;

EB10-N-12.19- Normas para regularização de Teto de Aço/ Teto de Honra, 1ª Edição, 2015, Autor: Ministério do Exército;

C22-6, Manual de Campanha – Inspeções, Revistas e Desfiles. 3ª edição. 1998, Autor: Ministério do Exército;

SODRÉ, Nelson Werneck. A História Militar do Brasil. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

EB10-N-12.011- Normas de Cerimonial Militar do Exército para Adjunto de Comando, 1ª Edição, 2016, Autor: Ministério do Exército;

TZU, Sun. A arte da guerra. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980;

REIS FILHO, Daniel Aarão; CORDEIRO, Janaia Martins; LEITE, Isabel Costa; SILVEIRA, Diego Omar da (Org.). À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

1º PERÍODO

DISCIPLINA: ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

CH: 90

EMENTA

Sistema de saúde local e serviço Pré-Hospitalar móvel. Equipamentos. Anatomia e Fisiologia. Abordagem do paciente. Manejo de Vias Aéreas/Ressuscitação Cardiopulmonar.



Biossegurança e tipos de Ferimentos, Emergências Clínicas I. Trauma músculo-esquelético e imobilizações. Intervenção em crises e atendimentos de pacientes especiais. Emergências Específicas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATENDIMENTO pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OLIVEIRA, Antonio Claudio de; SILVA, Evandro de Sena; MARTUCHI, Sergio Dias. **Manual do Socorrista**. Ed. Martinari. São Paulo, 2013.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destques das diretrizes da American Heart Association para RCP e ACE**. 2015. 36f. Disponível em: <<https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2020.

COLÉGIO AMERICANO DE CIRURGIÕES COMITÊ DE TRAUMA. **Suporte avançado de vida no trauma**: programa para médicos = Advanced trauma life support. 6. ed. -. Chicago, Ill., US: American College of Surgeons, 1999

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - STC. **Lei nº 10.230, de 23 de abril de 2015**. Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. São Luís, 2015. Disponível em: <[http://www.stc.ma.gov.br/legisla\\_documento/?id=3868](http://www.stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=3868)>. Acesso em: 3 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 2.048, de 5 de novembro de 2002**. Aprova o Regulamento Técnico dos sistemas estaduais de urgência e emergência. Diário Oficial da União, Brasília, 2002b. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-2048.htm>>. Acesso em: 07 set. 2020. Não paginado.

\_. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, 2002a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm)>. Acesso em: 1 set. 2020.

#### 1º PERÍODO

DISCIPLINA: ARMAMENTO E TIRO

CH: 60

#### EMENTA

Classificação geral das armas de fogo, conceito de armas de fogo, armas leves. Definição de termos técnicos de trajetória balística. Munição de armas leves. Revolver calibre 38, pistola e Fuzil. Posições e empunhadura. Disciplina de estande. Acionamento do gatilho. Tiro de arma curta, revolve e pistola (PT 40). Prática de tiro com arma leve usual e longa no CBMMA.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA



Obra: Técnicas do Tiro ao Alvo: Breve Histórico e Orientações. Ed. Independente, Goiânia, 1989.

Autor: CAMPUS, Alexandre Flexa; CAMPOS, Colemar Elias – Minas Gerais PPPG.

1. Obra: Manual de Tática Policial – V. I, Belo Horizonte, 2002

Obra: Manual Básico de Armas de Defesa. Ed. Magnum.S.Paulo. 1997.

Autor: MATHIAS, José D'Andrea; BARROS, Saulo C.Rego.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Teixeira, João Luís Vieira. Armas de fogo: elas não são as culpadas / João Luís Vieira Teixeira. — 2. ed. — São Paulo : LTr, 2018.
2. SILVA JÚNIOR, Benedito Pereira da. Estágio de Armamento, Munição e Tiro; Curso teórico/prático ministrado aos servidores da Delegacia da Receita Federal em Piracicaba/SP. 12/2006, Piracicaba-SP
3. RABELLO, Eraldo. Balística Forense; Editora Sagra Luzzatto, 3ª Edição; 1995, Porto Alegre-RS

#### 1º PERÍODO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO REGIME JURÍDICO MILITAR DO CBMMA	CH. 60
--	--------

#### EMENTA

Aspectos constitucionais do Regime jurídico dos militares estaduais: CRFB/1988 e Constituição do Maranhão.

Lei Estadual n. 6.513/1995 – Estatuto dos servidores militares do Maranhão (artigo 1º ao 64)

Direitos, deveres e responsabilidades do bombeiro militar, do ingresso na Corporação. Da Hierarquia e Disciplina. Procedimentos do BM em Situações Diversas. Ética Profissional dos Militares Estaduais, da Honra Pessoal, do Pundonor Militar e do Decoro da Classe.conceito de transgressão disciplinar. Conceito de crime militar.crime militar em tempo de paz. Crime militar iml em tempo de guerra (artigos 9º e 10 do código penal militar)

Lei Estadual n. 10.230/2015 Lei de Organização Básica do CBMMA

Regulamento Interno de Serviços Gerais do Exército Brasileiro - Risg

Normal Gerais de Ação da ABM Josué Montello

Regulamento de continência: Continência e Sinais de Respeito

#### Bibliografia Básica

ASSIS, José César de. **Curso de Direito Disciplinar Militar: da simples transgressão ao processo. Ao Processo administrativo.** 5 ed. Curitiba: Jurua. 2018.

MARANHÃO.Lei Estadual 6.513 de 26 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Estatuto



**dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.717/86 (Dispõe sobre o ingresso de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficial Especialista (QOE) e dá outras providências.** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de Direito Penal Militar.** 2021;

SILVA, Ivan Luís da. **Direito Militar estadual – regime jurídico constitucional e disciplinar.** 2018.

### **Bibliografia Complementar**

ONO, Sylvia Helena (Coord). **Justiça Militar Estadual: aspectos práticos.** 2018

SILVA, James Ribeiro.

## 2º PERÍODO

DISCIPLINA: CÁLCULO VETORIAL

CH. 60

### EMENTA

Sistemas de Coordenadas no Plano e no Espaço. Vetores no Plano e no Espaço. Álgebra Vetorial e Interpretação Geométrica. Produto Escalar. Produto Vetorial. Produto Misto. Estudo da Reta no Plano e no Espaço. Equações do Plano. Cônicas e Superfície Quádricas.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

WINTERLE, Paulo. **Vetores e Geometria Analítica.** 2. ed. São Paulo: Prentice Education do Brasil, 2000.

BOULOS, Paulo; CAMARGO, Ivan de. **Geometria Analítica.** 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. **Geometria Analítica.** São Paulo: Editora McGraw-Hill, 1996.

BEZERRA, Licio Hernanes; COSTA E SILVA, Ivan Pontual. **Geometria Analítica.** 2. ed. Florianópolis: UFSC/ EAD/ CED/ CFM, 2010.

CAROLI, Alésio de.; CALLIOLI, Carlos A.; FEITOSA, Miguel O. **Matrizes, Vetores,**



**Geometria Analítica. 17. ed. São Paulo: Nobel, 1985.**

**Bibliografia Complementar**

SANTOS, Fabiano José; FERREIRA, Silvimar Fábio. **Geometria Analítica.** Porto Alegre: Bookman, 2009.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. **Matemática: Ensino Médio.** v.3. São Paulo: Saraiva, 2014.

LIMA, Elon Lages. **Álgebra linear.** 7. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2006. 357 p. ISBN 85-244-0089

LIMA, Elon Lages **Geometria Analítica e Álgebra Linear.** Rio de Janeiro: SBM, 2001.

LIMA, Roberto de Barros. **Elementos de Álgebra Vetorial.** Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1972..

2º PERÍODO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

CH. 60

EMENTA

Constituição: Conceito, Estrutura, Elementos e Classificação; Poder Constituinte; Controle de Constitucionalidade; Direitos Fundamentais; Direitos e Deveres individuais e coletivos; Remédios Constitucionais; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos; Ordem Social; Princípios Fundamentais; Estado de Defesa e Estado de Sítio; Forças Armadas.

**Bibliografia Básica**

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 43 ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 5 ed. São Paulo: Saraiva-jur, 2007.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição.** 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** 06 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988); OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 8.ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2005.

**Bibliografia Complementar**



SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Manual de direito constitucional**. Baurueri, SP: Manole, 2007

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 10 ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. **Direito constitucional: remédios constitucionais**. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: PSICOLOGIA

CH. 60

EMENTA

Caracterização da psicologia científica: conceitos, métodos e desenvolvimento histórico. A dimensão psicossocial do indivíduo: o comportamento humano e seu aspecto social. Os processos psíquicos e a formação da personalidade.

**Bibliografia Básica**

PISANI, Elaine Maria. (Et al). Psicologia Geral. 10 ed. Porto Alegre: Vozes, 1983

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FIGUEIREDO, L. C. M. Revisitando as Psicologias – da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JACÓ-VILELA, A.M. e SATO, L. (orgs). Diálogos em psicologia social. Porto Alegre: ABRAPSUL, 2007

PICCININI, Cesar Augusto; MOURA, Maria Lúcia Seidl de (Org). **Diálogos interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciárias**. São Paulo: Pearson, 2007

**Bibliografia Complementar**

1. BOCK, A.B. Psicologia e compromisso Social. São Paulo: Cortez, 2003.
2. GONZALEZ REY, F. O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004.
3. BLEGER, J. Temas de Psicologia – entrevista e grupos. Col. Psicologia e Pedagogia. SP, Ed. Martins Fontes, 1989.
4. ABERASTURY DE PICHÓN RIVIÈRE, Arminda; BALLVE, Suzana Maria Garagoray (Trad). **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986
5. TAVARES, José; ALARCÃO, Isabel. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2005



2º PERÍODO	
DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS	CH. 60
<b>EMENTA</b> Conceitos, Evolução, Funções, Organização e Perspectivas da Gestão de Pessoas na gestão pública; Contextualização do Ambiente Organizacional; Processos e Políticas da Gestão de Pessoas no serviço público: ingresso e formas de vínculo empregatício no serviço público, avaliação de desempenho, treinamento e desenvolvimento de Pessoas; Plano de cargos, carreira e salários, Benefícios, Higiene e Segurança do trabalho; Sistemas de informação na Gestão de Pessoas; Tópicos Especiais da Gestão de Pessoas na esfera pública.	
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b> CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999. CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal. São Paulo: Atlas, 2004. DUTRA, Joel Souza. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. Atlas, 2002. FRANÇA, Ana Claudia Limongi. As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.  CHIAVENATO, Idalberto. Administração de empresas: uma abordagem contingencial. Rio de Janeiro. Campus, 2000.	
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>  CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa. São Paulo: Makron Books, 1994.  PONTES, Benedito R. Administração de Cargos e Salários. 9ª. Edição. São Paulo: LTR, 2002.  FLEURY, Maria T. L. As pessoas na Organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	CH. 60
<b>EMENTA:</b> Definições de equações diferenciais e suas classificações; solução particular e geral; equações diferenciais de variáveis separáveis; equações diferenciais ordinárias	



homogêneas; fator integrante; equações diferenciais exatas; equações diferenciais lineares; Equação de Euler.

#### Bibliografia Básica

I – ABUNAHMAN, Sérgio A. Equações Diferenciais. Ed. Didática e Científica Ltda. Rio de Janeiro, 1989.

II – BRONSON, Richard. **Equações diferenciais**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994

III – LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 2. Ed. Harbra, 3ª ed. São Paulo, 1986.

IV – THOMAS, George B. **Cálculo diferencial e integral**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 1983

#### Bibliografia Complementar

1. COSTA, Gabriel B.; BRONSON, Richard. **Equações diferenciais**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 200
2. LEITHOLD, Louis. **O cálculo**: com geometria analítica. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1986

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: TECNOLOGIA E MANEABILIDADE DE INCÊNDIO	CH: 60
<b>EMENTA</b> - COMPORTAMENTO DO FOGO: Elementos de combustão. Triângulo do fogo. Calor: propagação do calor, efeitos do calor. Reação em Cadeia. Temperaturas notáveis de combustíveis (ponto de fulgor, ponto de combustão e ponto de ignição). Tipos de combustão e seus produtos. Explosão. Tipos de chamas. Análise da Combustão em uma vela. Extinção do fogo: métodos de extinção, agentes extintores, classes de incêndio com seus respectivos modos de extinção, aparelhos extintores. Desenvolvimento dos incêndios e fenômenos extremos do fogo: Fases de desenvolvimento de um incêndio em compartimento. Fenômenos extremos do fogo. Incêndio Ventilado e Incêndio subventilado. Conceitos complementares (plano neutro, <i>ghosts flames</i> , <i>rollover</i> , <i>feedback</i> radioativo, balanço térmico. - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E RESPIRATÓRIA: normas regulamentadoras, uso dos EPI e riscos dos ambientes de incêndios urbanos, lesões e efeitos do combate a incêndio sobre os bombeiros, autonomia do EPR. Inspeção e recebimento do material. Equipagem e desequipagem. - MATERIAIS BÁSICOS DE COMBATE A INCÊNDIO URBANO: Materiais hidráulicos. Ferramentas manuais. Materiais de arrombamento. Materiais isolantes de eletricidade. Materiais de ventilação. Materiais diversos.	
<b>REFERÊNCIAS</b> 1. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. <b>Manual de bombeiros militar: combate a incêndio urbano</b> . (MABOM- CIURB) 1.ed. Belo Horizonte:	



- CBMMG, 2020.
2. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Manual de fundamentos**. 2º ed. São Paulo, 2019.
  3. Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina. **Tópicos introdutórios: ciências do fogo / Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**. Organizado por Marcos Alves da Silva. -- 1. ed. -- Florianópolis, 2018.
  4. Corpo de Bombeiros Militar de Goiás. **Manual operacional de bombeiros: Combate a incêndio urbano/ Corpo de Bombeiros Militar**. – Goiânia: - 2017
  5. Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo. **Manual Técnico: teorias de incêndio e técnicas de combate**. Vitória, 2015.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros – MTB-17**. Equipamentos de proteção individual e de proteção respiratória. 1ºed. Volume 17. São Paulo, 2006.
2. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros – MTB-23**. Emprego de mangueiras, esguichos e acessórios hidráulicos. 1ºed. Volume 23. São Paulo, 2006
3. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **Manual básico de combate a incêndio**. Módulo 03. Técnicas de Combate a Incêndio. 2º ed. Distrito Federal, 2009.

#### 2º PERÍODO

DISCIPLINA: SALVAMENTO AQUÁTICO

CH.  
90

#### EMENTA

Histórico do Salvamento Aquático no Brasil e no Maranhão. Prática de Natação. Emprego de Equipamentos nas atividades de prevenção e Salvamento Aquático. Operações de Salvamento Aquático em rios, lagos e mar. Emprego de técnicas de resgate em ambientes inundados. Afogamento. Ações de Prevenção aos acidentes na água. Tábua de marés. Noções de Mergulho. Técnicas Básicas de Recuperação de Afogados. Sobrevivência no Mar – Estágio de 24h.

#### REFERÊNCIAS

CLARINDO, Diogo de Souza. **PREVENÇÃO: da importância à prática no salvamento aquático**. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em Gestão de Emergências). Universidade do Vale de Itajaí, 2007. 84f;  
COLETÂNEA DE MANUAIS TÉCNICOS DE BOMBEIROS – Manual do Guarda Vidas de São Paulo. 1ª Ed. Vol. 11, 2006;  
MANUAL OPERACIONAL DE BOMBEIROS: GUARDA-VIDAS / Corpo de Bombeiros Militar. – Goiânia: 2017;



MANUAL DO GUARDA VIDAS/ Corpo de Bombeiros Militar Do Maranhão. – São Luís: 2014;

SÁ, Joyce de Mesquita Lindoso de. Avaliação do monitoramento de águas costeiras na baía de São Marcos em São Luís – Ma. Trabalho de conclusão – Dissertação (Mestrado em Energia e Ambiente). Universidade Federal do Maranhão, 2014.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SOUZA, Paulo Henrique de. O Serviço de Guarda-Vidas no Litoral Paranaense nas Temporadas de 1997/1998 a 2004/2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Controle em Segurança Pública) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. Disponível em: <[http://www.sobrasa.org/biblioteca/Cap\\_BM\\_PAULO\\_MONOGRAFIA\\_Parana.pdf](http://www.sobrasa.org/biblioteca/Cap_BM_PAULO_MONOGRAFIA_Parana.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO – SOBRASA. Relação e descritivo de materiais de Prevenção e salvamento aquático com propósito de compra ou licitação. Disponível em: <[http://www.sobrasa.org/new\\_sobrasa/arquivos/baixar/Descritivo\\_de\\_materiais\\_salvamento\\_SOBASA.pdf](http://www.sobrasa.org/new_sobrasa/arquivos/baixar/Descritivo_de_materiais_salvamento_SOBASA.pdf)>. Acesso em 02 de maio de 2017. Baseado nos processo descritivo de licitação do Corpo de Bombeiros dos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_. Afogamentos o que esta acontecendo? Boletim Brasil – 2015. Disponível em [http://www.sobrasa.org/new\\_sobrasa/arquivos/baixar/AFOGAMENTOS\\_Boletim\\_Brasil\\_2015.pdf](http://www.sobrasa.org/new_sobrasa/arquivos/baixar/AFOGAMENTOS_Boletim_Brasil_2015.pdf). Acessado em 02 maio 2017

2º PERÍODO

DISCIPLINA: ETIQUETA SOCIAL

CH.  
60

EMENTA

História da Etiqueta. Importância e finalidade. Apresentação pessoal (boas maneiras). Etiqueta no vestir (trajes). Como se portar. Pontualidade. Etiqueta à mesa e postura adequada. Etiqueta no ambiente de trabalho (etiqueta profissional). Etiqueta nas redes sociais. Etiqueta em diferentes Comemorações. Conceito de cerimonial e protocolo. Roteiro e script (formatura militar, baile, culto, etc). Apresentação de autoridades (ordem de precedência). Técnicas de recepção.

**Bibliografia Básica**

1. Etiqueta Sustentável – Elisa Bechuate, Editora: Paulinas, 2015;
1. Cerimonial, Protocolo e Etiqueta - Marlene de Oliveira - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – PARANÁ, 2015;
1. Pequeno livro de etiqueta - guia para toda hora - Ana Vaz, Editora: Verus - Grupo Record, 2018;



1. Cerimonial Militar do Exército - Vade-Mécum 07 - Prática de Cerimonial e Protocolo - PORTARIA No 522, DE 15 DE OUTUBRO DE 2001;

### **Bibliografia Complementar**

1. <http://www.dicasdeetiqueta.com.br/etiqueta-social/>

*Etiqueta sem Frescura* - Cláudia Matarazzo, Editora: Planeta do Brasil - Grupo Planeta, 2015.

### 2º PERÍODO

DISCIPLINA: REGIME DISCIPLINAR MILITAR

CH. 60

Decreto lei 667/69

Decreto federal 4.346/2002 - Regulamento Disciplinar do Exército. Lei Estadual n. 8.959/2009. Conceitos de decore da classe pundoonor militar, honra pessoal e ética militar. Conceito de transgressão disciplinar. Classificação, punições. Transgressões em espécie. O dever de apurar. Prescrição das transgressões. Autoridades competentes para punir: Portaria n.89/2012 publicada no BG 53/2012; Portaria n. 120/2015 publicada no BG n. 81/2015. Limites de aplicação de punição. Agravamento, Relevação, atenuação, cancelamento e anulação das punições. Regimento da SSP - atuação da Corregedoria Adjunta BM . Decreto Estadual n. 35.589/2020 - Delega competência para a prática dos atos que menciona e dá outras providências

- Transgressões que repercutem na exclusão, ingresso na reserva remunerada ou reforma do militar (noções): Lei Estadual n. 3.699/75 noções gerais; Lei Estadual n. 3.700/75 noções gerais

### REFERÊNCIAS

ASSIS, José César de. **Curso de Direito Disciplinar Militar: da simples transgressão ao processo. Ao Processo administrativo.** 5 ed. Curitiba: Jurua. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 17 set. 2017.

CUNHA, Irineu Ozires. **RDE comentado – parte geral.** 2ª ed. Comunicare. 2004  
\_\_\_\_\_. **RDE comentado – parte especial.** 2ª ed. Comunicare. 2004

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de Direito Penal Militar.** 2021



SILVA, Ivan Luís da. Direito Militar estadual – regime jurídico constitucional e disciplina. 2018.

#### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BISNETTO. Olympio Braga. **Nulidades do Processo Administrativo Disciplinar – comum e militar.** Paco Editorial. 2017

BURILLE, Nelson. **A PRESENÇA DO ADVOGADO NO CONSELHO DE DISCIPLINA: Obrigatoriedade ou Faculdade?.** 2016, Disponível em: <http://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/presencadoadv.pdf>. Acesso em 13 jun 2021. 15p.

SANTOS, Everton Araujo dos. **JUSTIÇA E DISCIPLINA: o processo administrativo do Exército Brasileiro e o contraditório e a ampla defesa na era dos direitos.** Resende – RJ. 2017

#### 2º PERÍODO

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA CORPORACÃO

CH. 60

#### EMENTA

Descoberta do fogo. Evolução histórica dos combates e prevenções à incêndios. Surgimento dos Corpos de Bombeiros. Histórico mundial. Surgimento dos Corpos de Bombeiros no Brasil. Criação e implantação. Evolução Histórica dos Corpos de Bombeiros no Brasil. Surgimento do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Criação e implantação da seção contra incêndio na PMMA. Emancipação do CBMMA. Evolução histórica do CBMMA (Capital e interior do Estado). Medalhas e condecorações do CBMMA. Reorganização do CBMMA segundo a LOB (Lei de Organização Básica da Corporação). Atribuições das Unidades BM. Unidades atualizadas.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

<https://cbm.ssp.ma.gov.br/index.php/cbmma/institucional/nossa-historia/>

Lei n. 294 e 16-04-1901 (Autorização da criação da Seção de Bombeiros para extinção de Incêndio);

Decreto nº 32 de 10-12-1903 (Criação da Seção de Bombeiros);

Lei de Organização Básica do CBMMA (Lei 10.230 de 23/abr/2015);

Histórico do CBMRJ – Ed. 1991, Autor: Estado Maior do CBMRJ.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



Apostila de Histórica do CBMMA – 2011 – Cap QOABM Santana;

Álbum do Maranhão em 1908 - Gaudêncio Rodrigues da Cunha;

<http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>

3º PERÍODO

DISCIPLINA: DESENHO TÉCNICO

CH. 60

EMENTA

Desenho Técnico: Palavras Iniciais. 2.0. Classificações do Desenho Técnico. 3.0. Procedimentos básicos de desenho técnico. 4.0. Princípios de projeção: a representação do espaço tridimensional. 5.0. Prática do desenho técnico. 6.0 Organização da documentação técnica do projeto.

**Bibliografia Básica**

STAMATO, José; OLIVEIRA, João Carlos de; GUIMARÃES, João Carlos M. **Desenho 3**: introdução ao desenho técnico. Rio de Janeiro: FENAME, 1972

Dencker, Kelly Loureiro. Apostila Desenho Básico. UDESC. 2009. 74p.

VENDITTI, Marcus Vinícius dos Reis. Desenho Técnico sem Prancheta com AutoCAD 2008. 1. ed. Florianópolis: Visual. Books, 2007. 284p.

ABNT. NBR10068: “Folha de desenho – leiaute e dimensões”. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 1987.

ABNT. NBR10647: “Desenho técnico”. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 1989,p.2.

**Bibliografia Complementar**

ABNT. NBR10068: “Folha de desenho – leiaute e dimensões”. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 1987.

ABNT. NBR10647: “Desenho técnico”. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 1989, p.2.

ABNT. NBR10067: “Princípios gerais de representação em desenho técnico”. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 1995.

ABNT. NBR13142: Desenho técnico – “Dobramento de cópia”. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 1999.



ABNT. NBR6492: Representação de projetos de arquitetura.  
ABNT. NBR8196: Desenho Técnico – Emprego de escalas.  
ABNT. NBR8402: Execução de caractere para escrita em desenho técnico.  
ABNT. NBR8403: Aplicação de linhas em desenhos - tipos de linhas – largura de linhas.  
ABNT. NBR10068: Folha de desenho – leiaute e dimensões.  
ABNT. NBR10126: Cotagem em desenho técnico.  
ABNT. NBR10582: Apresentação da folha para desenho técnico.  
ABNT. NBR10068: Folha de desenho – leiaute e dimensões.  
ABNT. NBR10126: Cotagem em desenho técnico.  
ABNT. NBR10582: Apresentação da folha para desenho técnico.

### 3º PERÍODO

DISCIPLINA: TELECOMUNICAÇÃO MILITAR

CH. 60

Histórico das Comunicações no Mundo e no Brasil; Incêndios relacionados com causas elétricas; Equipamentos de Proteção Elétrica e Normas de segurança; Exploração das Comunicações; Montagem e Desmontagem dos equipamentos de Rádios; Operação do Sistema digital troncalizado APCO 25 e Mister Site.

#### **Bibliografia Básica**

1. 1. Apostila de Telemarketing, Vitória : 2001, Autor: CASTRO, Ingrid Caldeiras Torres de.
2. 2. Manual de Instrução de Guarda Civil Metropolitana, Autor: Guarda Civil Metropolitana de São Paulo: 1996.
3. 3. Manual de Instrução Modular, Vitória; 1995, Autor: Polícia Militar do estado do Espírito Santo.
4. 4. Manual de Instrução Modular, 5ª Edição: 1999, Autor: Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.
5. 5. Manual de Comunicações operacionais, 1 Edição 2006, Volume 13, Autor: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

#### **Bibliografia Complementar**

1. Manual de Campanha, Emprego da Guerra Eletrônica, 1 Edição 1999, Autor: Exército Brasileiro, Ministério da Defesa.
2. Comunicações Operacionais, Autor: Escola de Formação da Secretaria de Estado de Defesa Social, 2015.
3. Manual de Campanha, Emprego das Comunicações, 2 Edição 1997, Autor: Exército



Brasileiro, Ministério da Defesa.

3° PERÍODO

DISCIPLINA: FÍSICA GERAL

CH. 60

Movimento unidimensional. Movimento bidimensional. As leis de Newton. Movimento circular. Trabalho e energia. Energia potencial e conservação da energia. Impulso e quantidade de movimento. Colisões. Rotação de um corpo rígido. Momento angular e torque. Equilíbrio estático e elasticidade. Hidrostática e Hidrodinâmica. Teoria dos gases, Termodinâmica. Oscilações e Ótica.

**Bibliografia Básica**

1. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física: Mecânica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. v.1, 448p.
2. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física: Gravitação, Ondas e Termodinâmica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. v.2, 324p.
3. TIPLER, Paul A; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros: mecânica, oscilações, ondas e termodinâmica. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. v.1, 759p.
4. ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física Um Curso Universitário – Mecânica. 2. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014. v. 1, 508p.
5. ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física Um Curso Universitário – Campos e Ondas. 2. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014. 581p..

**Bibliografia Complementar**

1. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física: Óptica e Física Moderna. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. v.4, 448p.
2. NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de Física Básica 1: Mecânica. 5. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2013. 394p.
3. NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de Física Básica 2: Fluidos, Oscilações e Ondas, Calor. 5. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2013. 303p..

3° PERÍODO

DISCIPLINA: ECONOMIA

CH. 60



EMENTA

Introdução à Ciência Econômica. Modelos Microeconômicos. Macroeconomia. Economia no Setor Público. Economia Internacional. Crescimento Econômico e Tópicos da Economia Brasileira.

3º PERÍODO

DISCIPLINA: MECÂNICA TÉCNICA

CH. 60

EMENTA

Estática dos pontos materiais. Equilíbrio de um ponto material. Resultante de Sistema de Forças. Equilíbrio dos corpos rígidos. Análise estrutural. Forças em Cabos. Forças Distribuídas: Centroides e Baricentros. Forças Distribuídas: Momentos de inércia. Atrito.

**Bibliografia Básica**

1. HIBBELER, R. C. Mecânica para Engenharia – Estática. 12a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2019.
2. BEER, Ferdinand P.; JOHNSTON JR., E. Russell; MUZUREK, David F. Mecânica Vetorial para Engenheiros – Estática. 11a ed. Mcgraw Hill. Editora Bookman, 2019.
3. PLESHA, Michael E.; GRAY, Gary L.; COSTANZO, Francesco. Mecânica para Engenharia: Estática. 1a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.
4. MERIAM, J. L.; KRAIGE, L. G. **Mecânica para engenharia: estática**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011
5. MELCONIAN, Sarkis. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais. 19a ed. Editora Érica, 2012.

**Bibliografia Complementar**

1. MATSUMURA, Amadeu Zenjiro; FRANÇA, Luis Novaes Ferreira. **Mecânica geral**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.
2. YOSHIDA, Américo. **Mecânica geral**. São Paulo: L. Oren, 1979
3. SINGER, F. L. Mecânica para engenheiros. 2a ed. São Paulo: Harbra, 1981. □
- SONNINO, S. Mecânica geral. 3a ed. Editora Nobel

3º PERÍODO



DISCIPLINA: QUÍMICA APLICADA	CH. 60
<b>EMENTA</b> Noções Básicas de Química Geral; Estudo dos Gases e Teoria Cinética dos Gases; Funções da Química Orgânica; Termoquímica; Combustíveis: Processo de combustão e Combate ao incêndio; Agentes Químicos de Riscos.	
<b>Bibliografia Básica</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• BRADY, J. E.; RUSSEL, J. W.; HOLUM, J. R. Química: a matéria e suas transformações. 3ª Edição, Vol. 02. 2003. LTC Editora S.A. ISBN 85-216-1326;</li><li>• CONSTANTINO, M. G.; SILVA, G. V. J.; DONATE, P. M. Fundamentos de Química Experimental, Editora Edusp, 2004;</li><li>• MAHAN, B. H. Química, um curso universitário. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1981;</li><li>• RUSSEL, J. B. Química geral. 2ª Edição, vol.01 e 02, 2004. Pearson Makron Books. ISBN 853460192-5 e ISBN 853460151-8;</li><li>• SOLOMONS, T.W.G. Química Orgânica, vol. 1–8ª edição, Editora LTC, 2006.</li></ul>	
<b>Bibliografia Complementar</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• TURNS, Stephen R. <b>Introdução a combustão</b>: conceitos e aplicações. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. 2013</li><li>• Journal of Chemical Education, Revista Química Nova e Química Nova na Escola.</li></ul>	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: DEFESA PESSOAL	CH. 60
<b>EMENTA</b> Noções Gerais de Defesa Pessoal, Breve Histórico, Conceito e Classificação das Lutas, O que é Defesa Pessoal, Conceito de Defesa Pessoal, Aspectos da Técnica de Reação, Porque treinar Defesa Pessoal, Qual a importância para a profissão Bombeiro Militar, Técnicas de Defesa e Ataque.	
<b>Bibliografia Básica</b>	



- GURGEL, Fábio. Personal Jiu-Jitsu. Axcel Books do Brasil, 2003.
- KANO, Jigoro. Judô Kodokan. São Paulo: Cutrix, 2008.
- KLINGERSTORFF, Hubert Linger Von. Judô sem Mestre. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.
- KUDO, Kazudo. Judô em Ação. São Paulo: Sol S.A., 1982.
- LICHTENSTEIN, Kobi. KRAV MAGÁ: A Filosofia da Defesa Israelense. 5ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006
- NATALI, Marco. Defesa Pessoal Kung Fu. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.
- NATALI, Marco. Técnicas Básicas do Kung Fu. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.
- OMIYA, Shiro. As raízes secretas do AIKIDO. 12ª ed. São Paulo: Pensamento, 2014.
- ONMURA, Luiz. Et al. Manual do judô. São Paulo: Editrês, 1983.
- SCOTT, Steve. Imobilizações e deslocamentos em lutas de solo. São Paulo: Madras, 2011.
- SHINOHARA, Luiz. Et al. Artes marciais – Judô. São Paulo: Editrês, 1983.
- TEGNER, Bruce. Defesa Pessoal para Briga de Rua. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.
- UCHIDA, Rioiti. MOTTA, Rodrigo. URUWASHI: O Espírito do Judô. Vol. 1. São Paulo: Generale, 2014.
- UCHIDA, Rioiti. MOTTA, Rodrigo. URUWASHI: O Espírito do Judô. Vol. 2. São Paulo: Generale, 2017.
- TEGNER, Bruce. Defesa Pessoal para Briga de Rua. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.
- UCHIDA, Rioiti. MOTTA, Rodrigo. URUWASHI: O Espírito do Judô. Vol. 1. São Paulo: Generale, 2014.
- UCHIDA, Rioiti. MOTTA, Rodrigo. URUWASHI: O Espírito do Judô. Vol. 2. São Paulo: Generale, 2017.

### **Bibliografia Complementar**

- CLAVELL, James. A Arte da Guerra Sun Tzu. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- De Sá, Marco Antônio Lopes. Manual de Preparação Física para o Karatê. Ediouro, 1988.



- EMERSON, Franchini. Judô Desempenho Competitivo. São Paulo: Manole, 2001.
- FRANCHINI, Emerson. DEL VECCHIO, Fabrício Boscolo. Preparação Física para Atletas de Judô.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Educação Física. Ministério da educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3ª ed. Brasília: A Secretaria, 2001.
- REID, Howard. CROUCHER, Michael. O Caminho do Guerreiro: O Paradoxo das Artes Marciais. 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010.
- SCARPATO, M; RAMIREZ, F; LOMAKINE, L; NETO, L.S; CAMPOS, M.Z; TONELLO, M.G.M; ALVES, P.A.M.; ZOTOVICI, S; FREITAS, W.S. Educação Física: como planejar as aulas na educação básica. São Paulo: Avercamp, 2007.
- VARIOS AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Pulo: Cortez, 1992.
- VELTE, Herbert. Dicionário de Termos Técnicos de Judô. Rio de janeiro: Ediouro, 1991..

3º PERÍODO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ESTRATÉGIA E TÁTICA DE COMBATE À INCÊNDIO

CH. 60

EMENTA

- MANOBRAS COM MANGUEIRAS E MONTAGEM DE ESTABELECIMENTOS. Definições. Acondicionamento de mangueiras. Montagem dos Estabelecimentos. Sistema de Hidrantes da Edificação. Escada. Içamento de mangueiras (içamento de linha e de ligação). Procedimento para desarmar o estabelecimento. Perda de carga.
- ementares (plano neutro, *ghosts flames*, *rollover*, *feedback* radioativo, balanço térmico.
- TÉCNICAS DE COMBATE A INCÊNDIO URBANO. Tipos de ataque. Regulagem do esguicho. Técnicas com esguicho.
- PASSAGEM DE PORTA DE PROGRESSÃO NO AMBIENTE DE INCÊNDIO. Procedimentos operacionais na passagem de porta. Tipos de progressão no ambiente.
- ENTRADAS FORÇADAS. Critérios a serem observados antes de adentrar o ambiente incendiado. Técnicas de entrada forçada. Orientações gerais (escoramento emergência,



entalhe de cunha, entalhe de machado.

- BUSCA E SALVAMENTO EM AMBIENTES INCENDIADOS. Etapas do salvamento. Tipos de busca. Técnicas de salvamento (sem uso de cordas). Autossalvamento. Salvamento de bombeiros acidentados.

- PREPARAÇÃO PARA O SOCORRO: PRÉ-PLANEJAMENTO. Rotina operacional: principais atividades (assunção do serviço, treinamento operacional. Manutenção e acondicionamento dos equipamentos após ocorrência. Briefing e debriefing). Fases do socorro (aviso, partida, deslocamento, reconhecimento, planejamento, estabelecimento, salvamento, combate, controle, inspeção final, rescaldo e desmobilização).

### Bibliografia Básica

1. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. **Manual de bombeiros militar: combate a incêndio urbano**. (MABOM- CIURB) 1.ed. Belo Horizonte: CBMMG, 2020.
2. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Manual de fundamentos**. 2º ed. São Paulo, 2019.
3. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros – MTB-08**. Bombas de incêndio. 1ºed. Volume 08. São Paulo, 2006.
4. Corpo de Bombeiros Militar de Goiás. **Manual operacional de bombeiros: Combate a incêndio urbano/ Corpo de Bombeiros Militar**. – Goiânia: - 2017.
5. Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo. **Manual Técnico: teorias de incêndio e técnicas de combate**. Vitória, 2015.

### Bibliografia Complementar

1. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros – MTB-23**. Emprego de mangueiras, esguichos e acessórios hidráulicos. 1ºed. Volume 23. São Paulo, 2006.
2. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **Manual básico de combate a incêndio**. Módulo 03. Técnicas de Combate a Incêndio. 2º ed. Distrito Federal, 2009.

### 3º PERÍODO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

CH. 60

### EMENTA

Conceito de direito administrativo. Relação com outros ramos do direito. Evolução histórica do direito administrativo. Fontes. Conceito de administração pública. Elementos e



poderes do estado. Natureza da administração: princípios básicos, direitos e deveres do administrador público, uso e abuso do poder. Poderes administrativos. Atos administrativos. Contratos administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Licitação e contrato. Concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

### **Bibliografia Básica**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 24. ed.rev. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes et al. (...). **Direito administrativo brasileiro**. 37. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 201;

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015;

ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 28ª ed. Método; São Paulo 2009;

### **Bibliografia Complementar**

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 6 ed. rev. ampl. reform. até 01.01.2012. Niterói, RJ: Impetus, 2012

CARVALHO, Mateus. **Manual de Direito Administrativo**. 7ª ed. Juspodivm; Bahia 2020;

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2020;

### 3º PERÍODO

DISCIPLINA: ORDEM UNIDA DE COMANDO

CH. 60

### EMENTA

Posições e movimentos com espada embainhada. Posições e movimentos com espada desembainhada. Prática de Comando de Tropa e Guarda Bandeira.

### **Bibliografia Básica**



1. EB70-MC-10.308- Manual de Campanha- Ordem Unida, 4ª Edição, 2019, Autor: Ministério do Exército
2. EB10-N-12.19- Normas para regularização de Teto de Aço/ Teto de Honra, 1ª Edição, 2015, Autor: Ministério do Exército C22-6,
3. Manual de Campanha – Inspeções, Revistas e Desfiles. 3ª edição. 1998, Autor: Ministério do Exército

### **Bibliografia Complementar**

EB10-N-12.011- Normas de Cerimonial Militar do Exército para Adjunto de Comando, 1ª Edição, 2016, Autor: Ministério do Exército

### 3º PERÍODO

DISCIPLINA: SALVAMENTO TERRESTRE

CH. 90

### EMENTA

Introdução ao Salvamento Terrestre. Nós e Amarrações. Multiplicação de força. Salvamento com uso de escada. Espaço Confinado. Corte de árvore.

### **Bibliografia Básica**

1. GOIÁS, Corpo de Bombeiros Militar. **Manual Operacional de Bombeiros: Manual de Salvamento em Altura**. Goiânia: CBMGO, 2017.
2. GOIÁS, Corpo de Bombeiros Militar. **Manual Operacional de Bombeiros: Manual de Salvamento Terrestre**. 1ª ed. Vol. 01. Goiânia: CBMGO, 2017.
3. SÃO PAULO, Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros: Manual de Fundamentos do Corpo de Bombeiros**. 2ª ed. Vol. 10. São Paulo: PMESP, 2006.
4. SÃO PAULO, Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros: Manual de Salvamento Terrestre**. 1ª ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
5. SÃO PAULO, Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros: Manual de Salvamento em Altura**. 1ª ed. Vol. 26. São Paulo: PMESP, 2006.

### **Bibliografia Complementar**

1. ABNT. **NBR 14787: espaço confinado: prevenção de acidentes, procedimentos e medidas de proteção**. Rio de Janeiro, 2001.



2. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-33**: segurança e saúde nos
3. trabalhos em espaços confinados. Disponível em <http://trabalho.gov.br/imagens/Documentos/SST/NR/NR33.pdf> >. Acesso em 01 de junho de 2020. Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1997.

#### 4º PERÍODO

DISCIPLINA: PRODUTOS PERIGOSOS

CH. 60

#### EMENTA

Introdução as Emergências envolvendo Produtos Perigosos. Legislação, Classificação e Identificação dos Produtos Perigosos. Níveis de capacitação do profissional Hazmat e SCI aplicado as ocorrências envolvendo Emergências Químicas. Sequência Operacional envolvendo Produtos Perigosos. Ocorrências com produtos perigosos e procedimentos de atuação.

#### Bibliografia Básica

- 1 - SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Urgência e emergência para a enfermagem**: do atendimento pré-hospitalar (APH) à sala de emergência. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Iátria, 2010
- 2 - CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Manual de emergências químicas, 2014.
- 3 - MAEPP. Manual de atendimento às emergências com produtos perigosos. Coletânea de manuais técnicos de bombeiros. 1. Ed. V. 1. São Paulo, 2006.
- 4 - MOB. Manual Operacional de Bombeiros. Dos procedimentos para atendimento de emergências com produtos perigosos. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, 2016.
- 5 - MOB. Manual Operacional de Bombeiros: produtos perigosos. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, Goiânia, 2017. 123 p.
- 6 - MOPP/GOPP. Manual de operações com produtos perigosos/Grupo de operações com produtos perigosos. Manual técnico de bombeiros. 1. Ed. Rio de Janeiro, 2004.

#### Bibliografia Complementar

- 1 - ABNT NBR 12982. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Desvaporização de tanque para transporte terrestre de produtos perigosos -Classe de risco 3 -Líquidos Inflamáveis. 2003.
- 2 - ABNT NBR 14064. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Transporte rodoviário de produtos perigosos -Diretrizes no atendimento à emergência. 2014.



3 - ABNT NBR 15480. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Transporte rodoviário de produtos perigosos -Plano de ação de emergência (PAE) no atendimento a acidentes. 2007.

4 - ABNT NBR 17505-5. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis. Parte 5: Operações. 2006.

5 - ABNT NBR 5419. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas. 2001.

6 - ABNT NBR 7500. Associação Brasileira de Normas Técnicas/Norma Brasileira 7500. Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos perigosos, 2012.

7 - REVISTA EMERGÊNCIA. Emergências Químicas: dique de contenção. 62. Ed. São Paulo, 2014.

8 - SÃO PAULO (Estado). Coletânea de manuais técnicos do corpo de bombeiros e da polícia militar: MTB 21 emergências em vasos pressurizados. São Paulo, 2006

#### 4º PERÍODO

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA

CH. 60

#### EMENTA

Introdução à estatística. Séries e distribuições de frequências. Gráficos. Medidas de tendência central, separatrizes e coeficientes. Medidas de dispersão ou variabilidade, assimetria e curtose. Análise de regressão e correlação, intervalo de confiança, análise exploratória de dados, dados absolutos e relativos.

#### Bibliografia Básica

1. PAULINO, Carlos D; BRANCO, João A. **Exercícios de Probabilidades e Estatística**. Goiânia: Escolar Editora, 2015;
2. BUSSAB, Wilton de O; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013;
3. D'HAINAUT, Louis. **Conceitos e métodos da estatística**: uma variável a uma dimensão. 2. ed. Lisboa: FCG, 1997.
4. FONSECA, Jairo Simon e MARTINS, Gilberto Andrade. Curso de Estatística. São Paulo: Atlas, 2000;
5. SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. São Paulo: McGraw – Hill, 1969

#### Bibliografia Complementar



1. TOLEDO, Geraldo L.; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985. 1992, 1994, 1995
2. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F.; CALADO, Verônica. **Estatística aplicada á engenharia**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004;
3. CUNHA, Gilda; MARTINS, M<sup>a</sup> do Rosário; SOUSA, Ricardo e OLIVEIRA, Felipa Ferraz de. **Estatística Aplicada às Ciências e Tecnologias da Saúde**. Lisboa – Porto: Lidel – Edições Técnicas lda, 2007;
4. MELLO, Francisco Mercês de. **Dicionário de Estatística**. Lisboa: Edições Sílabo, 2014;
5. SOARES, Amílcar. **Geoestatística para as Ciências da Terra e do Ambiente**. 2 ed. Lisboa: IST Press, 2006

#### 4º PERÍODO

DISCIPLINA: REGIME JURÍDICO DOS MILITARES DO CBMMA

CH. 60

#### EMENTA

Lei Estadual n. 6.513/1995 – Estatuto dos servidores militares do Maranhão (artigo 65 ao 168)

Remuneração dos Policiais militares, soldo, gratificação e indenização. das classificações, substituições temporárias, movimentação de pessoal e funções privativas. Prerrogativas dos bombeiros militares. Das licenças. Do uso dos uniformes. Agregação e reversão. Do excedente. Do desaparecimento e do extravio. Da Reserva Remunerada, não-remunerada e Reforma dos BMs. Acidente em serviço. Do Ausente e do Desertor. Do desligamento e da exclusão do serviço ativo. Da Demissão, da Perda do Posto, da Patente e da Declaração de Indignidade ou Incompatibilidade com o Oficialato. Do licenciamento. Da Exclusão a Bem da Disciplina. Da Deserção: conceito do crime conforme o Código penal Militar. Do Falecimento e do Extravio. DO TEMPO DE SERVIÇO. Das recompensas, dispensas e afastamentos temporários no CBMMA. Das disposições finais.

Lei nº 3.743/975 (Lei de Promoção de Oficiais da ativa da Polícia Militar do Maranhão)

4. 4. Lei nº 4.175/80 (Lei de Remuneração da Polícia Militar do Maranhão)

- a) Das Gratificações;
- b) Das Indenizações;
- c) Do Transporte;
- d) Do Fardamento;
- e) Das Situações Especiais.

#### Bibliografia Básica

MARANHÃO. Lei Estadual 6.513 de 26 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Estatuto



**dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.964/91 (Regulamenta para a Polícia Militar do Maranhão, a Lei nº 3.743, de 02 de dezembro de 1975, que dispõe sobre as promoções de Oficiais da ativa).** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.743/75 (Dispõe sobre promoções de Oficiais da ativa da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências).** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.175/80 – Lei nº 8.591/07 (Dispõe sobre a Remuneração dos membros da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão).** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 18.431 (Regulamento de Uniforme do CBMMA).** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

#### **Bibliografia Complementar**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.591/07 (Dispõe sobre a fixação de subsídio para os membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão).** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8.362, de 29/12/2005.** Reunido em Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão, James Rodrigues Silva (org.), 6ª edição rev. e atual. – São Luis: Comercial Segraf – Gráfica e Editora Ltda., 2014.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de Direito Penal Militar.** 2021

SILVA, Ivan Luís da. **Direito Militar estadual – regime jurídico constitucional e disciplinar.** 2018.



DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL	CH. 60
<b>EMENTA</b> Noções Gerais do Meio Ambiente; Direito Ambiental; Princípios fundamentais do Direito Ambiental; Competências Ambientais; Tutela Constitucional do Meio Ambiente; Tutela Administrativa Ambiental; Tutela Civil Ambiental; Tutela Penal Ambiental; Política Nacional do Meio Ambiente; Avaliação de Impacto Ambiental; Licenciamento Ambiental; Padrões de Qualidade Ambiental; Tombamento; Unidades de Conservação; Tutela da Flora (vegetação nativa); Política Nacional de Recursos Hídricos; Urbanismo e Estatuto da Cidade; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Atualidades <input type="text"/> .	
<b>Bibliografia Básica</b>  I – ABUNAHMAN, Sérgio A. Equações Diferenciais. Ed. Didática e Científica Ltda. Rio de Janeiro, 1989. II – BRONSON, Richard. <b>Equações diferenciais</b> . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994 III – LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 2. Ed. Harbra, 3ª ed. São Paulo, 1986. IV – THOMAS, George B. <b>Cálculo diferencial e integral</b> . Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 1983  <b>Bibliografia Complementar</b>  1. COSTA, Gabriel B.; BRONSON, Richard. <b>Equações diferenciais</b> . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 200 2. LEITHOLD, Louis. <b>O cálculo</b> : com geometria analítica. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1986	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: MECÂNICA DOS FLUIDOS APLICADA	CH. 60
<b>EMENTA</b> Propriedades dos Fluidos. Estática dos Fluidos. Análise Dimensional e Semelhanças. Sistemas e Volume de Controles Finitos. Dinâmica dos Fluidos “Perfeitos”. escoamento Viscoso em Condutos. Hidrometria. Bombas hidráulicas.	
<b>Bibliografia Básica</b>  1. Bistafa, Sylvio R., Mecânica dos Fluidos: Noções e Aplicações, Editora Blucher, 2016; 2. MCDONALD, A.T., Introdução à Mecânica dos Fluidos. LTC Editora, 7ª Edição, 2001;	



3. BRUNETTI, F. Mecânica dos Fluidos. Pearson, 2ª Edição, 2008;
4. MUNSON, B., Young, D. & OKIISHI, T., Fundamentos da Mecânica dos Fluidos, Wiley, 2004;
5. WHITE, F.M., Mecânica dos Fluidos, McGraw-Hill, 6ª Edição, 2002;
6. CC, S. M.; Mecânica dos Fluidos. Editora Pearson, 2016.

#### **Bibliografia Complementar**

- Cengel, Y.A., & Cimbala, J.M., Mecânica dos Fluidos: Fundamentos e Aplicações, McGraw-Hill, 3ª edição, 2015;
2. SONTAG, R; VAN WYLEN. Fundamentos da Termodinâmica, Edgard Bluxher, 2009;
  3. Hibbeler, R. C., Mecânica dos Fluidos, Editora Pearson, 2016;

#### 4º PERÍODO

DISCIPLINA: TERMODINÂMICA APLICADA

CH. 60

#### EMENTA

Conceitos Fundamentais da Termodinâmica. Calor e Trabalho. 1ª Lei da Termodinâmica. Transferência de Calor. A Teoria Cinética dos Gases. Propriedades Térmicas da Matéria. Entropia e 2ª Lei da Termodinâmica. Potencial Termodinâmico. Entalpia de Combustão. Carga de Incêndio.

#### **Bibliografia Básica**

1. MORAN, Michael; SHAPIRO, Howard N; BAILEY, Margaret B. Princípios de Termodinâmica para Engenharia. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016;
2. TIPLER, Paul A. Física para Cientistas e Engenheiros. Vol.2. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2017;
3. RESNICK, R; HALLIDAY, D; WALKER, J. Fundamentos de Física. Vol. 2. 10ª edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2016;
4. FREEDMAN, Roger A.; YOUNG, Hugh D. Física II - Termodinâmica e Ondas. 14ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016.;  
BORGNAKKE, Claus; SONNTAG, Richard E.; WYLEN, Gordon J. Van. Fundamentos da Termodinâmica. 8ª edição. São Paulo: Blucher, 2013

#### **Bibliografia Complementar**

1. TIPLER, Paul A. **Física:** para cientistas e engenheiros. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000
2. FIOLHAIS, Carlos; FIOLHAIS, Manuel; GUÉMEZ, Júlio. Fundamentos de Termodinâmica do Equilíbrio. 1ª ed. Lisboa: FCG, 1998.;
3. FAIRES, Virgil Moring; SIMMANG, Clifford. Termodinâmica. 6ª ed. Rio de



- Janeiro: Guanabara Koogan, 1983;
4. CIMBLERIS, Borisas. Introdução a Termodinâmica Geral. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

#### 4º PERÍODO

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS

CH. 60

#### EMENTA

Importância, complexidade e aspectos básicos de Direitos Humanos. Estudo da Dignidade Humana. Tratados Internacionais voltados a Segurança Pública e respeito as minorias. Estudos sobre os principais remédios constitucionais voltados às garantias dos Direitos Humanos no Brasil.

#### Bibliografia Básica

1. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional;. **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos**: cooperação em matéria civil . 3. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012;
2. AGUIAR, Marcus Pinto. **Acesso à justiça nos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos**: primeira condenação do Brasil na corte interamericana de direitos humanos - caso Ximenes Lopes versus Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
3. CARVALHO RAMOS, André de. Curso de Direitos Humanos. 6. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019;
4. GORCZEVSKI, Clóvis. Direitos humanos dos primórdios da humanidade ao Brasil de hoje. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.
5. MONDAINI, Marco. **Direitos humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.

#### Bibliografia Complementar

1. AGRA, Walber de Moura. O entrenchment como condição para a efetivação dos direitos fundamentais. In: TAVARES, André Ramos (Coord.). Justiça constitucional: pressupostos teóricos e análises concretas. Belo Horizonte: Fórum, 2007;
2. ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito. Revista do Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 217: I-VI, p. 67-79, jul./set. 1999;
3. HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição – contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1997.



--

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: TREINAMENTO FÍSICO MILITAR INTERMEDIÁRIO	CH. 60
EMENTA Avaliação física geral do militar continuada; Condicionamento físico continuado; Treinamento Aeróbico; Treinamento Neuromuscular; Treinamento intervalado; Didática Aplicada A Educação Física; Defesa Pessoal continuada.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS APMMG. Treinamento Físico Militar (Lutas). BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. C 20-20: Manual de Treinamento Físico Militar do CBMDF MP-6, Manual de Ataque e Defesa. 1987. CBMDF. Portaria n. 11, de 04 de mai. 2007. Dispõe sobre as Diretrizes para o Exército Brasileiro. Treinamento Físico Militar e sua Avaliação. Boletim Geral n.º 085/2007, CBMDF, Brasília, DF, 07 mai. 2007.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES ACSM. Manual para teste de esforço e prescrição de exercício. 4 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. AIRES, M. M. Fisiologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. BARBANTI, V. Dicionário de educação física e esporte. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2003.	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: CORRESPONDÊNCIA MILITAR	CH. 60
EMENTA Sistema de Correspondência no CBMMA; Normas Gerais para Elaboração de Documentos; Documentos Sigilosos; Levantamento dos documentos emitidos pelas seções do CBMMA; Prática de Redação; Documentos do Estado Maior Geral.	
REFERÊNCIAS CASTRO, Ingrid Caldeira Torres de - Apostila de Telemarketing. Vitória: 2001; Manual de Correspondência Militar do Exército - Exército Brasileiro INSTRUÇÕES GERAIS PARA A CORRESPONDÊNCIA DO EXÉRCITO – 1ª Edição, 2011;	



Apostila de Telemarketing. Vitória: 2001, Autor: CASTRO, Ingrid Caldeira Torres de. - Manual de Instrução de Guarda Civil Metropolitana - Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. São Paulo: 1996.;

Manual de Instrução Modular. Vitória; 1995, Autor: Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. - Manual de Instrução Modular. 5ª Edição: 1999 - Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Protocolo e cerimonial: normas, ritos e pompa. São Paulo: Ômega Editora e Distribuidora Ltda.2001, Autor: Gilda Fleury Meirelles;

Portaria Nº 1.676, de 14 de dezembro de 2016. Aprova as Instruções Gerais para Avaliação de Documentos do Exército (EB10-IG-01.012), 2ª Edição, 2016;

Portaria nº 011, de 10 de janeiro de 2001 Aprova as Instruções Gerais para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (IG 1051).

#### 5º PERÍODO

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

CH. 60

#### EMENTA

Emergência do mundo moderno. Formação do pensamento sociológico. Objeto e métodos da Sociologia. Teóricos e correntes sociológicas clássicas. Conceitos fundamentais em Sociologia. Sociedade, comunidade e (pós)modernidade. Questões sociais contemporâneas.

#### Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Max, Durkheim e Weber**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TURNER H., Jonathan. **Sociologia – Conceitos e Aplicações**, São Paulo: Makron Books, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. Ed, Porto Alegre: Penso, 2012.



### Bibliografia Complementar

BRYM, Robert J. et al. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo, São Paulo: Cengage Learning, 2006.

GALLIANO, A. Guilherme. **Introdução a sociologia**. São Paulo: Harbra, 1981.

FORACCHI, Marialice M; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia, São Paulo: LTC, 1977.

### 5° PERÍODO

DISCIPLINA: ELETRICIDADE APLICADA

CH. 60

#### EMENTA

Eletrostática: conceitos básicos. Carga Corrente, Tensão e Potência. Circuitos Resistivos. Métodos de Análise e Teoremas de Rede, Circuitos de Segunda Ordem, acumuladores (capacitores e indutores): Introdução à circuitos Trifásicos (conceito básicos) Capacidade de condução, Curto-circuito, proteção contra sobrecarga, Linhas de distribuição, linhas de transmissão e para-raios, apenas conceitos básicos. Instrumentos de medidas

#### Bibliografia Básica

1. NILSSON, James W.; Riedel, Susan A. Circuitos Elétricos. 10ª Ed, São Paulo. Pearson, 2016.
2. JOHNSON, David E.; HILBURN, John L.; JOHNSON, Johnny R. **Fundamentos de análise de circuitos elétricos**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
3. BOYLESTAD, Robert L, Dispositivos Eletrônicos e teoria de circuitos. 8 ed. PEARSON, 2012
4. COTRIM, A.A. M. Instalações elétricas. 5ª Ed. Pearson. 2008.
5. ALEXANDER, Charles K.; SADIKU, Matthew, Fundamentos de Circuitos Elétricos, Porto Alegre, MCGRAWHILL, 2013.
6. IRWIN, J. David. **Análise básica de circuitos para engenharia**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003

#### Bibliografia Complementar

1. ALBUQUERQUE, Rômulo Oliveira. Análise de circuitos em corrente contínua. 20. ed. São Paulo, Érica, 2007.
2. DORF, Richard C; BISHOP, Robert H. Sistemas de controle modernos. 12. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2013.



3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão. Rio de Janeiro, p. 217. 2008.

5º PERÍODO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL COMUM E MILITAR

CH. 60

EMENTA

Evolução do direito penal. Conceito e importância. Objeto de estudo do direito penal. Relação do direito penal com outras disciplinas. Princípios constitucionais penais. Norma penal, fontes de direito penal. Aplicação da lei penal (no tempo, no espaço e em relação às pessoas). Teoria do crime. Dos crimes contra a pessoa. Da rixa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade pessoal. Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio. Dos crimes contra o patrimônio. Conteúdo correlato de direito penal militar.

**Bibliografia Básica**

CRETELLA JÚNIOR, José; CRETELLA NETO, José. **1.000 perguntas e repostas de direito penal**. 16º ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004

RODRIGUES, Maria Stella Villela Souto Lopes. **ABC do direito penal**. 13. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2001.

ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2011.

NEVES, Cícero Robson C.; STREIFINGER, Marcello. **Manual de direito penal militar**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007

**Bibliografia Complementar**

CAÇADOR de mentes. Episódio 1. Direção: David Finch. Pittsburgh: Netflix, 2017.

GUIMARÃES, Claudio A. G.; DAMASCENO, A. A. O lugar do direito penal na democracia: em busca da legitimidade perdida (ou nunca encontrada). In: Márcio Alexandre Correia Teixeira; Ariston Chagas Apoliano Júnior; Marcelo de Carvalho Lima. (Org.). **Direitos humanos e execução penal**: estudos em homenagem ao Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho. 1ed. São Luís: EDUFMA, 2018, v. , p. 50-70



5° PERÍODO	
DISCIPLINA: RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	CH. 60
<b>EMENTA</b> Tração e compressão. Cisalhamento puro. Torção em barras de seção transversal circular. Esforços solicitantes e diagramas em vigas isostáticas. Flambagem de colunas. Flexão simples e composta.	
<b>Bibliografia Básica</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais, 5 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. Mecânica dos Materiais tradução da 7ª Edição Norte-Americana</li><li>• GERE, James M. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</li><li>• MELCONIAN, Sarkis. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais. 18 Ed. São Paulo. Érica, 2007.</li><li>• DI BLASI, Clésio G. Resistência dos Materiais. 2 Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.</li><li>• BEER, Ferdinand P.; JOHNSTON.; Russell. Resistência dos Materiais. 3 Ed São Paulo: Pearson Makron Books, 1995.</li></ul>	
<b>Bibliografia Complementar</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• BOTELHO, Manoel H. C. Resistência – para entender e gostar. 1 Ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2008.</li><li>• Timoshenko, S. P. Resistência dos Materiais, LTC, 1957;</li><li>• Hibbeler, R. C. Estática: Mecânica para Engenharia, 10 ed, Pearson, 2006</li></ul>	

5° PERÍODO	
DISCIPLINA: GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA	CH. 60
<b>EMENTA</b> Conceitos de Sistema Logístico. As Funções Logísticas: distribuição, Armazenagem, Suprimento, Transporte. Modelos de tomada de decisão em logística. Modelos de distribuição. Redes de distribuição. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Projetos de Embalagens. Operadores Logísticos. Fluxos Logísticos. Modais Logísticos; Gerenciamento e Planejamento estratégico logístico; Tecnologias de informação na logística.	



### Bibliografia Básica

1. BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993. 2007, 2011
2. Bowersox D. Closs D.. Logística Empresarial – o processo de integração da Cadeia de Suprimentos, São Paulo: Editora Atlas, 2001
3. NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia...** 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007
4. BELFIORE, P.; FÁVERO, L. P. PESQUISA OPERACIONAL PARA CURSOS DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
5. CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Estratégia, Planejamento e Operação. 4ª ed. Pearson Education do Brasil. 2002.

### Bibliografia Complementar

1. NOVAES, A. G. Sistemas Logísticos; Transporte, Armazenagem e Distribuição Física de produtos. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.
2. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 4.ed.rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
3. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JONHSTON, R. Administração da Produção. Atlas, 3. Ed, 1 – 728 p, 2009.

### 5º PERÍODO

DISCIPLINA: INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA

CH. 60

#### EMENTA

Definição de atividade de inteligência; Histórico e importância da atividade de inteligência para segurança pública; Atividades de inteligência X investigação policial; Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); Doutrina Nacional de Segurança Pública (DNISP); Fundamentos jurídicos da atividade de inteligência de segurança pública; Introdução às atividades de inteligência (inteligência, contra-inteligência e operações de inteligência).

### Bibliografia Básica

1. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Conselho Consultivo do Sisbin. Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns. Brasília, 2004.
2. ANTUNES, Priscila Carlos B.SNI & ABIN: entre a teoria e a prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.



3. BRAGA, Pedro Luis de Araújo. O papel da atividade de inteligência em uma sociedade democrática. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1998. (Dissertação apresentada no Curso de Altos Estudos Estratégicos. Exército Brasileiro).
4. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, Brasília, 2009, p. 13.
5. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz Doutrinária para a Atividade de Inteligência de Segurança Pública: Relatório Técnico. Belo Horizonte: [s.n.], 2005. GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2009.

### **Bibliografia Complementar**

1. CEPIK, Marco Aurélio. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
2. FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. A Inteligência e a Gestão da Informação Policial. Brasília: Fortium, 2008.
3. SCHNIDER, Rodolfo Herberto. Abordagens Atuais em Segurança Pública. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SCHNIDER, Rodolfo Herberto. Abordagens Atuais em Segurança Pública. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

### **5º PERÍODO**

<b>DISCIPLINA: ESTRATÉGIA E TÁTICA DE COMBATE A INCÊNDIO</b>	<b>CH. 60</b>
--	---------------

#### **EMENTA**

1. Manobras com mangueira e montagem de estabelecimentos: definições, acondicionamento de mangueiras, montagem dos estabelecimentos, sistema de hidrantes da edificação, procedimentos para desarmar o estabelecimento. 2. Manejo, suprimento de água e operação do corpo de bomba. Tipos de suprimento de água. Linhas de resfriamento. Escova. Bombas em série. 3. Técnicas de combate a incêndio: tipos de ataque, regulação de esguicho, técnicas com esguicho. 4. Progressão e passagem de porta: tipos de progressão, procedimentos operacionais na passagem de porta. 5. Combate a incêndio em edificações verticais: sistemas de proteção contra incêndio e pânico, técnicas de combate a incêndio no plano vertical. 6. Busca e Salvamento: Salvamento. Busca. Localização provável das vítimas. Marcação de áreas revisadas Busca em edificações elevadas. Técnicas para a retirada das vítimas e de bombeiros. 7. Combate a incêndio veicular: Causas dos incêndios em veículos. Gerenciamento dos riscos. EPI e EPRA. Sinalização, isolamento, perímetro de segurança. Circunstâncias do incêndio. Técnicas de combate. 8. Preparação para o socorro: pré-planejamento. Rotina operacional: principais atividades (assunção do serviço, treinamento operacional. Manutenção e acondicionamento dos equipamentos após ocorrência. Briefing e debriefing). Fases do socorro (aviso, partida,



deslocamento, reconhecimento, planejamento, estabelecimento, salvamento, combate, controle, inspeção final, rescaldo e desmobilização).

#### **Bibliografia Básica**

1. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. **Manual de bombeiros militar: combate a incêndio urbano.** (MABOM- CIURB) 1.ed. Belo Horizonte: CBMMG, 2020.
2. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Manual de fundamentos.** 2° ed. São Paulo, 2019.
3. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros – MTB-08.** Bombas de incêndio. 1°ed. Volume 08. São Paulo, 2006.
4. Corpo de Bombeiros Militar de Goiás. **Manual operacional de bombeiros: Combate a incêndio urbano/ Corpo de Bombeiros Militar.** – Goiânia: - 2017
5. Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo. **Manual Técnico: teorias de incêndio e técnicas de combate.** Vitória, 2015

#### **Bibliografia Complementar**

1. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros – MTB-23.** Emprego de mangueiras, esguichos e acessórios hidráulicos. 1°ed. Volume 23. São Paulo, 2006
2. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **Manual básico de combate a incêndio.** Módulo 03. Técnicas de Combate a Incêndio. 2° ed. Distrito Federal, 2009

#### **5° PERÍODO**

DISCIPLINA: COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL

CH. 60

#### **EMENTA**

Aspectos Gerais de Incêndios Florestais; Materiais de Combate a Incêndio Florestal; Prevenção a Incêndios Florestais; Técnicas de Combate a Incêndios Florestais; Organização de Material e Pessoal; Legislação Ambiental; Noções de Orientação e Navegação; Noções de Sobrevivência na Selva.

#### **Bibliografia Básica**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.** Goiás, 2017.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndio Florestais.** Rio de Janeiro.



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coletânea de Manual Técnicos de Bombeiros: Combate a Incêndios Florestais – MTB 04.** São Paulo, 2006.

**Prevenção e Combate a Incêndio Florestais.** Rio de Janeiro. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

**Manual para Formação de Brigadista de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.** Brasília: ICMBio, 2010.

### **Bibliografia Complementar**

Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Manual de Prevenção e Controle de Queimadas no Estado do Maranhão. Maranhão: SEMA, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cartas Topográficas. Brasília: IBGE, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, Programa Queimadas Monitoramento por Satélite.

LOURENÇO, Luciano; SERRA, Gouveia; MOTA, Lucília CUBO, María et al. **Manual de Combate a Incêndios Florestais para Equipas de Primeira Intervenção.** Portugal: Escola Nacional de Bombeiros, 2006.

## 5º PERÍODO

DISCIPLINA: SALVAMENTO EM ALTURA.

CH. 90

### EMENTA

Histórico, conceituação e normalização de Salvamento em altura. Segurança, fator de queda, força de choque, síndrome de Arnês. Cordas: histórico, conceito, classificação, especificações e manutenção. Equipamentos: EPs, flexíveis e rígidos. Nós e amarrações. Ancoragens. Técnicas e táticas de descensão (com e sem vítimas) e tirolesa. Técnicas e táticas com e sem vítima - ascensão e escalada. Transposição de cabos no plano horizontal - Comando Crawl: técnica e volta ao cabo; preguiça – técnica; Resgate com macas. Resgate com escadas. Resgate com Helicópteros

### **Bibliografia Básica**

1. AGUIAR, Eduardo José Slomp. Resgate Vertical. 2ª Ed. Curitiba : Associação da Vila Militar – Departamento Cultural, 2016.
2. Manual de fundamentos de Bombeiros/Corpo de Bombeiros – São Paulo: 1998. Editora Abril; Corpo de Bombeiros Militar de São Paulo.



3. Manual operacional de bombeiros : salvamento em altura / Corpo de Bombeiros Militar. – Goiânia : - 2017

### **Bibliografia Complementar**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 35: Trabalho em Altura. Brasília, DF. 2012.

SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. São Paulo: LTR, 2004;

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos/ fundamentos básicos. 7. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2009.

### 6° PERÍODO

DISCIPLINA: CHEFIA E LIDERANÇA

CH. 60

#### EMENTA

Relações Interpessoais: as dimensões do comportamento humano, sua interdependência, uma visão sistêmica nas organizações. Trabalho em equipe. Desenvolvimento de pessoas. Gestão do conhecimento e de competências.

Comunicação Efetiva: o líder comunicador, utilizando-se da comunicação eficaz; o poder das palavras e a leitura das mensagens por traz das palavras e leitura corporal; liderança e Inovação no mundo contemporâneo.

Delegar e não delegar poderes: processo de apoderamento dos seguidores; missão da liderança, preparar seus colaboradores para pleno exercício das suas funções futuras posições; uma relação visando perenidade das organizações.

Habilidades de chefia e liderança: razão, visão e intuição como recursos gerenciais. Habilidades interpessoais: a gestão positiva do poder, da autoridade e da influência. Habilidades na gestão da novidade: o planejamento e a condução do processo de inovar.

Planejamento e Tomada de Decisão: percepção x realidade, a influência da nossa percepção no processo decisório. A importância do pensamento estratégico e o planejamento ordenado (PDCA).

Coach e acompanhamento de resultados: o chefe também pode adotar a postura de coach, pois gera resultados positivos para a organização, o que deve ser feito para tornar-se um coach confiável. O comportamento assertivo.

#### REFERÊNCIAS

##### **Bibliografia Básica**

DE BIAZZI, Fábio. **Lições essencias sobre liderança e comportamento**



**organizacional: transforme conhecimento em realização, eficácia e impacto**

VIANA, Herbert Ricardo Garcia. **7000 dias de liderança.**

TRECKER, Harleigh Bradley. **Como trabalhar com grupos.** Rio de Janeiro

STEFANO, Rhandy di. O líder-coach. São Paulo: Quality Mark, 2008.

ALBUQUERQUE, Jamil. Líder com mente de mestre. Jamil Albuquerque, Júlio Roberto de Oliveira. Ribeirão Preto, SP. Editora Napoleon Hill, 2010.

BERGAMINI, Cecília W. Motivação nas Organizações. São Paulo. Atlas. 1997.

BUCKINGHAM, Marcus. Descubra os seus pontos fortes. Rio de Janeiro. Sextante, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto, Gestão de Pessoas. Barueri, SP: Manole, 2014.

EKMAN, Paul. A linguagem das emoções. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

GEISLER, Jill. Como se tornar um ótimo chefe. Rio de Janeiro. Sextante, 2013.

GOLEMAN, DANIEL. Inteligência Emocional. Objetiva, 1995.

GUIMARÃES Gilberto. Liderança Positiva para atingir resultados excepcionais. São Paulo. Évora, 2012.

HUNTER, James C. Como se tornar um líder servidor. Rio de Janeiro, Sextante, 2006.

LIMONGI-FRANÇA, Ana C., Práticas de Recursos Humanos - PRH. São Paulo: Atlas, 2014.

MAXUEL, Jihn C. O livro de ouro da liderança. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2011.

NANUS, Burt. Liderança Visionária. Editora Campus. Rio de Janeiro. 2000.

OWEN, Jo. Manual de Habilidades do líder. São Paulo. Elsevier. 2012.

PEASE, Allan. Desvendando os segredos da linguagem corporal. Rio de Janeiro. Sextante, 2005.

PEREIRA, Maria Célia Bastos, RH Essencial. São Paulo, Ed. Saraiva, 2014.

QUINN, Robert E. Competências gerenciais. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

ROBBINS, Stephen. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pearson, 2009.

**Bibliografia Complementar**

1. KOTTER, John P. Sentido de Urgência. São Paulo: Best Seller, 2010.
2. CHARAN, Ram. O líder criador de líderes. São Paulo: Campus, 2009.
3. CORTELLA, Antonio Sérgio. Qual é a sua obra? São Paulo: Vozes, 2010.
4. SEMLER, Ricardo. Você está louco. São Paulo: Rocco, 2006.
5. LAFLEY, A. G.; CHARAN, Ram. O jogo da liderança. São Paulo: Campus, 2008.
6. MANDELLI, Pedro. Muito além da hierarquia. São Paulo: Gente, 2004.

6º PERÍODO

DISCIPLINA: CIÊNCIAS POLITICAS

CH. 60



Política e poder. Ética e política. Política x Ciência Política: conceitos, objeto e métodos. Formação do Estado Moderno e Contemporâneo. Ideologias políticas. Instituições políticas. Opinião Pública. Cidadania e participação política.

### **Bibliografia Básica**

ARENDT, Hannah. **O que é política**, São Paulo: Bertrand do Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. *A dignidade da política*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ALMEIDA, Felipe Quintão de; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. *Bauman & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

BOBBIO, Norberto MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Ciência Política**, 12.ed., Brasília: Ed. UnB; LGE, 2004. Vol.1 e vol.2.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral da política**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

COTTA, Maurício et al. (...). **Curso de introdução à ciência política**. 2. ed. Brasília: Ed. UNB, 1984

SARTORI, Giovanni. **A política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981

NOVAES, Adauto (org). **A crise do Estado-nação**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Max, Durkheim e Weber**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

### **Bibliografia Complementar**

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda** – razões e significados de uma distinção política, São Paulo: Unesp, 2012.

FERES JÚNIOR, João; POGRENBINSCHI, Thamy. **Teoria política contemporânea: uma introdução**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GALBRAITH, John Kennethy. **Anatomia do poder**, São Paulo: Edições 70, 2007.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 75-91.

HOBSBAWM, Eric. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



\_\_\_\_\_. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEBRUN, Gerard. **O que é Poder**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

LEO MAAR, Wolfgang. **O que é política?** 11ª ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1988.

TOURAINÉ, Alain. **O que é Democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WEBER, Max. **Política como vocação**. Editora Cultrix. São Paulo, 1968

#### 6º PERÍODO

DISCIPLINA: HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

CH. 60

#### EMENTA

Higiene e Segurança no Trabalho: Conceituação de Segurança. Acidentes e doenças do trabalho. Caracterização do acidente de trabalho. Normas regulamentadoras (NR's). Política e programa de segurança nas Empresas. Atividades e operações insalubres e perigosas. Equipamentos de proteção. Análise de Riscos e Acidentes. Combate de Incêndio. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Mapa de Riscos. Ergonomia. Análise ergonômica dos postos de trabalho.

#### Bibliografia Básica

SZABO JUNIOR, Adalberto Mohai. **Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho**. 9ª edição. São Paulo: Rideel, 2011.

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba Pagano. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. 8. ed. São Paulo: LTR, 2012.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares (Org.). **Higiene e segurança do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do trabalho & gestão ambiental**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INGATTA, Gilliane M. J.; FALZON, Pierre et al. (...) (Editor.). **Ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2007

#### Bibliografia Complementar



KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Blucher, 2005.

SHERIQUE, Jaques, **Aprenda como fazer: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção-PCMAT, Mapa de Riscos Ambientais-MRA**. 2ªed. São Paulo: LTR, 2004

#### 6º PERÍODO

DISCIPLINA: SOBREVIVÊNCIA, BUSCA E RESGATE EM REGIÕES INÓSPETAS.	CH. 120
--	---------

#### EMENTA

Introdução, conceitos e ações de sobrevivências em Regiões Inóspetas. Conservação da Saúde e Primeiros Socorros – introdução, conservação da saúde e primeiros socorros. Alimentação na Selva – introdução, água, fogo, alimentos de origem vegetal e animal, caça (tiro de caça), pesca e vegetais de uso medicinal. Proteção na Selva – abrigos, vestuário e equipamento. Deslocamentos na Selva – introdução, orientação, navegação (bússola, carta topográfica, GPS), sinalização e transposição de obstáculos. Animais Peçonhentos e Venenosos. Técnicas de Busca e Salvamento em Matas. Resgate e transporte de vítimas. Resgate com aeronaves: sinalização, ZPH, embarque e transporte de vítima.

#### Bibliografia Básica

1. Sobrevivência na Selva – IP 21-80; Ministério do Exército – EME, 2ª edição 1999.
2. Manual operacional de bombeiros: salvamento terrestre / Corpo de Bombeiros Militar. – Goiânia: - 2017.
3. Manual de sobrevivência na selva I. Cicero Feliciano de Pontes. - Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

#### Bibliografia Complementar

Ministério do Turismo. Turismo de aventura - busca e salvamento. Manual de criação e organização de grupos voluntários de busca e salvamento. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.



6º PERÍODO

DISCIPLINA: PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR

CH. 60

EMENTA

Conceito e evolução do Direito Processual Comum Militar. Princípios, sistema aplicáveis ao Processo Penal Comum Militar. Aplicação da lei Processual Penal Militar. Polícia Judiciária: inquérito, Auto de prisão em flagrante delito. Procedimento de deserção (termo de deserção ou instrução provisória de deserção), procedimento de insubmissão. Ação Penal Militar. Competência penal militar. Incidentes processuais, medidas preventivas e assecuratórias

**Bibliografia Básica**

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 5º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

EDITORIA JURÍDICA DA EDITORA MANOLE. **Código de Processo Penal - 3ª Edição.** Manole 188 ISBN 9788520456682

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Coletânea temática de jurisprudência: direito penal e processual penal.** 3. ed. Brasília: STF, 2017

LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo Penal Militar. 6º ed. São Paulo: Atlas, 1995.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos de direito processual civil.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de Direito Processual Penal Militar. Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal militar comentado. São Paulo: GEN, 2014.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. 21º ed. São Paulo: Atlas, 1997.

**Bibliografia Complementar**

**CARNELUTTI, Francesco. As Misérias do Processo Penal. São Paulo: Pilares, 2011.**

LYRA, Roberto. Como Julgar, Como Defender, Como Acusar. **São Paulo: Líder, 2002..**

6º PERÍODO



DISCIPLINA: SALVAMENTO VEICULAR	CH. 60
<b>EMENTA</b> Conceitos. Gerenciamento de Risco. Anatomia Veicular. Estabilização. FEA's. Acesso. Extração. Novas Tecnologias. Doutrina. Simulações e apresentações Técnico-Profissionais.	
<b>REFERÊNCIAS</b>  GOIÁS, Corpo de Bombeiros Militar. Manual Operacional de Bombeiros: Manual de Salvamento Veicular. Goiânia: CBMGO, 2016;  SÃO PAULO, Corpo de Bombeiros da Militar da Polícia Militar. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros: Manual de Salvamento Veicular. 1ª ed. São Paulo: PMESP, 2010;  SOARES, José Roberto Nunes. Gás natural veicular: Uma alternativa energética para o Piauí.. 2005.  MELO, Kairo Sairo Porto de. Caracterização de ocorrências atendidas pelo serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU 192 - em município Maranhense. 2013.  ISMAIL, Kamal Abdel Radi. Aerodinâmica veicular. Campinas, SP: Do Autor, 2007.  <b>REFERÊNCIA COMPLEMENTAR</b> BRITTEZ, Carlos D. M. - Curso de Extricação Avançada - Manual do Aluno./ Associação Sul- americana de Resgate Veicular, 2008, Paraguai.  OLIVEIRA, Elísio Lázarp de - Salvamento e Desencarceramento, Escola Nacional de Bombeiros, 2005, Portugal;  BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº2048 de novembro de 2002. Regulamento técnico dos sistemas de urgência e emergência. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2002	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: PERÍCIA DE INCÊNDIO E EXPLOSÕES	CH. 60
<b>EMENTA</b> Finalidade da investigação de incêndio e Legislação aplicada. Ciência do fogo. Procedimento para extinção e investigação de incêndio. Estudo das principais causas de incêndio. Estatística voltada para a investigação de incêndio. Pesquisa laboratorial dos incêndios e aplicação de método científico. Instalações elétricas residencial e comercial e industrial	



básica. Laudo pericial e fotográfico. Noções de sistemas motores a combustão.

### **Bibliografia Básica**

- CBMDF, Norma Reguladora n.º 002, Metodologia para Investigação de Incêndio e Explosão, Brasília – DF, 2009;
- CBMDF, Guia de Perícia de Incêndio e Explosão do CBMDF, Brasília – DF, 2010;
- CBMDF, Manual de Combate a Incêndio, Brasília – DF, 2006;
- COTRIM, Ademaro A. – Instalações Elétricas – 5ª Edição – Ed. Pearson, 2009;
- OLIVEIRA, Robson A. – Fundamentos Metodológicos de Investigação dos Incêndios e das Explosões, Brasília – DF, 2008.

### **Bibliografia Complementar**

1. SEITO, Alexandre Itiu - A Segurança Contra Incêndio no Brasil, São Paulo – SP, 2008.
2. ARAGÃO, Ranvier Feitosa – Incêndios e explosivos: uma introdução à engenharia forense. Millennium Editora. Campinas, São Paulo, 2010.
3. CBMGO, Manual Operacional de Bombeiros – Perícia de Incêndio. Goiânia, 2017.

## 6º PERÍODO

DISCIPLINA: SEGURANÇA FÍSICA DAS INSTALAÇÕES

CH. 60

### **EMENTA**

Proteção Contra Incêndio e o projeto de edificações. Legislações e Normas de Proteção Contra Incêndios e Explosões. Definição das medidas de Proteção Contra Incêndio. Isolamento de risco. Rotas de Fuga. Iluminação de Emergência e Sinalização de Segurança. Sistema de Detecção e alarme. Proteção Contra incêndio em Central de Gás. Sistema de extintores de incêndio. Sistema hidráulico sob comando para hidrantes e mangotinhos. Sistema de Chuveiros automáticos. Brigada de incêndio e Bombeiro Profissional Civil. Vistorias.

### **Bibliografia Básica**

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Componentes construtivos estruturais: determinação da resistência do fogo: NBR 5.628. Rio de Janeiro, 1980.
2. \_\_\_\_\_. Chuveiros Automáticos para extinção de incêndio – Especificação: NBR 6.135. Rio de Janeiro, 1992.
3. \_\_\_\_\_. Inspeção, manutenção e cuidados em mangueira de incêndio – Procedimentos: NBR 12.779. Rio de Janeiro, 1992.



4. \_\_\_\_\_. Hidrantes urbanos de incêndio: NBR 5.667. Rio de Janeiro, 1980.
5. \_\_\_\_\_. Proteção contra incêndio por chuveiro automático: NBR 10.897. Rio de Janeiro, 1990.
6. \_\_\_\_\_. Saídas de emergência em edifícios: NBR 9.077. Rio de Janeiro, 1993.
7. \_\_\_\_\_. Sinalização de segurança contra incêndio e pânico – Parte 1: princípios e projetos: NBR 13.434-1. Rio de Janeiro, 2004.
8. \_\_\_\_\_. Sinalização de segurança contra incêndio e pânico – Parte 2: Simbologia e suas formas, dimensões e cores: NBR 13.434-2. Rio de Janeiro, 2004.
9. \_\_\_\_\_. Sinalização de segurança contra incêndio e pânico – Parte 3: Requisitos e métodos de ensaio: NBR 13.434-3. Rio de Janeiro, 2004.
10. \_\_\_\_\_. Sistema de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndio: NBR 13.741. Rio de Janeiro, 2010.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Iluminação e Emergência: NBR 10.898. Rio de Janeiro, 1999.
11. \_\_\_\_\_. Sistema de proteção por extintores portáteis: NBR 12.693. Rio de Janeiro, 1993.
12. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Norma Regulamentadora nº 23: Proteção contra incêndios. 70. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.
13. BRASIL. Resolução Nº 51, de 11 de junho de 2019. Versa sobre a definição de baixo risco para os fins da Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019.
14. MARANHÃO. Câmara de Deputados do Estado do Maranhão. Lei Nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995. Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Estado do Maranhão e dá outras providências.

### **Bibliografia Complementar**

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Brigada de incêndio: Requisitos: NBR 14.276: 2006. Rio de Janeiro, 2006.
2. \_\_\_\_\_. Plano de emergência contra incêndio: Requisitos: NBR 15.219: 2005. Rio de Janeiro, 2005.
3. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.425, de 30 de março de 2017.** Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. 7 p. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm)>. Acesso em: 09 out. 2017.
4. BRENTANO, Telmo. A Proteção Contra Incêndio no Projeto de Edificações. 2. ed. Porto Alegre, 2010.
5. PASTL, Sérgio. Manual de Proteção Passiva Contra Incêndios. Porto Alegre: Spazio Itália Edições, 2011, 48p.
6. PEREIRA, Áderson Guimarães; POPOVIC, Raphael Rodriguez. Tecnologia em Segurança contra Incêndio. São Paulo: LTR, 2007.
- SEITO, Alexandre Itiu. et al. A segurança contra incêndios no Brasil. São Paulo: Projeto, 2008.



6º PERÍODO	
DISCIPLINA: ÉTICA E CIDADANIA	CH. 60
EMENTA	
Direito e Cidadania. Concepção de ética e moral. Valores contemporâneos. Ética nos órgãos públicos e instituições militares.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
SANCHEZ VÁLQUEZ, Adolfo. <b>Ética</b> . 37. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• OLIVEIRA, Terezinha. <b>Cultura e educação: ética e ação política na antiguidade e idade média</b>. Vitória da Conquista-Ba: Edições Uesb, 2007;</li><li>• GÓMEZ, Maria Nélide González de e LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de (orgs.). <b>Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política</b>. Brasília: IBICT, 2011;</li><li>• <u>ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio</u>. <b>Ética profissional</b>. 5.ed.rev. e atual. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2009;</li><li>• <u>DINIZ, Débora</u> (orgs). <b>Ética em pesquisa: temas globais</b>. Brasília : UNB, 2008;</li><li>• <u>ASHLEY, Patrícia Almeida</u>. <b>Ética : e a responsabilidade social nos negócios</b>. São Paulo : Saraiva, 2006;</li><li>• <u>ALONSO, Augusto Hortal</u>. <b>Ética Das Profissões</b>. São Paulo : Loyola, 2006;</li></ul>	
ESTEVES, João Pissarra. <b>A ética da comunicação e os media modernos</b> . 2 ed. Lisboa : FCG, 2003	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: TREINAMENTO FÍSICO MILITAR APLICADO	CH. 60
EMENTA	
Avaliação física geral do militar continuada; desportos coletivos; Noções gerais de organização de atividades desportivas; Treinamento funcional e cross fit; Defesa Pessoal Continuada.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	



APMMG. Treinamento Físico Militar (Lutas).  
BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. C 20-20: Manual de Treinamento Físico Militar do  
CBMDF MP-6, Manual de Ataque e Defesa. 1987.  
CBMDF. Portaria n. 11, de 04 de mai. 2007. Dispõe sobre as Diretrizes para o  
Exército Brasileiro.  
Treinamento Físico Militar e sua Avaliação. Boletim Geral n.º 085/2007, CBMDF, Brasília, DF, 07 mai. 2007.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ACSM. Manual para teste de esforço e prescrição de exercício. 4 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1996;

AIRES, M. M. Fisiologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001;

BARBANTI, V. Dicionário de educação física e esporte. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

#### 7º PERÍODO

DISCIPLINA: COMANDO DE OPERAÇÕES BOMBEIRO MILITAR	CH. 60
---	--------

#### EMENTA

Conceitos, origem e evolução Sistema de Comando em Incidentes - SCI (Incident Command System – ICS). Objetivo, onde e como aplicar o SCI. Princípios e características do SCI. Estruturas e principais Funções do SCI. Instalações e áreas padronizadas do SCI. SCI na prática.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

JÚNIOR, Hamilton Santos Esteves et all. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, MANUAL DE SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES, Brasília 2011.

OLIVEIRA, Marcos de. Brasil. Guia de Campo, Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, Florianópolis, 2010.

BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Curso de Sistema de Comando de Incidentes. SENASP. Brasília. 2008. 2ª Ed.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Capacitação em Defesa Civil – Sistema de Comando em Operações – SCO. UFSC/Lagoa Editora Ltda. 2004;



Henrique de Souza, Paulo Major QOBM, Sistema de Comando de Incidentes – Nível Operações -1ª Edição, Curitiba.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Igor Ferreira, de Jesus Pereira, Guia de Bolso para Sistema de Comando de Incidentes, 2020;

HORNSTEIN, Harvey A. O abuso do poder e o privilégio nas organizações. São Paulo: Prentice Hall, 2003;

JUCÁ, Fernando et al. Academia de liderança: como desenvolver sua capacidade de liderar. Campinas, SP: Papirus, 2013.

#### 7º PERÍODO

DISCIPLINA: ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO

CH. 60

#### EMENTA

Introdução prática ao APH. Partos emergenciais. Abordagens aos tentantes. Intoxicações. Acidentes com animais peçonhentos. Gerenciamento de riscos. Aeromédico. Estágio nas unidades de resgates.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

PHTLS, Prehospital Trauma Life Support. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado. 8 ed. Tradutores: Diego Alfaro e Hermíniode Mattos Filho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

OLIVEIRA, Antonio Claudio de; SILVA, Evandro de Sena; MARTUCHI, Sergio Dias. Manual do Socorrista. Ed. Martinari. São Paulo, 2013.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das diretrizes da American Heart Association para RCP e ACE. 2015. 36f. Disponível em: <<https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2020.

ATLS. Suporte avançado de vida no trauma: manual do curso de alunos. 9ª ed. Colégio americano de cirurgias, comitê do trauma. Chicago, 2012.

CAVALCANTE, Jálisson Santos. Conhecendo a atuação da equipe de enfermagem do SAMU sobre a avaliação e resgate de vítima suspeita de trauma raquimedular.. 2010.

#### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - STC. Lei nº 10.230, de 23 de



abril de 2015. Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. São Luís, 2015. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3868>>. Acesso em: 3 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n° 2.048, de 5 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos sistemas estaduais de urgência e emergência. Diário Oficial da União, Brasília, 2002b. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/POR-TARIAS/Port2002/Gm/GM-2048.htm>>. Acesso em: 07 set. 2020. Não paginado.

\_\_\_\_\_. Decreto n° 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, 2002a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm)>. Acesso em: 1 set. 2020. Não paginado.

#### 7º PERÍODO

DISCIPLINA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

CH. 60

#### EMENTA

Fundamentos teóricos da pesquisa e os novos paradigmas da análise dos problemas de segurança pública e do Trabalho. Métodos de pesquisa quantitativa e equantitativa. Normas de elaboração de pesquisa em segurança pública e do Trabalho. A organização de texto científico (Normas ABNT). Tipologias de TCC e Construção do Projeto de TCC.

#### Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria, Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

APOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica; um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBRN°14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2002c.

\_\_\_\_\_. **NBR N°6023**: informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR N°10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.



BURGE, Mario. **Ciência e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

BASTOS, Núbia M. Garcia. **Introdução à Metodologia Científica do Trabalho Acadêmico**. 3. ed. Fortaleza: Unifor, 2005

CERVO, L. e BERVIAN P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 2002. CandiOTTO. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

#### **Bibliografia Complementar**

CANDIOTTO, Cesar. **Fundamentos da Pesquisa Científica; teoria e prática**/ Cleverson Leite Bastos, Kleber B.B. CandiOTTO. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: Métodos e Técnicas de Pesquisa: Monografias, dissertações, teses e livros**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

PRESTES, Maria Lucia Mesquita. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico**. São Paulo: Respel, 2012. 217 p.

#### 7º PERÍODO

DISCIPLINA: NOÇÕES BÁSICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	CH. 60
---	--------

#### EMENTA

Histórico da Defesa Civil, Estrutura e Organização do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, Conceituação Doutrinária, Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Gestão de Riscos de Desastres, Noções Básicas sobre Planos, Sistema de Comando de Operações, Gerenciamento de Desastres, Sistema Integrado de Informações sobre Desastres e Noções Básicas sobre Recursos Federais.

#### REFERÊNCIAS

[Livro Gestão de Riscos - Noções básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos - Livro Base;](#)  
[Livro Plano de Contingência - Elaboração de Plano de Contingência - Livro Base;](#)  
[Livro de Resposta - Resposta: Gestão de Desastres, Decretação e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil - Livro Base;](#)  
[Livro de Reconstrução - Reconstrução: Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil para Reconstrução - Livro Base;](#)  
[Livro do curso Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia - em Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem - 1ª Edição;](#)

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

[Manual para Elaboração de Plano de Contingência para Riscos de Movimento de Massa - Projeto GIDES;](#)  
[Manual sobre o Cartão de Pagamento de Defesa Civil.](#)



[Livro do curso Capacitação Básica em Defesa Civil - em Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem - 5ª Edição.](#)

7º PERÍODO

DISCIPLINA: EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

CH. 60

EMENTA

Orçamento Público. Elaboração e execução orçamentária no Brasil. Receita pública. Despesa pública. Patrimônio líquido. Execução orçamentária e financeira. Lei de Responsabilidade Fiscal – IRT – Lei Complementar nº 101/2000.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento MTO – versão 2014. Brasília – DF, 2013. Disponível em: < [https://www.portalfop.planejamento.gov.br/bib/MTO/MTO\\_2014.PDF](https://www.portalfop.planejamento.gov.br/bib/MTO/MTO_2014.PDF) >. Acesso em: 04 mar. 2014.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO Jr., Reis, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 Comentada. 32. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2008.

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Compilado.htm) > Acesso em 4 mar. 2022.

BRASIL, Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5.5.2000. Disponível em: < [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm) > Acesso em: 4 mar. 2022.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito;

Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF,



3.6.1964. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320compilado.htm)> Acesso em: 4. Mar. 2022.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 5. Ed. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação – Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2012.

KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 15, ed. São Paulo: Atlas, 2017..

## 8º PERÍODO

DISCIPLINA: GESTÃO DE PROJETOS ADMINISTRATIVOS

CH. 60

### EMENTA

Conceituação de gestão de Projetos. O ciclo de um projeto. Processos do Gerenciamento de projetos: processos do projeto, grupos de processos, interações entre processos. Gerenciamento do escopo. Preparando a organização. O papel do gerente no gerenciamento do projeto. Gerenciamento da comunicação. Gerenciamento da qualidade. Gerenciamento do Risco. Planejamento Estratégico. Instituições públicas e privadas de apoio ao desenvolvimento de projetos públicos. Gerenciamentos de projetos em órgãos públicos. Noções básicas sobre Licitação e Contratos, Lei 8.666/1993 e lei 10.520/2002. Desenvolvimento e execução do plano de projeto.

### Bibliografia Básica

1. CLEMENTE, A. Projetos empresariais e públicos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
2. COMARGO, Marta Rocha. Gerenciamento de projetos: fundamentos e prática integrada. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
3. DAFT, R. L. Organizações: teoria e projetos. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.
4. MAXIMIANO, A.C. A. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
5. COMARGO, Marta Rocha. Gerenciamento de projetos: fundamentos e prática integrada. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
6. TERRIBILI FILHO, Armando. Gerenciamento de Projetos - em 7 Passos: uma abordagem prática. 2011- São Paulo- M.Books do Brasil Editora LTDA,2011.

### Bibliografia Complementar

1. - BERKUN, S. A. Arte do gerenciamento de projetos. São Paulo: Bookman, 2008.
2. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. "Lei nº 8.666/1993: Lei de licitações e contratos administrativos e outras normas pertinentes." Ed. Belo Horizonte:



Fórum (2019)

3. KERZNER, H. Gestão de Projeto: as melhores práticas. São Paulo: BOOKMAN, 2005.
4. Moura, Luiz Otávio Borges de. "Módulo 2-conceitos básicos: curso gestão de projetos." (2013).
5. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceito, metodologias e práticas. 33.ed. São Paulo: Atlas, 2015
6. WOILWER, S. e MATHIAS, W. F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 2008.

8º PERÍODO

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

CH. 60

**EMENTA**

Estrutura da Corporação; Planejamento da Corporação; Logística da Corporação; Diretoria de Finanças; Sistemas Utilizados pela Corporação; Procedimentos Administrativos realizados no âmbito da Corporação.

**Bibliografia Básica**

1. Guia de Gerenciamento do Setor Público. Brasília. ENAP/Editora Revan, 2001 - ALECIAN, Serge e FOUCHER Dominique;
2. Gestão Pública por Resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001 - TROSA, Sylvie;
3. FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR – 1ª Edição - Instituto de Economia e Finanças do Exército, 2019;
4. Gestão Pública: transparência, controle e participação social, Cristiano Bodart – 2015..

**Bibliografia Complementar**

1. Regulamento de Administração do Exército Brasileiro;
2. Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão;
3. Noções de Gestão Pública p/ Polícia Militar, Herbert Almeida, 2019;
4. Manual de Gestão de Recursos Humanos – Normas e Procedimentos Administrativos, Segep – Secretaria de Estado de Gestão e Previdência – M

8º PERÍODO

DISCIPLINA: PRÁTICA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

CH. 60



#### EMENTA

Formação simulada de autos administrativos. Redação de peças processuais administrativos. Realização de atividades relacionadas à execução de citações, intimações, medidas preventivas e assecuratórias, com a lavratura de certidões dos atos nos referidos feitos. Análise dos prazos no processo disciplinar. Estudo de casos concretos. Fases processuais do contencioso administrativo: investigação criminal, exame de corpo delito, de insanidade mental, dentre outros procedimentos. Garantias constitucionais do contencioso administrativo. Recursos e suas modalidades.

#### Bibliografia Básica

ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. **Manual de Direito Administrativo Disciplinar Militar**. Curitiba: Juruá, 2015.

ASSIS, Jorge César de. **Curso de Direito Disciplinar Militar** – da simples transgressão ao Processo Administrativo. 5 ed. Curitiba: Juruá, 2018.

MIKALOVSKI, Algacir; ALVES, Robson. **Manual de Processos Administrativos Disciplinares Militares**. Curitiba: Juruá, 2009.

\_\_\_\_\_; GARRET, Waldick Alan de Almeida. **Prática em processos & Procedimentos Administrativos** – Sindicância e Inquérito Policial Militar. vol. 2. Curitiba: Juruá, 2003.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Direito Administrativo Militar**. 5 ed. Belo Horizonte: Editora Líder, 2016.

#### Bibliografia Complementar

BRASIL. Decreto nº 4.346 de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm). Acesso em: 17 mar. 2020.

ESTADO DO MARANHÃO. Lei 3.699 de 26 de novembro de 1975. Dispõe sobre o Conselho de Justificação da Polícia Militar do Maranhão, estabelecendo normas para o seu funcionamento e dá outras providências. Disponível em: <https://cbm.ssp.ma.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Lei-3.699-26-de-novembro-de-1975-Conselho-de-Justifica%C3%A7%C3%A3o-de-Oficiais.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ESTADO DO MARANHÃO. Lei 3.700 de 26 de novembro de 1975. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: <https://cbm.ssp.ma.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/CONSELHO-DE-DISCIPLINA-PRA%C3%87AS-LEI-N%C2%BA-3.700-DE-26-DE-NOVEMBRO-DE-1975.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.



--

<b>8º PERÍODO</b>	
<b>DISCIPLINA: ANÁLISE DE PROJETOS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO</b>	<b>CH. 60</b>
<b>EMENTA</b> Projeto Técnico de Proteção Contra Incêndio. Documentos gráficos. Detalhes específicos do projeto técnico referente a proteção passiva e urbanística contra incêndios. Detalhes específicos do projeto técnico referente a segurança em rotas de fuga. Detalhes específicos do projeto técnico referente aos sistemas básicos de proteção contra incêndios. Detalhes específicos do projeto técnico para cada medida de proteção diversa.	
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Componentes construtivos estruturais: determinação da resistência do fogo: NBR 5.628. Rio de Janeiro, 1980; _____. Chuveiros Automáticos para extinção de incêndio – Especificação: NBR 6.135. Rio de Janeiro, 1992. _____. Inspeção, manutenção e cuidados em mangueira de incêndio – Procedimentos: NBR 12.779. Rio de Janeiro, 1992; _____. Hidrantes urbanos de incêndio: NBR 5.667. Rio de Janeiro, 1980; _____. Proteção contra incêndio por chuveiro automático: NBR 10.897. Rio de Janeiro, 1990.	
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Brigada de incêndio: Requisitos: NBR 14.276: 2006. Rio de Janeiro, 2006. _____. Plano de emergência contra incêndio: Requisitos: NBR 15.219: 2005. Rio de Janeiro, 2005. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 13.425, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. 7 p. Disponível em: < <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm</a> >. Acesso em: 09 out. 2017.	



OPTATIVA	
DISCIPLINA: LÍNGUA INGLESA INSTRUMENTAL	CH. 60
<b>EMENTA</b> Estratégias de leitura. Abordagem contextualizada de estruturas morfosintáticas básicas da língua recorrentes em textos escritos de nível elementar. Treino intensivo e contínuo da habilidade de leitura de gêneros textuais diversificados	
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b> GEFFNER, Andrea B. Como escrever melhor cartas comerciais em inglês. São Paulo: Martins Fontes, 2004.; GUANDALINI, Eiter Otávio. Técnicas de Leitura em Inglês: Estágio 1. São Paulo: Texto novo, 2004. MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura I. São Paulo Texto novo, 2002. SWAN, Michael; WALTER, Catherine. How English works. Oxford: Oxford University Press, 2009. LONGMAN. Dicionário Escolar para Estudantes Brasileiros. Português-Inglês/Inglês-Português. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.	
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b> GONTOW Carlos; GONTOW Cris. Aprenda inglês cantando e aprenda a cantar em inglês. São Paulo: Disal, 2013;  SOUZA, Adriana G. F, et al. Leitura em língua inglesa uma abordagem instrumental. 2a ed. São Paulo: Disal, 2005;  CANTARINO, Geraldo. A ditadura que o inglês viu: documentos diplomáticos sigilosos revelam a visão britânica do Brasil desde o golpe de 1964 até o processo de abertura política em 1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.	

OPTATIVA	
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO	CH. 60
<b>EMENTA</b> Planejamento de ensino: conceito; planejamento da disciplina e da aula. Métodos e técnicas de Ensino: referencial teórico e prático. Laboratório didático-pedagógico: apresentação e avaliação das aulas elaboradas. Elaboração de Planejamento de aulas. Recursos de ensino.	
<b>REFERÊNCIAS</b> BAIMA, Gloria Maria Nina; PAIVA, Ione Gomes; LOPES, Betânia Lúcia Fontinele.	



Manual para normalização de trabalhos acadêmicos. São Luís: EDUEMA, 2011;

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertação. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011;

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010;

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa - ação. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção temas básicos de pesquisas. Ação);

LEITE, Francisco Tarcísio. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa (monografias). 1 ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARNEIRO, Maria Francisca. Pesquisa jurídica: metodologia da aprendizagem. 7 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998;

CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 19. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

#### OPTATIVA

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL

CH. 60

#### EMENTA

Parte Geral do Código Civil. Direito Civil: conceito, origens e fontes. Das pessoas. Pessoa natural e pessoa jurídica. Domicílio. Direitos da Personalidade. Objeto da relação jurídica: bens e noção de patrimônio. Dos bens. Classificação dos bens: bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados. Bens públicos e bens particulares; bens no comércio e fora dele. Bem de família. Direitos registráveis e direitos não registráveis. Registro de bens móveis e de bens imóveis

#### Bibliografia Básica

1. Leis Estaduais n. 3.699/75 e 3.700/75;
2. Lei n. 8.959/2009; Lei Estadual n. 6.513/1995;
3. Manual de Sindicância do Exército utilizado no CBMMA;
4. Manual de Conselho de Disciplina Utilizado no CBMMA;
5. Portaria 39/2010 do Comandante do Exército - Aprova as instruções Gerais para a Apuração de Acidentes Envolvendo Viaturas Pertencentes ao Exército e Indenizações de Danos Causados à União e a Terceiros



(IG 10-44) e dá outras providências;  
6. Portaria n. 1.324/207 do Exército Brasileiro Normas para Apuração de Irregularidades Administrativas EB10-n-13.007;  
7. Decreto Federal n. 4.346/2002 – Regulamento Disciplinar do Exército utilizado no CBMMA por força dos artigos 166 e 167 da Lei Estadual n. 6.513/1995;  
8. Decreto Estadual n. 35.589 - Delega competência para a prática dos atos que menciona e dá outras providências;  
9. Portaria n. 400/2010, Portaria n. 89/2012, Portaria 120/2015, todas do Comandante Geral do CBMMA;  
10. Instrução Normativa 001 da Corregedoria Adjunta BM publicada no BG do CBMMA n. 016/2020.

**Bibliografia Complementar**

COELHO, Oscarina Souza. A responsabilidade civil do advogado.. 2004

RODRIGUES, Sílvio . Direito civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. São

Paulo: Saraiva, 2007

FIUZA, César . Direito civil: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey, 2007X'

**OPTATIVA**

**DISCIPLINA: PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

**CH. 60**

**EMENTA**

Processos Administrativos aplicáveis no âmbito do CBMMA: conceitos de processo e procedimentos. Independência das esferas. Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público. Devido Processo Legal Material e Formal. Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais do Processo Administrativo. Ato Administrativo. Medidas de instauração, instrução e Julgamento dos Processos Administrativos. Competência de instaurar e julgar. Recursos e Revisão do Processo Administrativo. Preclusão administrativa. Impedimento e Suspeição. Prazos nos processos administrativos. Cabimento dos processos e procedimentos. Produção de Investigação Preliminar, sindicância, Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, Prisão por pronta intervenção, Sindicância Demissória, Conselho de Disciplina, Conselho de justificação. Cancelamento, relevação e anulação de Sanção Disciplinar. Reconsideração de Ato e Recurso Disciplinar. Medidas inerentes à Ampla Defesa e Contraditório nos Processos Administrativos.

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

Leis Estaduais n. 3.699/75 e 3.700/75;

Lei n. 8.959/2009; Lei Estadual n. 6.513/1995;

Manual de Sindicância do Exército utilizado no CBMMA:



Manual de Conselho de Disciplina Utilizado no CBMMA;

Portaria 39/2010 do Comandante do Exército - Aprova as instruções Gerais para a Apuração de Acidentes Envolvendo Viaturas Pertencentes ao Exército e Indenizações de Danos Causados à União e a Terceiros (IG 10-44) e dá outras providências;

#### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

Manual de Processos administrativos da Corregedoria Geral da União, 2017;

Manual de Direito Administrativo, Alexandre MAZZA, 2018;

Regulamento Disciplinar do Exército Comentado, Irineu Ozires Cunha, volume XXIX.

#### OPTATIVA

DISCIPLINA: CRIMINALÍSTICA APLICADA

CH. 60

#### EMENTA

Vestígios e Indícios; Local do crime; Levantamento; Identidade e Identificação; Pegadas; Instrumentos Pêrfuro-contudentes; Armas de fogo; Balística Forense; Manchas Diversas.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

Victor Paulo Stumvoll, Criminalística -7A Edição, 2019;

Domingos Tocchett, Balística Forense - Aspectos Técnicos e Jurídicos - 10a Edição, 2019;

João Bosco Silvano Júnior - Balística Aplicada aos Locais de Crime - 2ª Edição, 2020;

Emerson Wendt e Fábio Motta Lopes - Investigação Criminal: Ensaio sobre a arte de investigar crimes;

LEAL, César Barros (Org.). Prevenção criminal, segurança pública e administração da justiça: uma visão do presente e do futuro à luz dos direitos humanos. Fortaleza: C. B. Leal, 2006.

#### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DIAS, Jorge Figueiredo. ANDRADE, Manoel da Costa. Criminologia: Introdução a seus Fundamentos Teóricos; Introdução às Bases Criminológicas da Lei 9.099/95, Lei dos



Juizados Especiais Criminais. 4. ed. Ver., Atual e Ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

ESIE. Curso de Perícia e Investigação Criminal Militar para Oficiais. Disponível em: <http://www.esie.ensino.eb.br/cursos-e-estagios/cursos-para-oficiais/34-pericia-e-investigacao-criminal-militar-para-oficiais>;

PMERJ. Centro de Criminalística da Polícia Militar – CCRIM. Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/ccrim/index.php>.

OPTATIVA

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SNAIS - LIBRAS

CH. 60

EMENTA

Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da LIBRAS. Fundamentos legais da Libras. Política e inclusão escolar. Tecnologias, AEE e Surdez.

**Bibliografia Básica**

CARMOZINE, Michelle M.; NORONHA, Samanta C. C. **Surdez e libras: conhecimento em mãos.**

FELIPE, Tanya. Libras em Contexto: curso Básico, Livro do Estudante. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2009.

FERNANDES, Eulália. Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2015.

FRANCO, Telma. Bullying contra surdos: a manifestação silenciosa da resiliência. Curitiba: Appris, 2014.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2010..

FRIZANCO, Mary; HONORA, Márcia. Livro Ilustrado de Língua de Sinais Brasileira: desvendando a comunicação usada pelas pessoas surdas. v.2. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

UADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004

GESSER, Audrei. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.

GOLDFELD, Márcia. A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus Editora, 2001.



LODI, Ana. HARRISON, Kathryn. CAMPOS. Sandra (Orgs.), Leitura e Escrita no Contexto da Diversidade. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

FERNANDES, Eulalia. **Surdez e Bilinguismo**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação especial: língua brasileira de sinais**. Brasília: MEC: 1997

### **Bibliografia Complementar**

Filmes, vídeos e documentários.  
Material Organizado Pelo professora.

GOLDFELD, Márcia. A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus Editora, 2001

OPTATIVA

DISCIPLINA: TÓPICOS EMERGENTES

CH. 60

EMENTA

-

REFERÊNCIAS BÁSICAS

-

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

-

OPTATIVA

DISCIPLINA: QUALIDADE DE VIDA

CH. 60

EMENTA

Tratar os conceitos relacionados à saúde e qualidade de vida do profissional de segurança pública, buscando o diagnóstico precoce das situações de estresse que possam levar ao desenvolvimento de doenças físicas e emocionais dentro e fora do ambiente de trabalho. Saúde segunda a OMS e suas principais doenças emocionais e físicas, bem como as suas implicações no seu trabalho. Ergonomia aplicada ao profissional de segurança pública. Fisiologia do estresse. Medidas preventivas para a manutenção da saúde física e mental. Relações profissionais e familiares. Autoestima e autoimagem. Os benefícios das



competências socioemocionais para a vida pessoal e profissional. As relações entre o trabalho e a qualidade de vida. Os pilares da qualidade de vida: alimentação saudável, relações familiares e sociais, espiritualidade/religiosidade, equilíbrio mental, trabalho e lazer. A importância da educação financeira na qualidade de vida.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Celso. A inteligência emocional na construção do novo eu. 12 Ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 84 p.

BAUMGARTA, Bruna Zoehler; (et. al.); Riscos ocupacionais e equipamentos de proteção individual em bombeiros da Brigada Militar: recebido em 28/06/2016, aceito em 21/09/2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/24399/15407>

BITTNER, Egon. Aspectos do trabalho policial. v. 8, São Paulo: Edusp, 2003

CAUÁS, ASFORA, (et. al) Modelo de qualidade de vida no trabalho para Policial Militar de Pernambuco REad – Edição 49 Vol. 12 No. 1, jan – fev 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4011/401137450006.pdf>

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas – 2 Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. Alzina, R. B., & Escoda N. P. (2007). Las competencias emocionales. Educación XXI, 10, 61-82.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DAVIS, KEITH e NEWSTROM, John W. Comportamento Humano no Trabalho: Uma Abordagem Psicológica. São Paulo: Pioneira, 1992.

EWALD, L. C. Sobrou dinheiro: Como administrar as contas da casa. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

FERNANDES, Eda Conte. Qualidade de Vida no Trabalho: como medir para melhorar. 2ed Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

#### OPTATIVA

DISCIPLINA: METEOROLOGIA

CH. 60

#### EMENTA

Introdução ao estudo de Meteorologia. Calor e Temperatura. Parâmetros climatológicos. Nuvens, formação e processos de precipitação. Climatologia.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

SILVA, Roberta Araújo e. Meteorologia aplicada. São Luis: UemaNet, 2014;

Wallace, J. M.; Hobbs, P. V. Atmospheric Science: an Introductory Survey. Academic Press, 2ª ed., 2006, 504p.

VAREJÃO-SILVA, M. A. Meteorologia e Climatologia. Brasília: INMET, gráfica



editora Pax, 2001.

LEMES, Marco Antonio Maringolo; MOURA, Antonio Divino. Fundamentos de dinâmica aplicados à meteorologia e oceanografia. São Paulo: Univap, 1998;

FIALHO, Márcio Roberto Bezerra. Aplicativos computacionais para meteorologia. São Luis: UemaNet, 2013.

Bohren, C. F.; Albrecht, B. A. Atmospheric Thermodynamics. Oxford University Press, 1998, 402 p.

Wallace, J. M.; Hobbs, P. V. Atmospheric Science: an Introductory Survey. Academic Press, 2 a ed., 2006, 504p.

VIANELLO, Rubens Leite; ALVES, Adil Rainier. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa, MG: UFV, 1991. 2000

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações. Editora UFV, 2000;

SILVA, Felipe das Neves Roque da. Meteorologia sinótica. São Luís: UEMANET, 2013.

MOTA, Fernando Silveira da et al. O microcomputador na meteorologia agrícola. [São Paulo]: Nobel, 1989.

#### OPTATIVA

DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA A PROJETOS

CH. 60

#### EMENTA:

Introdução à Ciência da Computação. Sistemas de numeração. Algoritmos, estruturas de dados. Programas. Linguagens de programação. Aplicações livres e proprietárias. Leitura de projetos em conceito BIM.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DROZDEK, Adam. Estrutura de dados e algoritmos em C++.1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008;

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Projeto e implementação de bancos de dados.2 ed. São Paulo: Érica, 2008;



EASTMAN, C. et al. Manual de BIM: Um Guia de Modelagem da Informação da Construção para Arquitetos, Engenheiros, Gerentes, Construtores e Incorporadores. Ed. Bookman. São Paulo. 2013;

MANZANO, André Luiz N. G. MANZANO, Maria Izabel N.G. Estudo dirigido de informática básica. 7 ed. São Paulo: Érica, 2008;

LEUSIN, S. R. Gerenciamento e Coordenação de Projetos BIM. Ed. GEN LTC. 2018

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ZIVIANI, Nívio. Projeto de algoritmos: com implementações em pascal e C. 2 ed. São Paulo: Thompson Learning, 2007

CAMPOS FILHO, Frederico Ferreira. Algoritmos numéricos. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

ALBERTIN, Alberto Luiz; MOURA, Rosa Maria de. Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso. 5. ed., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

### 4.9.3 Estágio Curricular Supervisionado

Segundo o Regimento dos Cursos de Graduação da Uema, aprovadas pela Resolução nº 1477/2021– CEPE/UEMA, Capítulo I – Dos Cursos de Graduação, Seção VI – Do Estágio Supervisionado, Art. 58, o Estágio Curricular é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo para estudantes regularmente matriculados e será regido por regulamento aprovado pelo Colegiado, como parte do projeto pedagógico do curso, devendo conter normas de operacionalização, formas de avaliação e tipos de atividades a serem aceitas.

§ 1º O Estágio Supervisionado, como um componente curricular, pode ser *obrigatório* e *não obrigatório*, conforme determina a legislação vigente e contida nos projetos pedagógicos de cada curso.

§ 2º O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 3º O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória [...].

§ 4º O estágio de vivência teórico-prática exercida pelo estudante para fins de integralização curricular é coordenado pelos cursos e acompanhado pelo professor orientador, podendo ser desenvolvido em instituições jurídicas de direito público ou privado, ou em escolas da comunidade reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 5º O estágio de que trata o caput deste artigo será objeto de instrumento jurídico apropriado, firmado pela entidade concedente do estágio e pela UEMA, na forma legal.

[...]



Art. 60 O Diretor de Curso fará pré-inscrição dos estudantes no Estágio Supervisionado obrigatório, a ser realizado no período subseqüente, cadastrando os dados necessários para o Seguro de Acidentes Pessoais, exigido pela legislação em vigor, encaminhando-os à DEM/CTP/PROG para análise, com vistas à Proplad para as providências legais.

Art. 61 A carga horária de Estágio Supervisionado obrigatório dos cursos de licenciatura obedecerá às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da Uema.

Art. 63 Nos cursos de licenciatura, será realizada a Prática Curricular (405 horas, com 9 créditos práticos) e o Estágio Supervisionado (405 horas, com 9 créditos práticos), vivenciados ao longo do curso.

[...]

Art. 66 A regularidade do Estágio Supervisionado obrigatório envolve: I. Coordenador de estágio; II. Orientador de estágio; III. Supervisor de campo ou preceptor.

[...] § 3o Nos cursos de licenciatura, o professor referido no parágrafo anterior deverá ser preferencialmente, um professor licenciado do quadro efetivo da Uema.

Art. 70 A avaliação do Estágio Supervisionado obrigatório deverá ser sistemática e contínua, utilizando diferentes instrumentos e formas, e compreende:

I. apuração da frequência e atividades previstas no plano de ensino do estágio;  
II. determinação da nota obtida pelo estudante em relatório e outras atividades vinculadas a aspectos qualitativos e quantitativos do estágio.

Parágrafo único. O Estágio Supervisionado obrigatório não dará direito ao exame final, devendo o estudante reprovado nesse componente curricular fazer novo estágio.

Art. 71 Em nenhuma hipótese, o estudante será liberado da realização das atividades de estágio obrigatório.

O Estágio Supervisionado do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares - Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho se caracteriza pelo desenvolvimento prático dos conhecimentos aprendidos em sala de aula. É de fundamental importância no contexto do processo ensino-aprendizagem colocar o discente em situações concretas e progressivas da atividade profissional. O componente curricular Estágio Curricular é obrigatório com a duração de no mínimo 90 horas aulas, e segue a forma Regimental das Instituições conveniadas. A justificativa para manter o Estágio Curricular somente em 90h se dá devido ao cadete, a partir do 1º ano, já exercer na prática em fins de semana (conforme a programação de atividade do Corpo de Bombeiro - QTS) as atividades de sua formação profissional.

O Estágio Curricular Supervisionado para os Cadetes do CFO – BM é realizado sob a orientação, fiscalização e supervisão técnica do setor competente do Corpo de Bombeiro, no caso a Academia do Corpo de Bombeiros Militares Josué Montelo, e sob a coordenação pedagógica do setor de estágio da Universidade Estadual do Maranhão e da



Direção do Curso do CFO – BM. O estágio é desenvolvido nas Unidades Operacionais e Administrativas do Corpo de Bombeiro, sediadas na Capital e/ou outras instituições que sejam de interesse para o aprimoramento do aprendizado, tendo avaliação permanente de desempenho durante a realização do estágio, sendo obrigatória a apresentação de um trabalho escrito (relatório final de estágio) para a avaliação final. As outras instituições citadas além dos Bombeiros são aquelas que tenham grandes sistemas de segurança e contingência com o objetivo de aprimorar os conhecimentos do discente e posicioná-lo frente às principais ferramentas e tecnologias utilizadas por tais empresas.

O Estágio Curricular para os Cadetes ocorrerá nos últimos períodos do curso sendo realizado nas Unidades Operacionais da Região Metropolitana de São Luís. A formação do profissional cadete ocorrerá em constantes atividades de acordo com as necessidades que surgem em situações e locais diversos, integrando o futuro Oficial com o ambiente interno das Instituições, bem como no atendimento à comunidade, de forma a complementar a sua formação profissional e humanística.

O Curso se propõe ampliar seu campo de estágio curricular supervisionado. Anteriormente, o estágio se restringia apenas aos batalhões do Bombeiro do Maranhão, nesta nova proposta apresentamos a possibilidade de o cadete estagiar também em grandes empresas que possuam atividades críticas e protocolos complexos de segurança, ampliando os conhecimentos práticos dos cadetes para além dos muros dos batalhões, outrossim, aproxima os cadetes das demandas sociais.

Os estágios curriculares são realizados no período diurno, noturno e aos fins de semana e feriados (ao longo dos períodos e a partir do segundo período), em unidades de atividades do Corpo de Bombeiro ou em outras instituições que sejam de interesse mútuo (UEMA E ABJM) e que possam aprimorar o aprendizado do Cadete. O curso possui 135 horas de estágio.

#### **4.9.4 Atividades Complementares – AC**

As atividades complementares estão previstas como um componente curricular do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar. Tais atividades são de extrema importância para este curso em função de seu apelo prático e das muitas mudanças tecnológicas



disponíveis no mundo que devem ser estimuladas por meio de estudos independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares e de contextualização profissional.

Conforme o Art. 55, da Resolução nº 1477/2021-CEPE/UEMA, nos bacharelados, as horas relativas às AC e Estágio Curricular Supervisionado obrigatório não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, sendo 15% (quinze por cento) para os Estágios Curriculares Supervisionados obrigatórios e 5% (cinco por cento) para as AC, salvo nos casos de determinações legais em contrário, observadas as Diretrizes Curriculares de cada curso.

A realização de tais atividades dependerá única e exclusivamente da iniciativa do aluno, obedecendo aos critérios exigidos pela direção do Curso, devendo o discente buscar sempre as atividades que mais lhe calhar. Não serão aceitas AC realizadas antes do ingresso do curso. Para a validação da carga horária destas atividades, o aluno deverá estar matriculado regularmente no componente (Atividades Complementares), ofertado no último período do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar, CFO – BM.

Os comprovantes originais das atividades desenvolvidas apresentados pelo discente serão devolvidos após análise da Diretoria do Curso e devem permanecer sob a posse e responsabilidade direta de cada aluno, devendo ficar uma cópia anexa no formulário do Requerimento Escolar. Neste sentido, o CFO – BM em conjunto com o seu Núcleo Docente Estruturante - NDE depois de pesquisas e discussões, decidiu que a quantidade de horas de AC mínimas necessárias para a integralização do curso seria de no mínimo **45 horas**. A validação das AC é feita por meio das atividades descritas no Quadro 14.

Quadro 14– Descrição das atividades complementares reconhecidas pelo CFO – BM

<b>GRUPO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA</b>
<b>ENSINO</b>	Cursos de curta duração	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.
	Monitorias	Relatório semestral, com a ciência do professor orientador e a validação do Coordenador (a) de Curso.
	Curso de idiomas	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.



	Curso de informática	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.
	Participação em reuniões de departamento, colegiado e conselhos da UEMA.	Declaração assinada pelo presidente da Assembleia Departamental, Diretor de Curso ou do Conselho, conforme o caso.
	Representante de CA e DCE	Declaração com a composição dos representantes e a função exercida, assinada pelo presidente.
	Participação em Projetos de Iniciação Científica	Relatório parcial e/ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador de pesquisa do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.
<b>PESQUISA</b>	Participação em Projetos de Pesquisa	Declaração assinada pelo presidente do Coordenador da Pesquisa
	Publicação de trabalho em anais de congressos e similares, incluindo o SENABOM dentre outros.	Comprovação da publicação no evento e a cópia do material publicado.
	Apresentação de trabalho em eventos acadêmico-científico	Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento e a Cópia do trabalho apresentado.
	Artigo publicado em revista científica	Comprovação da publicação e a cópia do artigo publicado.
	Membro de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq	Declaração assinada pelo presidente do Coordenador do Grupo
	Atividade de Extensão reconhecida pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.	Relatório parcial e/ou Final com a ciência do Professor orientador e do coordenador de Extensão do Pró-Reitor de Extensão
<b>EXTEN- SÃO</b>	Participação em seminários, congressos, encontros estudantis, entre outros de atualização e congêneres.	Certificado emitido pelo órgão responsável pelo evento, com especificação da carga horária cumprida. (Caso não tenha a carga horária no certificado, conta-se 8h por dia)
	Participação em curso de extensão e atualização, na área de educação reconhecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA.	Certificado do coordenador do curso com a ciência da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA.
	Participação em visitas programadas em instituições educacionais ou áreas afins.	Declaração assinada pelo Professor que liste os acadêmicos participantes, com especificação da carga horária cumprida e o objetivo da visita.



	Participação na organização, coordenação de cursos e/ou eventos científicos, na área do curso ou afins.	Declaração assinada pela coordenação do evento e do coordenador do curso de graduação do estudante.
	Participação em intercâmbios institucionais	Declaração da instituição que intermediou o intercâmbio, descrevendo o período e as atividades realizadas.
	Trabalho realizado em campanhas de voluntariado ou programas de ação social.	Declaração assinada pelo representante legal do órgão onde as atividades foram realizadas, especificando as principais atividades, local, data e/ou período.
	Estágios extracurriculares	Cópia do termo de convênio devidamente assinado pelas partes conveniadas ou do cadastro da Instituição junto à IES e relatório semestral da Instituição/Empresa atestando o cumprimento das atividades, com especificação da carga horária cumprida.
	Atividade de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, reconhecida pela Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ou Final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
	Participação em projetos inovadores em comunicação, design e aplicativos aplicados ao curso.	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.
<b>INICIAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO</b>	Participação em projetos de introdução de novos benefícios ou novos de interação e/ou inclusão social (inovação social).	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

Fonte: (Graduação, 2021)

A Inclusão de Atividades Complementares (AC) figura como uma novidade para o Curso e trazem mais diversidade, por valorizar a participação dos alunos em eventos, científicos, eventos de ensino e eventos de extensão.



Por decisão unânime do NDE, resolveu-se incluir neste curso as atividades complementares que servem basicamente aperfeiçoar o processo de aprendizagem do discente com o reconhecimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão.

#### 4.9.5 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão do Curso seguirá as exigências da Resolução nº 1477/2021 – CEPE/UEMA, Capítulo I – Dos Cursos de Graduação, Seção VIII – Do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme disposto abaixo:

Art. 91 A elaboração de um trabalho científico, observadas as exigências das Normas Técnicas internacionais, denominado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para efeito de registro no histórico acadêmico, é condição indispensável para a conclusão de curso de graduação.

Art. 92 O TCC será de autoria de acadêmicos e poderá constituir-se de:

[...] VII. Produção de trabalho monográfico;

[...]

Art. 93 A inscrição no componente curricular TCC somente poderá ser realizada desde que:

I. O estudante não esteja em débito com as disciplinas do currículo objeto de seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular, indicado no PPC.

II. A requisição do projeto de trabalho seja feita na Direção de Curso no semestre anterior à realização do TCC, respeitado o trâmite de orientação e homologação pelo Colegiado de Curso.

III. O projeto de TCC tenha sido entregue, no período estabelecido pela Direção de Curso, para submissão e avaliação a critério do Colegiado de Curso e consequente homologação do parecer do avaliador.

Art. 94 Cada trabalho será desenvolvido sob a orientação pessoal e direta de um professor entre aqueles da área de conhecimento afim com o objeto do trabalho.

[...]

Art. 95 O TCC deverá ser elaborado em duas fases, até no mínimo em dois períodos letivos consecutivos, penúltimo e último período.

Art. 96 Será automaticamente reprovado o TCC sob acusação de plágio. [...].

O TCC será realizado ao longo do último período, centrado em determinada área teórico-prática e de formação profissional dos Bombeiros, sob a orientação de um professor. Este deve ser concebido como atividade de síntese integração de conhecimento que consolida as técnicas de pesquisa e prática adquirida durante o curso.

Em função das particularidades do curso do CFO – BM, o TCC deve ser do tipo monográfico, individual e com defesa pública, conforme as normas de graduação vigentes nesta Universidade. Cada orientador poderá orientar até 5 (cinco) cadetes. A direção de Curso do CFO – BM deve compor todas as bancas com até 2 (dois) membros, excluindo-se o orientador, que em seguida devem ser aprovadas pelo Colegiado do curso.



Por questões de logística e custos, há a possibilidade de apresentação de forma totalmente remota ou mesmo de forma parcialmente remota, quando um membro estiver a distância, por exemplo.

Reconhecemos que as pesquisas científicas e estudos de extensão no CFO – BM de fato não eram uma realidade do curso até a última avaliação do Conselho Estadual, principalmente pelo fato de a vocação deste curso ser o de formação de oficiais, mas nos últimos anos houve diversas ações em direção ao melhoramento desta questão. A primeira delas foi a realização dos primeiros PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação científica) voltados à temática dos Bombeiros.

Há até um pedido de patente em andamento, fruto de uma Monografia Intitulada: Ocorrências Envolvendo Energia Elétrica: utilização de um medidor de potencial elétrico pelo CBMMA são um tema tratado com muita atenção no curso do CFO – BM. Além disso, houve também o desenvolvendo de um projeto de extensão que automatizou um dos processos operacionais da ABMJM, deixando-o mais transparente, como descrito no item 2.2.3.

#### **4.9.6 Particularidades do CFO – BM**

A formação dos discentes e a organização didático pedagógica do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar da UEMA é realizada, como já ilustrado no início deste projeto por duas instituições: a UEMA e a ABMJM, definido no termo de convênio da Secretaria de Segurança Pública com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA de 1991.

A responsabilidade pela ministração de disciplinas do curso também é das duas instituições, de tal modo que existem disciplinas do CFO – BM, cuja a responsabilidade de ministração fica a carga da ABMJM e outras que ficam a cargo da UEMA. Neste PPC, o conjunto de disciplinas que fazem parte da formação militar, recebem o nome de **Núcleo de Disciplina de Formação Militar – NFM**. Enquanto as disciplinas que fazem parte da formação científica profissional, cuja responsabilidade de ministração é da UEMA recebe o nome de **Núcleo Profissional Básico – NPB**.

A razão da segregação de tais disciplinas se justifica pela necessidade óbvia de se delimitar as responsabilidades e competências mútuas entre a UEMA e ABMJM das

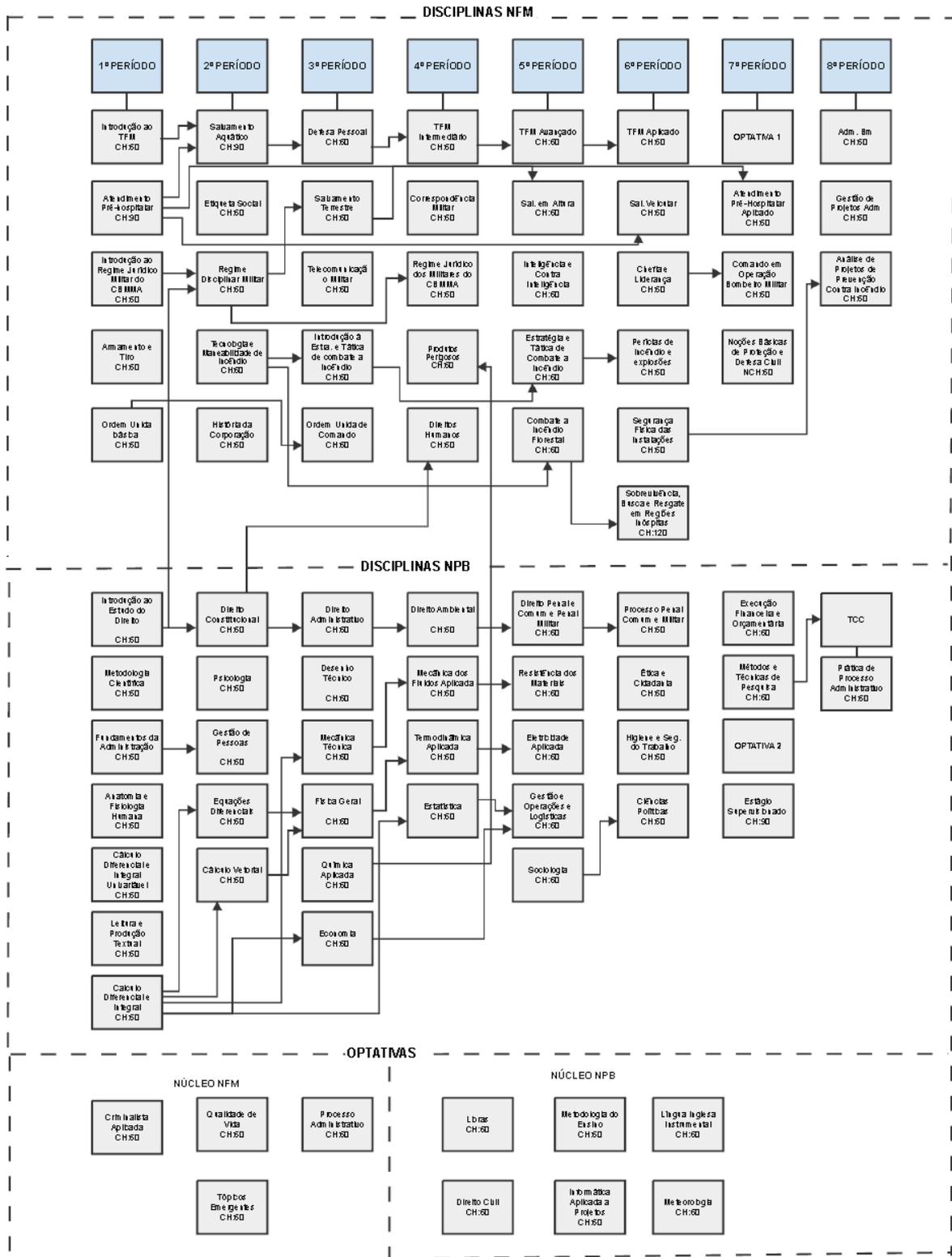


disciplinas. Por outro lado, esta segregação de disciplinas não impede que um professor da UEMA ministre disciplinas do NFM e vice-versa, desde que haja explícita necessidade e competência do profissional que se dispor a lecionar a respectiva disciplina e autorização expressa do colegiado do curso para tal.

As disciplinas do NPB são geridas pela direção de Curso do CFO – BM / UEMA. Enquanto as disciplinas do NFM são geridas pelos oficiais da ABMJM representado por seu comandante.

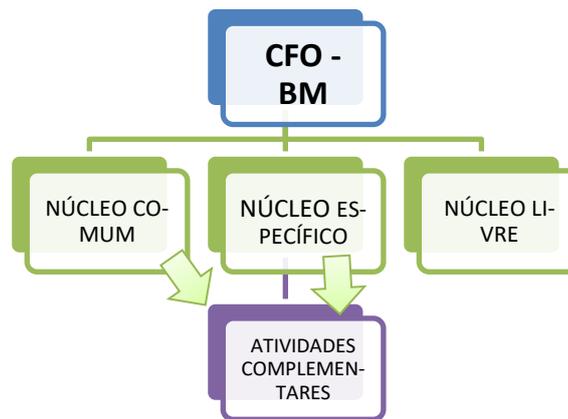
Com o objetivo de deixar a segregação dos NFM e NPB mais claras e precisas, elaborou-se o fluxograma ilustrado na Figura 9. Ele possui diversas informações, dentre elas linhas tracejadas que delimitam cada conjunto de disciplinas ministradas.

Figura 9 – Organograma da estrutura curricular do curso do CFO – BM



A título de informação, o NFM possui 43 disciplinas, as quais se dividem em 38 disciplinas obrigatórias e 5 disciplinas optativas. Ambas totalizam, 2.760 horas com 146 créditos. Já o NPB possui 40 disciplinas divididas em 5 optativas e 35 obrigatórias. Ambas totalizam 2.400 horas com 152 créditos.

Figura 10 – Ilustração da relação entre os núcleos e as atividades complementares



Fonte: (Militar, 2021)

A seguir é apresentada a periodização das disciplinas que atendem à formação do cadete. No Quadro 9, além do nome da disciplina, também é fornecida a carga horária e quantidade de crédito de cada disciplina do curso no Núcleo Comum (Núcleo UEMA). O período de cada disciplinas também é apresentado na primeira coluna. Já no Quadro 10, apresentam-se as mesmas informações, mas para o Núcleo Específico (Núcleo ABMJM). Já no Quadro 13, apresentam-se as disciplinas do Núcleo Livre, ou seja, as disciplinas optativas. Este curso oferece um total de 10 (dez) disciplinas optativas sendo uma delas um Tópico Emergente. Já o Quadro 12 ilustra as disciplinas do CFO – BM que são comuns a outros cursos.

Está ilustrado nos Quadro 9 e Quadro 10 a relação de toda a estrutura curricular do curso CFO – BM em forma de tabela, a qual está organizada da seguinte forma: a coluna 1 informa o período, as próximas informam: código, título das disciplinas, carga horária e créditos, respectivamente e a última coluna apresenta os pré-requisitos das disciplinas.



#### **4.10 METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DO CURSO**

As características dinâmicas e mutáveis da sociedade atual permitiram ao Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar – CFO-BM do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – CCT a possibilidade de inserir nos princípios dinamizadores de seu currículo a utilização considerável das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), ao tempo que permite o redimensionamento do papel do professor.

##### **4.10.1 Organização Didático-pedagógica**

O currículo deste curso está comprometido com os propósitos da qualidade de ensino, com as exigências de uma compreensão crítica que ajude seus egressos a se integrarem na sociedade, de modo que seja possível gerar possibilidades de intervenção e transformação em seu meio.

##### **4.10.2 Metodologia de ensino**

A UEMA, como instituição de ensino corresponsável pelo processo de ensino e aprendizagem do aluno, precisa determinar uma forma adequada de mediação do conhecimento capaz de quebrar o paradigma das teorias reprodutivas, fator comprovado de evasão e má formação profissional.

A aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, competências e habilidades em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais. Dessa forma, é abandonada a relação na qual o aluno coloca-se no processo de ensino-aprendizagem numa posição de expectador, limitando-se apenas a captar o conhecimento transmitido pelo professor.

As disciplinas dispostas no currículo do Curso Formação de Oficiais Bombeiro Militar serão desenvolvidas baseadas nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- Fundamentação teórica das referências bibliográficas indicadas por disciplina;
- Situação-problema, estudo de caso, projeto e Investigação científica aplicada;



- Acompanhamento das vídeo-aulas mediadas pelo professor;
- Discussão em fóruns e chats;
- Participação em web aulas ou web conferências;
- Atividades avaliativas disponibilizadas pela plataforma e ferramenta virtual.

As disciplinas terão mediação e acompanhamento do professor responsável, sob supervisão do chefe de departamento e, na inexistência de departamento, terá a supervisão do Diretor de Curso. É fundamental o acompanhamento do roteiro de estudo disponibilizado pelo professor.

A avaliação será contínua durante os estudos e progresso das unidades disponíveis virtualmente, em conformidade com o PPC, além de obedecer ao previsto no Regimento de Graduação da UEMA. Dessa forma, a avaliação será dividida nos seguintes pontos:

- Participação, assiduidades na elaboração das atividades dos fóruns e web encontros - 25% da nota;
- Atividades virtuais nas plataformas citadas na metodologia - 25% da nota;
- Avaliação presencial (prova) dissertativa-discursiva: 50% da nota.

O acesso dos alunos e dos professores às ferramentas digitais de ensino, aos cursos de capacitação tecnológica, ao pacote Microsoft Office 365, disponibilizado gratuitamente para todos os alunos e professores, e ao ambiente virtual do SigUema dar-se-á pelo e-mail institucional da UEMA (@aluno.uema.br ou @professor.uema.br. Deve-se considerar também formação mínima, com disponibilização de tutoriais para os alunos quanto ao acesso às ferramentas pedagógicas do SigUema.

## **4.11 AVALIAÇÃO**

### **4.11.1 Avaliação do ensino-aprendizagem**

No que se refere à avaliação do aluno, atualmente, segue-se as determinações da Resolução nº 1477 - CEPE/UEMA, de 06 de outubro de 2021, através da frequência e aproveitamento. São aplicadas três avaliações, sendo os resultados expressos em notas de



zero a dez, admitindo-se 0,5 (meio ponto), devendo a média final ser expressa com, no máximo, uma casa decimal.

Na forma presencial, as aulas presenciais do CFO – BM busca replicar as políticas institucionais da UEMA como a vinculação entre a teoria e prática de ensino, somando-se a possibilidade de aplicação do conhecimento aprendido em sala de aula em situações reais por meio de demonstrações práticas de problemas reais, discussão sobre temáticas atuais.

As avaliações de aprendizagem adotadas pelos professores do Curso de Formação e Oficiais Bombeiro Militar são diversificadas, envolvendo: avaliação individual, seminários, trabalhos individuais e em grupos, pesquisas, resenhas, artigos acadêmico-científicos, fóruns, oficinas, relatos de visitas técnicas, dentre outras.

No que diz respeito a disciplinas profissionais e práticas voltadas para a atividade operacional, quando o CFO do CBMMA tiver em suas turmas alunos dentro do percentual de cotas para Pessoas com Deficiência, poderá haver adaptações nas avaliações, regulamentadas por normas internas da ABMJM, desde que não inviabilize a verificação da aprendizagem e os objetivos da disciplina, sempre com a finalidade de garantir a isonomia material e a valorização dos direitos humanos voltado para os PCD's.

Em suma, será considerado aprovado em cada disciplina o estudante que obtiver nota geral da disciplina igual ou superior a 7,0 (sete). O estudante que obtiver média da disciplina igual ou superior a 5,0 (cinco) e inferior a 7,0 (sete) e que tenha comparecido, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades acadêmicas, no ensino presencial, poderá ser submetido à avaliação final, conforme previsto na Resolução n° 1477/2021 – CEPE/UEMA.

#### 4.11.1.1 Avaliação e Acompanhamento Docente

A avaliação do processo de ensino aprendizagem do CFO – BM vai além da mera avaliação das atividades discentes. Implementou-se uma avaliação em 360° graus que inclui todos os entes do processo inclusive os docentes. Nesta visão, os docentes do CFO – BM da ABMJM e da UEMA são também avaliados pelos discentes e pela direção do



CFO, do mesmo modo, a Direção do CFO –BM também é avaliada pelos docentes e pelos discentes.

Com este processo de avaliação, espera-se nortear as ações da Direção do CFO – BM em direção ao incremento de qualidade efetiva e percebida por todos os membros que compõem este processo. A avaliação docente é realizada por meio de formulários virtuais e anônimos pelos discentes. Já a direção do CFO – BM avalia a assiduidade e o comprometimento do docente. Ao final de cada período, a direção de curso também é avaliada por ambos, discentes e docentes.

#### **4.11.2 Particularidades do CFO – BM**

Apesar de o CFO – BM ser um curso de graduação como qualquer outro curso da UEMA e conseqüentemente submetido a suas regras, portarias e regulamentos, o curso possui particularidades que devem ser levadas em consideração para que um certo nível de qualidade seja mantido. Além disso, é preciso que o curso avalie seus discentes também por critérios técnicos. Da mesma forma, existem disciplinas de teor estritamente prático que são ministradas de forma intensa, cujo teor se baseia em procedimentos e treinamentos manuais de concentração intensa de forma tal que uma aula perdida representaria uma perda de conteúdo de complexa recuperação e que, portanto, traria sérios prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem quando comparadas a outras disciplinas de cunho teórico.

Considerando esta questão, o NDE do CFO – BM aprovou por unanimidade que em algumas disciplinas críticas, ou seja, aquelas que demandam habilidades especiais, risco e segurança e que demandam por uma cronologia no aprendizado muito forte, o discente não deve exceder 5% de faltas sob pena de ficar diretamente reprovado. Apesar de tal regra ser mais rigorosa que aquelas descritas no Regimento dos cursos de graduação da UEMA, ela se faz necessária para este curso e precisa ser considerada. Tais disciplinas críticas estão abaixo relacionadas:

- Salvamento Aquático;
- Salvamento em Altura;
- Sobrevivência, Busca e Resgate em Regiões Inóspitas;



- Combate a Incêndio Florestal;
- Salvamento Terrestre;
- Salvamento Veicular;
- Tecnologia e Maneabilidade de Incêndios;
- Atendimento Pré-Hospitalar

## **5 DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL**

### **5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE**

O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, é regido pela Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010 do CONAES e pela Resolução nº 1023/2019 – CONSUN/UEMA, sendo responsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

I – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – Promover a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – fomentar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – Acompanhar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

V – Propor ações de melhorias para o curso a partir dos resultados dos processos avaliativos internos e externos.

O NDE é constituído pelo (a) Diretor (a) do Curso, como seu presidente e por, no mínimo, mais 4 (quatro) docentes do curso, sendo o limite máximo definido pelo regimento do NDE de cada curso.

Devido à especificidade do curso o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho do CFO - Bombeiro Militar é composto por



professores da Universidade e por membros do Quadro de Oficiais do Corpo de Bombeiro Militar que atuam como professores e instrutores nas disciplinas do Núcleo Específico. O Quadro 15 apresenta os docentes e oficiais do NDE.

Visando a excelência nos critérios de elaboração e fortalecimento do Projeto Pedagógico do Curso a ser renovado, cria através da Portaria do N° 01/2020 CFO-BM/UEMA o seu NDE formado por um grupo de docentes especialistas nas diversas áreas de conhecimento do curso.

Quadro 15– Componentes do Núcleo Docente Estruturante

<b>PORTARIA N° 001/2020/ CFO – BM/ CCT /UEMA</b>	
<b>NOME DO DOCENTE</b>	<b>TITULAÇÃO</b>
MAURO SÉRGIO SILVA PINTO *	DOUTORADO
FERNANDO LIMA DE OLIVEIRA	DOUTORADO
FERNANDA SILVA BANDÃO	DOUTORADO
IEDO ALVES DE SOUSA	MESTRADO
RICARDO YVAN DE LA CRUZ CUEVA	DOUTORADO
GUSTAVO LUIS DE MOURA CHAGAS	MESTRADO
VERA LÚCIA BEZERRA SANTOS	DOUTORADO
IRAN DE JESUS RODRIGUES PASSOS	DOUTORADO
JÚLIO CESAR PINHEIRO MACIEL	MESTRADO
GUTEMBERG PACHECO LOPES JUNIOR	DOUTORADO
GERSON CELSO AMORIM CARVALHO	TEN. CORONEL
JOSÉ CLÁUDIO BEZERRA	TEN. CORONEL
MARCO AURÉLIO DE JESUS PIO	TEN. CORONEL
JHÉSSYKA YASMINNI LÔBO FERREIRA FERNANDES FELÍCIO	MAJOR
GILZIMARY DE JESUS SOBRINHO PRIVADO	CAPITÃ

Fonte: (Militar, 2021)

\*Presidente

## 5.2 GESTÃO DO CURSO

Além dos gestores, o Curso de Formação de Oficiais conta ainda com o apoio dos técnicos administrativos, conforme relação ilustrada no Quadro 16:

Quadro 16 – Servidores do Centro de Ciências Tecnológicas.

<b>NOME DO SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>
MAURO SÉRGIO SILVA PINTO	DIRETOR DO CURSO
THAYNA DE CARVALHO DA SILVA	SECRETÁRIA
JESSICA BRUNA RODRIGUES PEREIRA	ESTAGIÁRIA

Fonte: (Militar, 2021)



### 5.3 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado é um órgão deliberativo e consultivo do Curso, conforme o que determina o Art. 49 e seus segmentos do Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão, seção V:

Art. 49 Os Colegiados de Curso são órgãos deliberativos e consultivos dos Cursos e terão a seguinte composição:

I - O Diretor de Curso como seu Presidente;

II - Representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III- um representante do corpo discente por habilitação.

Também faz parte do colegiado do curso 2 (dois) representantes indicados pela Academia e um representante do corpo discente do curso do CFO-Bombeiro. No curso de Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar, o Colegiado de Curso é composto pelos seguintes professores descritos a seguir apresentadas no Quadro 17:

Quadro 17 – Membros do Colegiado de Curso

<b>NOME</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>ÁREA</b>
MAURO SÉRGIO SILVA PINTO (presidente)	Doutorado	Engenharia Elétrica
FERNANDO LIMA DE OLIVEIRA	Doutorado	Engenharia Mecânica
IEDO ALVES DE SOUZA	Mestrado	Engenharia Civil
AIRTON EGYDIO PETINELLE	Mestrado	Engenharia Elétrica
ALAMGIR KHAN	Doutorado	Engenharia Química
GUSTAVO LUIS DE MOURA CHAGAS	Mestrado	Direito
IRAN DE JESUS RODRIGUES PASSOS	Doutorado	Letras
PROF. DR. RICARDO YVAN DE LA CRUZ CUEVA	Doutorado	Física
VERA LUCIA BEZERRA SANTOS	DOUTORADO	Sociologia
AIRTON FEITOSA CUNHA	Especialização.	Administração
GUTEMBERG PACHECO LOPES JUNIOR	Doutorado	Administração
JOSÉ CLÁUDIO BEZERRA	Tenente Coronel	Bombeiro
MARCO AURÉLIO DE JESUS PIO	Tenente Coronel	Bombeiro
WESLEY ANDERSON SARGES CASTRO	Discente	Cadete

Fonte: (Militar, 2021)

### 5.4 CORPO DOCENTE

O corpo docente de todo o curso é formado por professores mestres e doutores da UEMA e por diversos oficiais com as mais altas patentes. A evolução sob o prisma da



organização didática pedagógica é sólida e pode ser apresentada sob vários aspectos, a saber:

O CFO – BM possui um processo consolidado de interação com os professores para melhorar a assiduidade em sala de aula. Na impossibilidade de ministração de algum professor, o mesmo comunica sua ausência à Direção de Curso e a mesma inicia imediatamente um processo para substituí-lo à medida do possível. Há uma ferramenta de acompanhamento da presença do professor em sala de aula por meios gráficos tais como o apresentado na Figura 11, aqui chamados de Gestão à Vista.

Figura 11 – Ilustração de uma planilha exemplo para o controle de assiduidades de professores do CFO – BM

LEGENDA	MAIS DE 3 AULAS NÃO COMPENSADAS				
	AULA EXTRA		2 AULAS NÃO COMPENSADAS		
CONTROLE DE MINISTRAÇÃO DE AULAS					
PROFESSOR	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LIA RENATA COSTA GOMES	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
HELMARA DINIZ	0 Aula(s)	0 Aula(s)	-4 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
ALAIDE SAMPAIO COSTA	1 Aula(s)	0 Aula(s)	3 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
MELCKA YULLE CONCEIÇÃO RAMOS	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
JULIO CÉSAR PINHEIRO MACIEL	2 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	-4 Aula(s)	0 Aula(s)
FLAVIA PEREIRA SERRA	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	-4 Aula(s)
FERNANDO RIBEIRO CASTRO	0 Aula(s)	4 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
JOÃO COELHO SILVA FILHO	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
MOISÉS DOS SANTOS ROCHA	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	-8 Aula(s)
FERNANDA BRANDÃO	0 Aula(s)	6 Aula(s)	0 Aula(s)	-4 Aula(s)	0 Aula(s)
GABRIELLA SOUSA DA SILVA BARBOSA	0 Aula(s)	4 Aula(s)	-4 Aula(s)	0 Aula(s)	-8 Aula(s)
UBIRACI SILVA NASCIMENTO	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	-4 Aula(s)
MAURO SERGIO SILVA PINTO	0 Aula(s)	-2 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
JACILMARA SANTOS MELO	0 Aula(s)	-2 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	-12 Aula(s)
GABRIELLA SOUSA DA SILVA BARBOSA	0 Aula(s)	4 Aula(s)	-2 Aula(s)	-4 Aula(s)	0 Aula(s)
MARCO ANTONIO NOGUEIRA GOMES	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
GUSTAVO LUIS DE MOURA CHAGA	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)
FRANKLIN DOUGLAS FERREIRA	0 Aula(s)	4 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	-4 Aula(s)
DJAMILTON FOICINHA CAMPELO	6 Aula(s)	-4 Aula(s)	4 Aula(s)	-2 Aula(s)	0 Aula(s)
PEDRO BRANDAO NETO	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)	0 Aula(s)

Fonte: (Militar, 2021)

As políticas de relacionamento com os professores do CFO – BM mudaram ao longo dos últimos 4 anos. Atualmente, há um zelo para que o professor desenvolva um sentimento de pertencimento ao CFO – BM e assim se possa ganhar identidade e espaço na UEMA. Além disso, os professores vivenciariam com mais intimidade os eventuais problemas do curso e, assim, poderiam contribuir para sua resolução. Tal interação tem sido feita através de trabalhos desenvolvidos junto aos departamentos de forma a selecionar os professores que mais se identifiquem com o curso, o que traz outros resultados positivos como, por exemplo, a redução da rotatividade de professores nas disciplinas.

Por outro lado, buscou-se professores que possam realmente agregar ao curso, profissionais mais experientes e especializados. Esta evolução pode ser resumida da

seguinte forma: houve um aumento de 30% do número de professores com doutorado que hoje são 75% dos professores do CFO – BM, outro ponto relevante é o número de professores efetivos que hoje figuram em 85% da totalidade docente. Além disso, mais de 75% têm mais de 15 anos de experiência. Estes números certamente elevam o patamar do curso desde a última avaliação do Conselho Estadual.

Outra iniciativa voltada para os docentes do CFO – BM são as semanas pedagógicas que antes eram feitas em separado (o CFO – BM fazia uma e depois a ABMJM fazia outra), mas atualmente a semana pedagógica do curso acontece em conjunto com a ABMJM (com ambos os professores, da academia e da UEMA) e objetiva o aumento da integração da relação entre os professores de ambas as instituições com o curso com o objetivo de aprimorar sempre os processos de ensino. Na Figura 12 há fotos ilustrativas de algumas das reuniões.

Figura 12– Ilustração de fotos da realização da semana pedagógica



Fonte: (Militar, 2021)

No Quadro 18 apresenta-se o com o Corpo Docente do Curso CFO-BM com o detalhamento em cada coluna.

Quadro 18 - Corpo docente do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar

NOME	REGIME			TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL		DISCIPLINA	Experiência Profissional Docente	Experiência no exercício da docência superior
	20h	40h	TIDE		Contratado	Efetivo			
Júlio Cesar nheiro Maciel		X		Graduado em administração Mestre em administração		X	Introdução à Administração	0	19 anos
Alaíde Sampaio costa		X		Graduada em Direito		X	Introdução ao Estudo	0	5 anos



					Mestra em Direito e Instituições do Sistema de Justiça			do Direito		
Vera Lúcia Bezerra Santos			X		Graduação em Ciências Sociais. Mestrado em Administração Doutorado em doutorado em administração		X	Sociologia	25 anos	23 anos
Marco Antônio Nogueira Gomes			X		Graduação em Direito. Mestrado em Educação Doutorado em Informática na Educação		X	Metodologia Científica	6 anos	26 anos
Alamgir khan			X		Graduação em Bacharel em Ciência Mestrado em Ciências Mestrado em Educação. Doutorado em Doutorado em Química		X	Química Aplicada	7 anos	6 anos
Eliana Campelo Lago		X			Pós-Doutorado. Doutorado em BIOTECNOLOGIA. Mestrado em Clínicas Odontológicas Especialização em Enfermagem Obstétrica.		X	Anatomia e Fisiologia Humana	0	17 anos
Iran de Jesus Passos Rodrigues		X			Graduação em Letras - Inglês. Mestrado em Letras (Ciência da Literatura) Doutorado em Letras (Ciência da Literatura)		X	Leitura e Produção Textual	35 anos	35 anos
Nicodemos Araújo costa			X		Graduação em ciências Econômica Mestrado profissional em Economia.		X	Economia	0	32 anos
Carlos Henrique Rodrigues Vieira	X				Graduação em Direito. Mestrado em Direito Doutorado em Direito		X	Direito Constitucional	0	35 anos



Vera Lúcia bezerra santos			X		Graduação em Ciências Soci- ais. Mestrado em Administração Doutorado em doutorado em administração		X	Ciências Políticas	25 anos	25 anos
Lívia Janine leda Fonseca rocha			X		Mestrado em Saúde e Ambi- ente Doutorado em Psicologia Clí- nica.		X	Psicologia	0	20 anos
Júlio Cesar pinheiro Maciel		X			Graduação em administração Mestre em ad- ministração		X	Gestão de Pessoas	0	21 anos
Ricardo Yvan de la Cruz Cu- eva			X		Mestrado em Física Doutorado em Geofísica Espa- cial		X	Física Geral	0	7 anos
João Coelho Silva Filho			X		Graduação em Matemática. Mestrado em Matemática Doutorado em Engenharia Elétrica		X	Cálculo Diferencial e Integral Univariá- vel	3 anos	25 anos
Ubiraci Silva Nascimento			X		Graduação em Engenharia Ci- vil e Física Mestrado em Engenharia Me- cânica Doutorado em Engenharia Me- cânica.		X	Termod- inâmica Aplicada	10 anos	29 anos
Adriano An- tunes Dama- sceno		X			Graduação em Direito. Mestrado em Direito e Insti- tuições do Sis- tema de Justiça Doutorado em Direito.		X	Direito Pe- nal Co- mum e Pe- nal Militar	0	6 anos
Moisés dos Santos Rocha			X		Graduação em Engenharia de Produção Me- cânica Mestrado em Logística e Pesq. Operacio- nal Doutorado em		X	Gestão de Operações e Logística	1 ano	9 anos



					Engenharia Mecânica.					
Flávio Nunes Pereira			X		Mestrado em Engenharia Mecânica Doutora Engenharia Mecânica		X	Desenho Técnico	0	8 anos
Fernanda Silva Brandão Raposo			X		Graduação em Ciências Contábeis. Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática. Doutorado em Matemática.		X	Estatística	0	20 anos
Mauro Sérgio Silva Pinto			X		Graduação em Engenharia Elétrica. Mestrado em Engenharia de Eletricidade Doutorado em Engenharia de Eletricidade		X	Eletricidade Aplicada	0	12 anos
João Coelho Silva Filho			X		Graduação em Matemática. Mestrado em Matemática Doutorado em Engenharia Elétrica		X	Cálculo Vetorial	3 anos	25 anos
Jorge Creso Cutrim Demétrio			X		Graduação em Engenharia Civil Mestrado em Arquitetura Doutorado em Engº da Produção		X	Higiene e Seg. do Trabalho	0	29 anos
Marco Antônio Nogueira Gomes			X		Graduação em Direito. Mestrado em Educação Doutorado em Informática na Educação		X	Ética e Cidadania	6 anos	26 anos
Iedo Alves de Souza		X			Graduação em Engenharia Civil. Mestrado em Mestrado em Engenharia Civil Doutorado em		X	Resistência dos Materiais	26 anos	26 anos



					Química.					
Fernando Lima de oliveira			X		Graduação em Engenharia Mecânica. Mestrado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica Doutorado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica		X	Mecânica dos Fluidos Aplicada	1 ano	9 anos
Adriano Antunes Damasceno		X			Graduação em Direito. Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça		X	Processo Penal Comum e Militar	0	6 anos
Gustavo Luís de Moura Chagas		X			Graduação em Direito. Especialização em Direito do Estado. Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação.		X	Direito Administrativo	0	16 anos
Ubiraci Silva Nascimento			X		Graduação em Engenharia Civil e Física Mestrado em Engenharia Mecânica Doutorado em Engenharia Mecânica.		X	Mecânica Técnica	10 anos	29 anos
Francisco José Arújo			X		Graduação em Direito e Ciências Sociais Mestrado em Sociologia Doutorado em Sociologia		X	Métodos e Técnicas de Pesquisa	0 anos	27 anos
Fernando Lima de Oliveira			X		Graduação em Engenharia Mecânica. Mestrado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica Doutorado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica		X	Estágio Supervisionado	1	11 anos
Gutemberg		X			Graduação em		X	Execução	0	7 anos



Pacheco Lopes Junior					Direito. Mestrado em Management Doutorado em Direito.			Financeira e Orçamentária		
Adriano Antunes damasceno		X			Graduação em Direito. Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça		X	Prática de Processo Administrativo	0	6 anos
Mauro Sérgio Silva Pinto			X		Graduação em Engenharia Elétrica. Mestrado em Engenharia de Eletricidade Doutorado em Engenharia de Eletricidade		X	TCC	0	11 anos
Fernanda Silva Brandão Raposo			X		Graduação em Ciências Contábeis. Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática		X	Equações Diferenciais	0	20 anos

Fonte: (Militar, 2021)

## 6 DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

### 6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Além da própria infraestrutura já existente no Centro de Ciências Tecnológicas (CCT) onde o curso funciona, foram posteriormente construídas salas de aula e climatizadas para melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos do CFO Bombeiro. De maneira geral para o bom funcionamento do curso o CCT dispõe em sua infraestrutura dos seguintes itens mostrados no Quadro 19. No ANEXO B – PLANTAS DO PRÉDIO QUE ABRIGA O CURSO DO CFO – BM está disponível a planta baixa da infraestrutura do curso na UEMA.

Quadro 19 – Infraestrutura do Curso.

LOCAL	QUANTIDADE	CAPACIDADE	EQUIPAMENTOS
-------	------------	------------	--------------



Sala de Aulas	3	30 alunos	<b>Rede WIFI</b>
Salas de Departamentos	4	15 professores	Computadores. Projetor de Slides. Quadro, etc.
Sala de Direção do curso	1	4 pessoas	Mesa de Reunião. Computadores. Projetores. Armários. Multifuncional, etc.
Sala de Docentes	1	10 professores	Mesas. Rede WIFI. Climatizadas
Sala de Reuniões	1	20 pessoas	Mesa. Cadeiras. Quadros. Freezer. Climatizadas
Laboratório de Informática	2	20 alunos	Computadores. Quadro branco, etc.
Auditório	1	50 pessoas	Projetor de Slides. Quadro, etc.
Cenário externo	2	15 pessoas	<b>Cantina. Área de vivência.</b>

Fonte: (Militar, 2021)

No Centro de Ciências Tecnológicas há outros espaços como auditórios e laboratórios de outros Centros da Universidade podem ser usados para aulas e/ou atividades programadas pelos professores do Núcleo Comum. Abaixo, no Quadro 20 seguem alguns destes espaços que podem ser compartilhados para o uso dos alunos do curso.

Quadro 20 – Outros espaços disponíveis ao curso

<b>LOCAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>CAPACIDADE</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>
Laboratórios de Engenharia - NUTENG	4	20 pessoas cada	<b>Aparatos Experimentais Diversos</b>
Auditório do CECEN	1	200 pessoas	<b>Rede WIFI;</b> Climatizado.
Laboratório de Biologia (Anatomia)	1	20 pessoas	Esqueleto humano. Outros aparatos experimentais
Laboratório de Física	1	15 pessoas	Aparatos Experimentais diversos do estudo da Física
Laboratório da Química	1	20 pessoas	Aparatos Experimentais para o estudo da Química



Auditório do CECEN	1	200 pessoas	<b>Rede WIFI;</b> Climatizadas.
--------------------	---	-------------	------------------------------------

Fonte: (Militar, 2021)

### **6.1.1 Laboratório do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar**

O Laboratório do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares é voltado para o teste, experimentações, pesquisa e outros aspectos relacionados a fenômenos elétricos. Apesar da concepção do laboratório ser voltada para o CFO – BM, há outros alunos trabalhando com pesquisas na área de eletricidade, como alunos de PIBIC, PIBEX, dentre outros, tal iniciativa serve não apenas para aumentar a interação entre os alunos, mas também para a troca de conhecimento e experiências.

O laboratório com foco na eletricidade é importante para a formação do cadete porque os fenômenos elétricos são hoje as principais causas de incêndios na zonal urbana, onde estes acidentes costumam ser mais críticos. O referido laboratório conta com os equipamentos descritos no Quadro 21.

Quadro 21 – Relação de equipamentos do laboratório

<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>FINALIDADE</b>
Multímetro digital	13	Verificação de grandezas elétricas
Osciloscópio	1	Estudo e observação de ondas e formas de ondas de diversos sinais
Protoboards	12	Implementação de análises de circuitos elétricos, verificação da teoria aprendida em sala de aula
Fontes de alimentação DC	10	Serve para a alimentação de circuitos montados nos protoboards
Sensor de temperatura	1	Medição invasiva da temperatura de locais de testes e de arranjos de conexões elétricas
Gerador de sinais	1	Emular diversos sinais eletromagnéticos e sobre tensões
Estação de retrabalho e solda	1	Elaboração de circuitos de teste



Jogo de ferramentas completo	1	Montagem e simulação de circuitos
Desktops	2	Simulação, elaboração de trabalhos e artigos
Fontes DC estáveis de alta precisão.	1	Simulação, elaboração de trabalhos e artigos
Ferramentas Diversas	1	Manutenção em geral.

Fonte: (Militar, 2021)

### 6.1.2 Infraestrutura do Curso na Academia

Para o desenvolvimento do CFO/BM a Academia “Josué Montello” dispõe em sua estrutura dos seguintes itens mostrados no Quadro 22. No ANEXO B – PLANTAS DO PRÉDIO QUE ABRIGA O CURSO DO CFO – BM estão disponíveis a planta baixa da infraestrutura do curso da Academia Bombeiros Militar “Josué Montello” – ABJM.

Quadro 22– Infraestrutura da Academia

LOCAL	QUANTIDADE	CAPACIDADE	EQUIPAMENTOS
Sala de Aulas	3	30 pessoas	Rede WIFI; Climatizadas.
Salas de Departamento	4	4 pessoas	Computadores. Impressoras. Armários, etc.
Sala de Direção do Curso	2	5 pessoas	Mesa de Reunião. 2 Computadores. Impressora. Armários, etc.
Lab. de Informática	1	15 pessoas	Computadores. Quadro branco, etc.
Biblioteca	1	30 pessoas	Livros. Mesas. Cadeiras.
Piscina Semiolímpica	1	-	Cinco raias
Refeitório	1	80 pessoas	Mesas e cadeiras
Torre de Treinamento	1	-	-
Sala de Lazer	1	15 pessoas	Televisão, DVD e outros.
Alojamentos	4	30 pessoas	Camas e armários
Campo de Futebol Society	1	12 pessoas	-
Quadro de Vôlei de Areia	1	10 pessoas	-

Fonte: (Militar, 2021)



## 6.2 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A infraestrutura da UEMA está organizada para atender às atividades da gestão educacional, dos serviços administrativos e do desenvolvimento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação. Os espaços pedagógicos atendem às demandas da formação profissional proposta para os cursos de licenciatura. Para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a Instituição dispõe, nos *campi*, salas de aula, auditório, laboratórios de informática com equipamentos de multimídia, conectados à Internet, e biblioteca. Além disso, há disponível, no *site* da UEMA, o acervo da **Biblioteca Virtual Universitária Pearson**.

Durante os trabalhos de atualização e modernização desta nova versão de PPC, iniciou-se um trabalho juntos aos professores das disciplinas do CFO – BM com o objetivo de atualizar suas ementas. Dentre vários resultados deste trabalho, constatou-se a necessidade de compra de novos exemplares de livros didáticos. Desta forma, criou-se uma lista de novos exemplares que está ilustrada no ANEXO C – RELAÇÃO DE NOVOS LIVROS. Tal lista já foi enviada à compra por meio da solicitação e enviada via CI de nº COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 25/2021 - CFO-BOMBEIRO (11.14.06.12) (Identificador: 202176880) à Direção de Centro do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia.

Mais detalhes sobre os recursos bibliográficos utilizados pelo CFO – BM podem ser encontrados no Relatório de Adequação Bibliografico elaborado pelo NDE do curso.

### 6.2.1 Biblioteca Setorial

Além do acervo bibliográfico da UEMA, o Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar, conta com uma biblioteca setorial situada na Academia de Bombeiros Militares Josué Montelo – ABJM. Esta unidade conta com aproximadamente 50 títulos, entre livros, manuais, regulamentos dentre outros.

A biblioteca setorial da Academia Militar Josué Montelo conta ainda com um espaço físico para 30 pessoas estudos e realizações de trabalhos monográficos dentre outros com mesas, cadeiras, ar-condicionado.



Dentre os eixos levantados aqui, talvez a infraestrutura seja a parte que mais evoluiu durante os últimos anos. Recentemente, adquiriu-se recursos para a compra de diversos equipamentos para o laboratório do CFO – BM que antes tinha somente uma réplica de um esqueleto e de alguns órgãos do corpo. Hoje, o laboratório do CFO – BM, conta com mais de 30 itens. Os resultados trazidos pelos novos equipamentos do laboratório do CFO – BM vão além da demonstração prática dos conceitos aprendidos em sala de aula. Atualmente, o laboratório do CFO – BM tem capacidade de realização de experiências na área de instalações elétricas, perícias de incêndio, dentre outras coisas. Além de ser um laboratório âncora para a disciplina de Eletricidade Aplicada.

Já no Núcleo Específico, o avanço mais significativo foi a construção da Torre de Simulação de Salvatagem em Altura. A torre de treinamento, inaugurada no dia 02 de maio de 2018, é um prédio similar a uma edificação comercial ou residencial composto por seis pavimentos. A estrutura possui uma casa de fumaça em sua base, que serve para treinamento de buscas de vítimas em espaços confinados e em chamas. Dotada com diversos pontos de ancoragem nos demais pavimentos, a torre foi projetada para a realização de treinamentos de resgate em altura, abandono rápido de edificação colapsada e similares.

A estrutura contém para-raios, sinalizações de emergência (de parede), iluminação de emergência e portas corta-fogo, além de um sistema preventivo móvel, um sistema de preventivo fixo de hidrantes de parede, uma área com hidrante de recalque pressurizado por uma bomba interligada à caixa d'água, que garante pressão conforme as normas até o pavimento mais desfavorável da estrutura. A



Figura 13 ilustra algumas fotos e detalhes desta torre, a qual pode se verificar a sua altura, faixada e detalhes do topo e da casa de fumaça localizada na base da torre.

Existem diversos tipos de salvamento que podem ser simulados nesta torre. Sua aquisição foi de extrema relevância para o curso, pois é possível treinar os processos de salvamento em altura com controle e segurança sem que se perca o realismo do processo.

Figura 13 – Ilustração da torre de salvamento em altura



Fonte: (Militar, 2021)

Apesar dos desafios para o cumprimento total dos objetivos deste projeto, este deve ser entendido, sobretudo como uma proposta de mudança geral na forma de busca e produção do conhecimento, na capacitação para o desenvolvimento das habilidades técnicas e no processo de mudança de atitude em relação às necessidades de ocorrências sinistras na sociedade.

O Curso de Formação de Oficiais - Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho, oferecido pela Universidade Estadual do Maranhão através de convênio de mútua cooperação técnico-científica com o Bombeiro Militar do Maranhão, tem por finalidade a formação de um profissional capacitado ao exercício de funções inerentes ao posto de Aspirante, o que implica tanto no exercício de funções internas no âmbito da Corporação, como também na formação de um profissional técnico Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho, devendo para isso estar apto a internalizar e dignificar o ideário da Instituição onde atuam.

Acredita-se que para implementação, concretização e operacionalização do projeto pedagógico torna-se necessário o “comprometimento e compromisso de todos envolvidos no processo educacional, indistintamente, gestores, docentes, discentes e apoio administrativo” na certeza que em médio prazo possa-se constatar por meio de indicadores educacionais a melhoria da qualidade do Curso de Formação de Oficiais - Bacharelado em Segurança Pública e do Trabalho do Estado do Maranhão oferecido pelo Centro de Ciências Tecnológicas da Universidade Estadual do Maranhão. O projeto pedagógico



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO**

contempla o desenvolvimento da dimensão humanística na formação do profissional bombeiro militar, pois se avança na perspectiva de não conceber mais o ser humano somente como mão-de-obra, recurso humano ou capital humano. Existe um consenso entre os estudiosos que o ser humano é o sujeito primeiro do fenômeno organizacional e por isso o diferencial de qualidade na comparação do desempenho interinstitucional.



## 7 REFERÊNCIAS

BRASIL\_\_\_\_CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. Artigo 144 da CF/1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 31/07/2021.

UEMA \_\_\_\_TERMO DE CONVÊNIO DE MINUTA DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA. UEMA/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. 14 de junho de 1993.

\_\_\_\_MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf)>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

\_\_\_\_LEI DE DIRETRIZES E BASES - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 31/07/2020

\_\_\_\_ Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal (...).

\_\_\_\_Parecer CNE/CES nº 8, 31 de janeiro de 2017. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

\_\_\_\_**Parecer CNE/CP nº 09, 08 de maio de 2005**. Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação. Brasília, 2005.



\_\_\_\_\_ **Parecer CNE/CP nº 28, 02 de outubro de 2001.** Dá nova redação ao Parecer 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_ **Parecer CONAES nº04/2010, 17 de junho de 2010.** Sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_ **Portaria nº 563, 21 de fevereiro de 2006.** Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, 2006.

REITORIA \_\_\_\_\_ **Resolução CNE/PC nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002.

REITORIA \_\_\_\_\_ **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 2002

REITORIA \_\_\_\_\_ **Resolução CONAES/SINAES nº 01, 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providencias. Brasília, 2010.

REITORIA \_\_\_\_\_ **Resolução CEPE/UEMA nº 1045/2012,** aprova as Normas Gerais do Ensino de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2012.

REITORIA \_\_\_\_\_ **Resolução CONSUN/UEMA nº 826/2012,** cria e regulamenta o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. São Luís, 2012.



BASTOS, A. V. B. A questão da cognição. In: DAVEL, E & VERGARA, S. C. (Org). **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequencias no sistema federal de ensino. Brasília, 2006.

1.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:** [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf)

DUARTE, Ana Lúcia Cunha. **Guia de orientação sobre elaboração de Projeto Pedagógico de Curso**. São Luís: Editora UEMA, 2014.

HERNÁNDES, Fernando. **Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as Competências desde a escola**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Resolução CEPE/UEMA nº 890/2009**, aprova Normas específicas da Dimensão Prática do estágio curricular obrigatório e das atividades acadêmico-científico-culturais nos cursos de licenciatura da UEMA. São Luís, 2009.

PASSOS, Andréa da Silveira... [et al.]. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

BM, N. C. (2021). *Elaborado pelo autor*. São Luís: UEMA.



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO

Graduação, P. d. (2021). *Controle Acadêmico*. São Luis: UEMA.

Militar, C. d. (2022). Direção do Curso do CFO - BM - UEMA.

uema, P. (01 de 07 de 2022). PAES. Fonte: Processos Seletivo de Acesso à Educação Superior : <https://www.paes.uema.br/>





## 9 ANEXO B – RELAÇÃO DE NOVOS LIVROS

<b>ÁREA</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
SOCIOLOGIA	BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2010.
SOCIOLOGIA	GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade, São Paulo: Unesp, 2002.
SOCIOLOGIA	TURNER H., Jonathan. Sociologia – Conceitos e Aplicações, São Paulo: Makron Books, 2000.
PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 5º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	ISHIDA, Válter Kenji . Processo Penal. 5º ed. Bahia: Juspodvm, 2017.
PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 14º ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo Penal Militar. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2010.
PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 3ª ed. Vol. III. São Paulo: MILLENNIUM, 2017.
PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de Direito Processual Penal Militar. Saraiva, 2014.
PROCESSO PENAL COMUM E MILITAR	NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal militar comentado. São Paulo: GEN, 2014.
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	NADER, Paulo. Introdução Ao Estudo do Direito. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	VENOSA, Silvio de Salvo. Introdução Ao Estudo do Direito. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	BITTAR, Eduardo C. B. Introdução Ao Estudo do Direito: Humanismo, democracia e justiça. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	SAMPAIO FERRAZ JUNIOR, T. Introdução ao Estudo do Direito. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.
GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA	Bowersox D. Closs D.. Logística Empresarial – o processo de integração da Cadeia de Suprimentos, São Paulo: Editora Atlas, 2001



GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA	NOVAES, A. G. Sistemas Logísticos; Transporte, Armazenagem e Distribuição Física de produtos. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.
GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA	CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Estratégia, Planejamento e Operação. 4ª ed. Pearson Education do Brasil. 2011.
ESTATÍSTICA	URBANO, João. Estatística: uma nova abordagem. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010;
ECONOMIA	GONÇALVES, Carlos Eduardo do; GUIMARÃES, Bernardo. Introdução à economia. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
DIREITO PENAL COMUM E MILITAR	BUSATO, Paulo Cesar. Direito penal: parte geral, v. 1. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
DIREITO PENAL COMUM E MILITAR	BUSATO, Paulo Cesar. Direito penal: parte especial, v. 2. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
DIREITO ADMINISTRATIVO	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2020;
DIREITO ADMINISTRATIVO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
DIREITO ADMINISTRATIVO	MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 43ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018;
DIREITO ADMINISTRATIVO	MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019;
DIREITO ADMINISTRATIVO	ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 28ª ed. Método; São Paulo 2020;
CIÊNCIAS POLÍTICAS	NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2020;
CIÊNCIAS POLÍTICAS	BITTAR, Eduardo C.B. Doutrinas e filosofias políticas: contribuições para a história da ciência política, São Paulo: Atlas, 2002.
CIÊNCIAS POLÍTICAS	PORTA, Donatella Della. Introdução à ciência política, Lisboa Editorial Estampa, 2003.
CIÊNCIAS POLÍTICAS	SARTORI, Giovanni. A política: lógica e método nas ciências sociais, Brasília: Ed. UnB, 1997.
CIÊNCIAS POLÍTICAS	NOVAES, Adauto (org). A crise do Estado-nação, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



CIÊNCIAS POLÍTICAS	SELL, Carlos. Introdução à sociologia política, Petrópolis: Vozes, 2010.
CÁLCULO VETORIAL	BEZERRA, Licio Hernanes; COSTA E SILVA, Ivan Pontual. Geometria Analítica. 2. ed. Florianópolis: UFSC/ EAD/ CED/ CFM, 2010.
CÁLCULO VETORIAL	CAROLI, Alésio de.; CALLIOLI, Carlos A.; FEITOSA, Miguel O. Matrizes, Vetores, Geometria Analítica. 17. ed. São Paulo: Nobel, 1985.
ECONOMIA	MANKINW. N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia/N. Gregory Mankiw: tradução da 4a ed. Cengage Learnig, 2019.
DIREITO AMBIENTAL	AMADO, Frederico. Direito Ambiental. 11. ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.
DIREITO AMBIENTAL	DEON SETTE, Marli Teresinha. Manual de Direito Ambiental. 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2014.
DIREITO AMBIENTAL	FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
DIREITO AMBIENTAL	RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquemático. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
DIREITO AMBIENTAL	TRENNEPOHL, Terence. Manual de direito ambiental. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
PRÁTICA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. Manual de Direito Administrativo Disciplinar Militar. Curitiba: Juruá, 2015.
PRÁTICA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	ASSIS, Jorge César de. Curso de Direito Disciplinar Militar – da simples transgressão ao Processo Administrativo. 5 ed. Curitiba: Juruá, 2018.
PRÁTICA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	MIKALOVSKI, Algacir; ALVES, Robson. Manual de Processos Administrativos Disciplinares Militares. Curitiba: Juruá, 2009.
PRÁTICA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	GARRET, Waldick Alan de Almeida. Prática em processos & Procedimentos Administrativos – Sindicância e Inquérito Policial Militar. vol. 2. Curitiba: Juruá, 2003.
PRÁTICA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Direito Administrativo Militar. 5 ed. Belo Horizonte: Editora Líder, 2016.
HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	SZABO JUNIOR, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. 9ª edição. São Paulo: Rideel, 2015.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 43 ed. São Paulo: Malheiros, 2020.
DIREITO CONSTITUCIONAL	TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 18 ed. São Paulo: Saraivajur,



	2020.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2019.
DIREITO CONSTITUCIONAL	MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
DESENHO TÉCNICO	Muniz César; Anderson Manzoli. Desenho técnico – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2015. 120p.
TELECOMUNICAÇÃO MILITAR	Apostila de Telemarketing, Vitória : 2001, Autor: CASTRO, Ingrid Caldeiras Torres de.
ETIQUETA SOCIAL	Etiqueta Sustentável – Elisa Bechuate, Editora: Paulinas, 2015;
ETIQUETA SOCIAL	Cerimonial, Protocolo e Etiqueta - Marlene de Oliveira - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – PARANÁ, 2015;
ETIQUETA SOCIAL	Pequeno livro de etiqueta - guia para toda hora - Ana Vaz, Editora: Verus - Grupo Record, 2018;
DEFESA PESSOAL	KLINGERSTORFF, Hubert Linger Von. Judô sem Mestre. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.
DEFESA PESSOAL	KUDO, Kazudo. Judô em Ação. São Paulo: Sol S.A., 1982.
DEFESA PESSOAL	LICHTENSTEIN, Kobi. KRAV MAGÁ: A Filosofia da Defesa Israelense. 5ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006
DEFESA PESSOAL	NATALI, Marco. Defesa Pessoal Kung Fu. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.
DEFESA PESSOAL	NATALI, Marco. Técnicas Básicas do Kung Fu. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.
DEFESA PESSOAL	OMIYA, Shiro. As raízes secretas do AIKIDO. 12ª ed. São Paulo: Pensamento, 2014.
DEFESA PESSOAL	ONMURA, Luiz. Et al. Manual do judô. São Paulo: Editrês, 1983.
DEFESA PESSOAL	SHINOHARA, Luiz. Et al. Artes marciais – Judô. São Paulo: Editrês, 1983.
DEFESA PESSOAL	TEGNER, Bruce. Defesa Pessoal para Briga de Rua. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.
DEFESA PESSOAL	UCHIDA, Rioiti. MOTTA, Rodrigo. URUWASHI: O Espírito do Judô. Vol. 1. São Paulo: Generale, 2014.
DEFESA PESSOAL	UCHIDA, Rioiti. MOTTA, Rodrigo. URUWASHI: O Espírito do Judô. Vol. 2. São Paulo: Generale, 2017.
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	PHTLS – Préhospital Trauma Life Support, 6th ed, Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado/NAEMT (National Association of Emergency Medical Technicians), [tradução de Diego Alfaro e Hermínio de Matos Filho]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2007;



ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	SANTOS, R. R. et al. Manual de socorro de emergência. São Paulo: Atheneu, 2000;
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	J. Bergeron, J. David e Bzjak, Glória. Primeiros Socorros;
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	Sousa, P. J. e Oliveira, Ricardo R. Manual Técnico-profissional de Emergência Médica Pré-hospitalar;
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	Cazarim, Jorge Luiz B.; Ribeiro, Liz Fernando G.; Faria, Claudia N. Trauma (Pré-Hospitalar e Hospitalar-Adulto e Criança.
GESTÃO DE PESSOAS	FRANÇA, Ana Claudia Limongi. As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.
GESTÃO DE PESSOAS	CHIAVENATO, Idalberto. Administração de empresas: uma abordagem contingencial. Rio de Janeiro. Campus, 2000.
ETIQUETA SOCIAL	Etiqueta Sustentável – Elisa Bechuate, Editora: Paulinas, 2015;
ETIQUETA SOCIAL	Pequeno livro de etiqueta - guia para toda hora - Ana Vaz, Editora: Verus - Grupo Record, 2018;
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	DÂNGELO, JG; FATTINI, CA. Anatomia humana: sistêmica e segmentar. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	NETTER, FH. Atlas de anatomia humana. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul (Ar-tmed), 2011.
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	MOORE, KL.; DALLEY, AF. Anatomia orientada para clínica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana. 22ªed., Rio de Janeiro, Guanabara- Koogan, 2006, Volumes 1 e 2.
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. Princípios de Anatomia e Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
EQUAÇÕES DIFERENCIAIS APLICADAS	BRANNAN, James R; BOYCE, William E. Equações diferenciais: uma introdução a métodos modernos e suas aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
CORRESPONDÊNCIA MILITAR	CASTRO, Ingrid Caldeira Torres de - Apostila de Telemarketing. Vitória: 2001;
CORRESPONDÊNCIA MILITAR	Apostila de Telemarketing. Vitória: 2001, Autor: CASTRO, Ingrid Caldeira Torres de. - Manual de Instrução de Guarda Civil Metropolitana - Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. São Paulo: 1996.;
CORRESPONDÊNCIA MILITAR	Manual de Instrução Modular. Vitória; 1995, Autor: Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. - Manual de Instrução Modular. 5ª Edição: 1999 - Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.
SALVAMENTO TERRESTRE	SÃO PAULO, Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros: Manual de Fundamentos do Corpo de Bombeiros. 2ª ed. Vol. 10. São Paulo: PMESP, 2006.
SALVAMENTO TERRESTRE	SÃO PAULO, Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros: Manual de Salvamento Terrestre. 1ª ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
SALVAMENTO TERRESTRE	SÃO PAULO, Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros: Manual de Salvamento em Altura. 1ª ed. Vol. 26. São Paulo: PMESP, 2006.



PRODUTOS PERIGOSOS	ABIQUIM, Associação Brasileira da Indústria Química. Manual para Atendimento a Emergências: Guiapara as primeiras ações em acidentes. 6. ed. São Paulo: [s.n.], 2011. 340 p.
PRODUTOS PERIGOSOS	CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Manual de emergências químicas, 2014.
PRODUTOS PERIGOSOS	MAEPP. Manual de atendimento às emergências com produtos perigosos. Coletânea de manuais técnicos de bombeiros. 1. Ed. V. 1. São Paulo, 2006.
PERÍCIA DE INCÊNDIO E EXPLOSÕES	COTRIM, Ademaro A. – Instalações Elétricas – 5ª Edição – Ed. Pearson, 2009;
GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	CLEMENTE, A. Projetos empresariais e públicos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	CAMARGO, Marta Rocha. Gerenciamento de projetos: fundamentos e prática integrada. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	DAFT, R. L. Organizações: teoria e projetos. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.
GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	MAXIMIANO, A.C. A. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	CAMARGO, Marta Rocha. Gerenciamento de projetos: fundamentos e prática integrada. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO	PHTLS, Prehospital Trauma Life Support. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado. 8 ed. Tradutores: Diego Alfaro e Hermíniode Mattos Filho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO	OLIVEIRA, Antonio Claudio de; SILVA, Evandro de Sena; MARTUCHI, Sergio Dias. Manual do Socorrista. Ed. Martinari. São Paulo, 2013.
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO	ATLS. Suporte avançado de vida no trauma: manual do curso de alunos. 9ª ed. Colégio americano de cirurgiões, comitê do trauma. Chicago, 2012.
METODOLOGIA DO ENSINO	MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertação.3 ed. São Paulo: Atlas, 2011;
DIREITO CIVIL	DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Teorias Geral do Civil. São Paulo: Saraiva, 2008
DIREITO CIVIL	DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Teorias Geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2008
SOCIOLOGIA	BRYM, Robert J. et al. Sociologia: sua bússola para um novo mundo, São Paulo: Cengage Learning, 2006.
SOCIOLOGIA	FORACCHI, Marialice M; MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia, São Paulo: LTC, 1977.



QUÍMICA APLICADA	CARVALHO JUNIOR, J. A de.; MCQUAY, M. Q. Princípios de combustão aplicada. 1 ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo, Atlas, 2013.
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. 2ª ed., 3. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	FULLER, Lon L. O caso de exploradores de cavernas. Tradução de Ari Marcelo Solon. 2ª ed. São Paulo: Edpro, 2017.
GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA	NOVAES, A. G. Sistemas Logísticos; Transporte, Armazenagem e Distribuição Física de produtos. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.
ESTATÍSTICA	VIEIRA, Sonia. Estatística Básica. São Paulo: Cengage Learning, 2015;
ESTATÍSTICA	CUNHA, Gilda; MARTINS, Mª do Rosário; SOUSA, Ricardo e OLIVEIRA, Felipa Ferraz de. Estatística Aplicada às Ciências e Tecnologias da Saúde. Lisboa – Porto: Lidel – Edições Técnicas Ida, 2007;
ESTATÍSTICA	MELLO, Francisco Mercês de. Dicionário de Estatística. Lisboa: Edições Sílabo, 2014;
ECONOMIA	GONÇALVES, Antonio Carlos Porto [et al]. Economia aplicada. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
DIREITO PENAL COMUM E MILITAR	GUIMARÃES, Claudio A. G.; DAMASCENO, A. A. O lugar do direito penal na democracia: em busca da legitimidade perdida (ou nunca encontrada). In: Márcio Aleandro Correia Teixeira; Ariston Chagas Apoliano Júnior; Marcelo de Carvalho Lima. (Org.). Direitos humanos e execução penal: estudos em homenagem ao Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho. 1ed. São Luís: EDUFMA, 2018, v. , p. 50-70.
DIREITO ADMINISTRATIVO	MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 14ª ed. Saraiva Jur; São Paulo 2020;
DIREITO ADMINISTRATIVO	CARVALHO, Mateus. Manual de Direito Administrativo. 7ª ed. Juspodivm; Bahia 2020;
DIREITO ADMINISTRATIVO	NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2020;
CIÊNCIAS POLÍTICAS	BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política, São Paulo: Unesp, 2012.



CIÊNCIAS POLÍTICAS	GALBRAITH, John Kennethy. Anatomia do poder, São Paulo: Edições 70, 2007.
CIÊNCIAS POLÍTICAS	Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
CIÊNCIAS POLÍTICAS	TOURAINÉ, Alain. O que é Democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
CÁLCULO VETORIAL	LIMA, Roberto de Barros. Elementos de Álgebra Vetorial. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1972.
ECONOMIA	PROFESSORES DA USP. Manual de Introdução a Economia. 7o ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
MECÂNICA TÉCNICA	RUIZ, Carlos Cezar de La Plata. Fundamentos de Mecânica para Engenharia - Estática: 1a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
DIREITO AMBIENTAL	MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 27. ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.
DIREITO AMBIENTAL	SIRVINSKAS, Luís Paulo. Legislação de Direito Ambiental. 15. ed. São Paulo: Rideel, 2020.
DIREITO AMBIENTAL	THOMÉ, Romeu. Manual de Direito Ambiental. 10. ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.
DIREITO CONSTITUCIONAL	MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. 8 ed. Salvador: JusPodium, 2020.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988. 10 ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
DIREITO CONSTITUCIONAL	NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. Direito constitucional: remédios constitucionais.5. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
GEOGRAFIA FÍSICA	MOURAFILHO, J. Elementos de Cartografia técnica e histórica. Vol. 1 e 2. Falangola Editora. Belém - PA. 1993;
DEFESA PESSOAL	De Sá, Marco Antônio Lopes. Manual de Preparação Física para o Karatê. Ediouro, 1988.
DEFESA PESSOAL	EMERSON, Franchini. Judô Desempenho Competitivo. São Paulo: Manole, 2001.
DEFESA PESSOAL	FRANCHINI, Emerson. DEL VECCHIO, Fabrício Boscolo. Preparação Física para Atletas de Judô.
DEFESA PESSOAL	REID, Howard. CROUCHER, Michael. O Caminho do Guerreiro: O Paradoxo das Artes Marciais. 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010.
DEFESA PESSOAL	SCARPATO, M; RAMIREZ, F; LOMAKINE, L; NETO, L.S; CAMPOS, M.Z; TONELLO, M.G.M; ALVES, P.A.M.; ZOTOVICI, S; FREITAS, W.S. Educação Física:



	como planejar as aulas na educação básica. São Paulo: Avercamp, 2007.
DEFESA PESSOAL	VELTE, Herbert. Dicionário de Termos Técnicos de Judô. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991.
PRÁTICAS DESPORTIVAS	BROWN, L. Treinamento de Força. Barueri, SP: Manole, 2008
PRÁTICAS DESPORTIVAS	COLLAZO, A.; CRUZ, E.; GUERRA, M. Sistema de capacidades físicas. São Paulo: Ícone Editora, 2006.
PRÁTICAS DESPORTIVAS	COMROE JR., J. H. Fisiologia da Respiração. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.
PRÁTICAS DESPORTIVAS	CURI, R; PROCÓPIO, J. Fisiologia Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
PRÁTICAS DESPORTIVAS	EVANGELISTA, A. Treinamento de corrida de rua: Uma abordagem fisiológica e metodológica. São Paulo: Phorte Editora, 2009.
PRÁTICAS DESPORTIVAS	FONTOURA, A.; FORMENTIN, C.; ABECH, E. Guia prático de avaliação física: uma abordagem, didática, abrangente e atualizada. São Paulo: Phorte, 2008.
PRÁTICAS DESPORTIVAS	MARINS, J.; GIANNICHI, R. Avaliação e prescrição de atividade física. Guia Prático. 2 ed. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2003.
INTRODUÇÃO AO TFM	BROWN, L. Treinamento de Força. Barueri, SP: Manole, 2008
INTRODUÇÃO AO TFM	COLLAZO, A.; CRUZ, E.; GUERRA, M. Sistema de capacidades físicas. São Paulo: Ícone Editora, 2006.
INTRODUÇÃO AO TFM	COMROE JR., J. H. Fisiologia da Respiração. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.
INTRODUÇÃO AO TFM	CURI, R; PROCÓPIO, J. Fisiologia Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
INTRODUÇÃO AO TFM	EVANGELISTA, A. Treinamento de corrida de rua: Uma abordagem fisiológica e metodológica. São Paulo: Phorte Editora, 2009.
INTRODUÇÃO AO TFM	FONTOURA, A.; FORMENTIN, C.; ABECH, E. Guia prático de avaliação física: uma abordagem, didática, abrangente e atualizada. São Paulo: Phorte, 2008.
INTRODUÇÃO AO TFM	MARINS, J.; GIANNICHI, R. Avaliação e prescrição de atividade física. Guia Prático. 2 ed. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2003.
TFM	BROWN, L. Treinamento de Força. Barueri, SP: Manole, 2008



TFM	COLLAZO, A.; CRUZ, E.; GUERRA, M. Sistema de capacidades físicas. São Paulo: Ícone Editora, 2006.
TFM	COMROE JR., J. H. Fisiologia da Respiração. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.
TFM	CURI, R; PROCÓPIO, J. Fisiologia Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
TFM	EVANGELISTA, A. Treinamento de corrida de rua: Uma abordagem fisiológica e metodológica. São Paulo: Phorte Editora, 2009.
TFM	FONTOURA, A.; FORMENTIN, C.; ABECH, E. Guia prático de avaliação física: uma abordagem, didática, abrangente e atualizada. São Paulo: Phorte, 2008.
TFM	MARINS, J.; GIANNICHI, R. Avaliação e prescrição de atividade física. Guia Prático. 2 ed. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2003.
EQUAÇÕES DIFERENCIAIS APLICADAS	COSTA, Gabriel B.; BRONSON, Richard. Equações diferenciais. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
GESTÃO DE PESSOAS	CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa. São Paulo: Makron Books, 1994.
GESTÃO DE PESSOAS	FLEURY, Maria T. L. As pessoas na Organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	GUYTON, Arthur C. Fisiologia Humana. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008;
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	KAPIT, W.; ELSON, L.M. Anatomia um livro para colorir. São Paulo: Roca, 2004.
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	KAPIT, W.; MACEY, R. I.; MEISAMI, E. Fisiologia um livro para colorir. São Paulo: Roca, 2004.
CORRESPONDÊNCIA MILITAR	Protocolo e cerimonial: normas, ritos e pompa. São Paulo: Ômega Editora e Distribuidora Ltda. 2001, Autor: Gilda Fleury Meirelles;
SALVAMENTO TERRESTRE	ABNT. NBR 14787: espaço confinado: prevenção de acidentes, procedimentos e medidas de proteção. Rio de Janeiro, 2001.
PRODUTOS PERIGOSOS	ABNT NBR 12982. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Desvaporação de tanque para transporte terrestre de produtos perigosos -Classe de risco 3 -Líquidos Inflamáveis. 2003.
PRODUTOS PERIGOSOS	ABNT NBR 14064. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Transporte rodoviário de produtos perigosos -Diretrizes no atendimento à emergência. 2014.
PRODUTOS PERIGOSOS	ABNT NBR 15480. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Transporte rodoviário de produtos perigosos -Plano de ação de emergência (PAE) no atendimento a acidentes. 2007.
PERÍCIA DE INCÊNDIO E EXPLOSÕES	ARAGÃO, Ranvier Feitosa – Incêndios e explosivos: uma introdução à engenharia forense. Millennium Editora. Campinas, São Paulo, 2010.



GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	BERKUN, S. A. Arte do gerenciamento de projetos. São Paulo: Bookman, 2008.
GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	KERZNER, H. Gestão de Projeto: as melhores práticas. São Paulo: Bookman, 2005.
METODOLOGIA DO ENSINO	CARNEIRO, Maria Francisca. Pesquisa jurídica: metodologia da aprendizagem. 7 ed. Curitiba: Juruá, 2011.
DIREITO CIVIL	RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. São Paulo: Saraiva, 2007



*Emitido em 19/09/2022*

**PROJETO DE CURSO Nº 9/2022 - CFO-BOMBEIRO (11.14.06.12)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 19/09/2022 16:08)*

THAYNA DE CARVALHO DA SILVA

SECRETARIO(A)

798832

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sis.sig.uema.br/documentos/> informando seu número:  
**9**, ano: **2022**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de emissão: **19/09/2022** e o código de verificação: **67b4bdef05**

